

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	22
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	23
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	125
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	132
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	134
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	136

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	138
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.244.165.569
Preferenciais	4.261.954.360
Total	11.506.119.929
Em Tesouraria	
Ordinárias	27.469.600
Preferenciais	54.939.200
Total	82.408.800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	559.580.799	442.248.137	369.588.190
1.01	Ativo Circulante	494.320.556	395.113.233	337.608.739
1.01.01	Disponibilidades	1.166.017	1.323.966	1.084.210
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	116.842.450	76.709.394	75.635.337
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	96.528.531	68.966.920	64.196.188
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	20.313.919	7.742.474	11.439.149
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	197.371.905	208.184.867	114.304.856
1.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	43.074.698	40.746.460	9.562.657
1.01.03.07	Títulos para Negociação	120.792.014	139.166.399	84.594.158
1.01.03.08	Títulos Disponíveis para a Venda	28.273.259	25.371.160	20.148.041
1.01.03.09	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.231.934	2.900.848	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	16.155.243	15.881.267	14.739.812
1.01.04.03	Relações Interfinanceiras	16.155.243	15.881.267	14.739.812
1.01.06	Operações de Crédito	70.216.837	57.906.473	64.922.087
1.01.06.01	Operações de crédito	71.609.905	60.146.918	67.456.322
1.01.06.02	Provisão para perdas em operações de crédito	-1.393.068	-2.240.445	-2.534.235
1.01.08	Outros Créditos	89.455.797	33.137.180	65.743.022
1.01.08.01	Carteira de câmbio	62.886.836	15.733.743	47.294.145
1.01.08.02	Rendas a receber	2.140.228	1.926.797	584.140
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	9.449.935	3.157.236	3.660.026
1.01.08.04	Diversos	10.824.413	8.788.751	10.035.420
1.01.08.05	Provisão para perdas em outros créditos	-497.494	-345.755	-467.319
1.01.08.06	Créditos por avais ou Fianças	455.622	182.271	195.924
1.01.08.07	Ativos fiscais diferidos	4.196.257	3.694.137	4.440.686
1.01.09	Outros Valores e Bens	3.112.307	1.970.086	1.179.415
1.01.09.01	Outros valores e bens	1.461.445	842.589	49.485
1.01.09.03	Despesas antecipadas	1.650.862	1.127.497	1.129.930
1.03	Ativo Permanente	65.260.243	47.134.904	31.979.451

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.03.01	Investimentos	64.693.604	46.471.872	31.165.911
1.03.01.02	Participações em Controladas	64.692.374	46.470.642	31.164.681
1.03.01.02.01	Participações em Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado	64.692.374	46.470.642	31.164.681
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.230	1.230	1.230
1.03.01.04.01	Outros investimentos	1.230	1.230	1.230
1.03.02	Imobilizado de Uso	198.445	188.275	209.114
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	525.590	470.835	451.707
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-330.494	-285.598	-245.682
1.03.02.03	Imóveis de uso	3.349	3.038	3.089
1.03.04	Intangível	368.194	474.757	604.426
1.03.04.01	Outros ativos intangíveis	1.286.902	1.119.000	939.321
1.03.04.02	Amortização acumulada	-918.708	-644.243	-334.895

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	559.580.799	442.248.137	369.588.190
2.01	Passivo Circulante	502.114.281	392.866.331	327.216.423
2.01.01	Depósitos	132.695.017	121.499.655	101.544.487
2.01.01.01	Depósitos à vista	9.064.983	5.679.054	7.854.696
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	5.847.930	7.286.760	5.102.271
2.01.01.04	Depósitos à prazo	117.874.219	108.521.262	88.592.353
2.01.01.06	Ajuste ao valor de mercado	-92.115	12.579	-4.833
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	125.786.839	104.225.884	78.555.680
2.01.02.01	Carteira própria	33.482.958	53.008.860	15.709.373
2.01.02.02	Carteira de terceiros	70.594.274	43.866.361	48.740.927
2.01.02.03	Carteira de livre movimentação	21.709.607	7.350.663	14.105.380
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	76.204.035	54.939.272	51.220.628
2.01.03.01	Recursos de letras imobiliárias / agronegócio	13.708.193	16.535.632	18.904.449
2.01.03.02	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17.328.783	9.503.757	11.590.621
2.01.03.03	Captação por certificados de operações estruturadas	4.587.679	3.243.445	1.962.079
2.01.03.04	Letras Financeiras	41.746.073	25.586.923	19.308.609
2.01.03.05	Ajuste ao valor de mercado (hedge acc)	-1.166.693	69.515	-545.130
2.01.04	Relações Interfinanceiras	2.213.035	1.347.803	984.378
2.01.04.01	Relações interfinanceiras	2.213.035	1.347.803	984.378
2.01.05	Relações Interdependências	371.566	401.335	239.173
2.01.05.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	371.566	401.335	239.173
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	20.886.200	16.930.097	14.727.150
2.01.06.01	Empréstimos no exterior	11.766.155	11.517.059	5.999.123
2.01.06.02	Empréstimos no país	9.483.595	5.413.038	8.728.027
2.01.06.03	Ajuste ao valor de mercado (hedge acc)	-363.550	0	0
2.01.09	Outras Obrigações	143.957.589	93.522.285	79.944.927
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	43.565.594	46.718.063	14.049.057
2.01.09.02	Cobrança e arrecadação e assemelhados	18.666	14.062	23.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.01.09.03	Carteira de câmbio	64.478.512	16.027.100	47.330.252
2.01.09.04	Sociais e estatutárias	2.928.494	2.771.674	2.471.380
2.01.09.05	Fiscais e previdenciárias	1.189.057	957.833	418.085
2.01.09.06	Negociação e intermediação de valores	6.328.158	3.553.674	4.444.306
2.01.09.07	Diversas	5.016.189	2.158.848	2.094.460
2.01.09.08	Dívidas subordinadas	18.276.961	19.595.498	7.665.952
2.01.09.09	Provisões de perda para fiança	676.502	411.188	210.756
2.01.09.11	Obrigações Fiscais Diferidas	4.110	3.357	2.528
2.01.09.12	Provisão para passivos contingentes	1.475.346	1.310.988	1.234.196
2.05	Patrimônio Líquido	57.466.518	49.381.806	42.371.767
2.05.01	Capital Social Realizado	15.760.364	15.760.364	15.760.364
2.05.01.01	Capital Social domiciliado no país	15.760.364	15.760.364	15.760.364
2.05.02	Reservas de Capital	652.515	652.515	652.515
2.05.04	Reservas de Lucro	39.551.580	31.133.542	24.485.152
2.05.04.01	Legal	3.152.072	2.800.106	2.303.878
2.05.04.02	Estatutária	35.052.983	26.885.380	20.432.042
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	1.980.484	1.980.484	1.980.484
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-633.959	-532.428	-231.252
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-633.959	-532.428	-231.252
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.502.059	1.835.385	1.473.736

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	41.270.313	46.020.297	49.629.230
3.01.01	Operações de créditos	7.022.598	7.799.990	8.257.628
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumento financeiros derivativos	31.750.935	35.327.086	38.981.041
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	677.671	1.339.995	1.120.118
3.01.05	Resultado de aplicações compulsórias	1.819.109	1.553.226	1.270.443
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-32.483.293	-36.145.559	-41.025.120
3.02.01	Operações de captação no mercado	-31.659.016	-33.163.483	-30.608.371
3.02.02	Operações de empréstimos e repasses	-1.796.419	-2.822.428	-8.604.397
3.02.03	Provisão para operações de créditos e outros créditos	972.142	-159.648	-1.812.352
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	8.787.020	9.874.738	8.604.110
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	3.824.987	2.033.331	1.084.092
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	2.979.549	3.053.279	3.572.145
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.423.080	-1.256.604	-1.036.414
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-4.688.024	-3.994.704	-3.247.134
3.04.04	Despesas Tributárias	-639.283	-799.214	-840.584
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-791.997	45.424	-805.505
3.04.06.01	Outros resultados operacionais	-392.722	324.983	-662.044
3.04.06.02	Provisão para passivo contingente	-187.004	-99.687	-85.275
3.04.06.03	Garantias Prestadas	-212.271	-179.872	-58.186
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	8.387.822	4.985.150	3.441.584
3.05	Resultado Operacional	12.612.007	11.908.069	9.688.202
3.06	Resultado Não Operacional	13.703	-66.192	27.707
3.06.01	Receitas	13.703	0	27.707
3.06.02	Despesas	0	-66.192	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	12.625.710	11.841.877	9.715.909
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-201.625	-146.085	-250.204
3.08.01	Provisão para imposto de renda	108.528	-48.839	-132.044
3.08.02	Provisão para contribuição social	-310.153	-97.246	-118.160

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.09	IR Diferido	457.716	-406.582	-562.722
3.09.01	Ativo fiscal diferido	457.716	-406.582	-562.722
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.092.414	-1.364.644	-1.061.146
3.10.01	Participações	-1.092.414	-1.364.644	-1.061.146
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	11.789.387	9.924.566	7.841.837
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,03	0,87	0,68

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	11.789.387	9.924.566	7.841.837
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-358.563	361.383	-97.721
4.02.01	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	-132.647	81.455	-10.499
4.02.03	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	-124.358	247.042	-114.422
4.02.04	Variação cambial sobre investimentos	2.677.671	-1.095.838	-1.088.823
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão	0	-2.158	26.018
4.02.06	Hedge de investimentos no exterior	-4.660.547	1.099.909	1.090.005
4.02.07	Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	-95.994	31.239	0
4.02.08	Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior	1.978.609	-266	0
4.02.09	Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior	-1.297	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.430.824	10.285.949	7.744.116

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.313.488	-2.062.476	22.024.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.433.844	-2.117.029	98.176
6.01.01.01	Resultado de participações em controladas	-8.387.822	-4.985.150	-3.441.584
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	343.999	400.671	225.780
6.01.01.04	Variação cambial do permanente	0	0	18
6.01.01.05	Ativo fiscal diferido	-457.716	406.582	562.722
6.01.01.06	Despesas de juros com dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	2.266.667	1.519.826	851.103
6.01.01.07	Provisões	-972.142	159.648	1.812.352
6.01.01.08	Provisão de perda para fianças	212.271	179.872	58.186
6.01.01.09	Provisão para passivos contingentes	187.004	99.687	85.275
6.01.01.11	Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	373.895	101.835	-55.676
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.957.945	-9.870.013	14.083.987
6.01.02.01	(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-10.550.798	-1.947.416	6.503.110
6.01.02.02	(Aumento)/redução em títulos e valores e instrumentos financeiros derivativos	7.527.846	-61.211.005	-15.712.480
6.01.02.03	(Aumento)/redução em operações de crédito	-13.741.434	6.855.966	-9.478.771
6.01.02.04	(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	-57.626.888	30.991.511	-25.613.495
6.01.02.05	(Aumento)/redução em relações interfinanceiras	591.256	-778.030	-4.545.279
6.01.02.06	(Aumento)/ reduções em outras obrigações	52.438.862	-31.447.196	27.627.252
6.01.02.09	Aumento/(redução) em depósitos	11.195.362	19.955.168	12.553.407
6.01.02.10	Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	21.560.955	25.670.204	16.124.840
6.01.02.11	Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	3.592.553	2.202.947	7.033.982
6.01.02.12	(Aumento)/redução em relações interdependências	-29.769	-162.162	-408.579
6.01.03	Outros	11.789.387	9.924.566	7.841.837
6.01.03.01	Lucro Líquido do exercício	11.789.387	9.924.566	7.841.837
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.968.321	-10.971.306	-6.319.442
6.02.01	Aquisição/(Alienação) de imobilizado e diferido	-54.755	-15.920	-92.997
6.02.02	(Aquisição) / alienação de outros investimentos	0	0	673
6.02.03	Aquisição/(Alienação) de intangível	-163.381	-157.849	-209.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.06	Aquisição/(Alienação) de investimentos e aumento de capital	-7.349.765	-11.246.643	-6.501.558
6.02.09	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	2.599.580	449.106	484.051
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.453.037	12.502.014	4.793.967
6.03.04	Aumento/(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	20.028.555	3.718.644	6.984.741
6.03.06	Juros sobre o capital próprio pago	-2.995.000	-2.845.000	-2.025.000
6.03.09	Dividas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	-2.478.987	11.929.546	65.478
6.03.10	Alienação/(Aquisição) de ações em tesouraria	-101.531	-301.176	-231.252
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-373.895	-101.835	55.676
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.424.309	-633.603	20.554.201
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.388.330	70.021.933	49.467.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	98.812.639	69.388.330	70.021.933

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	15.760.364	120.087	0	31.665.970	0	1.835.385	49.381.806
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	15.760.364	120.087	0	31.665.970	0	1.835.385	49.381.806
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.789.387	0	11.789.387
5.05	Destinações	0	0	0	8.519.569	-11.789.387	0	-3.269.818
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.269.818	0	-3.269.818
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	8.519.569	-8.519.569	0	0
5.05.03.01	Destinação do Lucro Líquido	0	0	0	8.519.569	-8.519.569	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-333.326	-333.326
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	25.237	25.237
5.07.04	Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	0	0	0	0	0	-124.358	-124.358
5.07.05	Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	-132.647	-132.647
5.07.06	Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior	0	0	0	0	0	1.978.609	1.978.609
5.07.07	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	0	2.677.671	2.677.671
5.07.08	Hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	0	-4.660.547	-4.660.547
5.07.09	Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior	0	0	0	0	0	-1.297	-1.297
5.07.10	Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	0	0	0	0	0	-95.994	-95.994
5.10	Ações em Tesouraria	0	-101.531	0	0	0	0	-101.531
5.13	Saldo Final	15.760.364	18.556	0	40.185.539	0	1.502.059	57.466.518

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	15.529.112	652.515	0	24.716.404	0	1.473.736	42.371.767
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	15.529.112	652.515	0	24.716.404	0	1.473.736	42.371.767
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.924.566	0	9.924.566
5.05	Destinações	0	0	0	6.949.566	-9.924.566	0	-2.975.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.975.000	0	-2.975.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	6.949.566	-6.949.566	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	361.649	361.649
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	-2.158	-2.158
5.07.04	Ajustes de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	81.455	81.455
5.07.05	Ajustes de coligadas e controladas em conjunto	0	0	0	0	0	247.042	247.042
5.07.06	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	0	-1.095.838	-1.095.838
5.07.07	Hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	0	1.099.909	1.099.909
5.07.08	Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	0	0	0	0	0	31.239	31.239
5.10	Ações em Tesouraria	-301.176	0	0	0	0	0	-301.176
5.13	Saldo Final	15.227.936	652.515	0	31.665.970	0	1.835.385	49.381.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	15.760.364	652.515	0	19.395.411	0	1.571.457	37.379.747
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	15.760.364	652.515	0	19.395.411	0	1.571.457	37.379.747
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.841.837	0	7.841.837
5.05	Destinações	0	0	0	5.326.837	-7.841.837	0	-2.515.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.515.000	0	-2.515.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.326.837	-5.326.837	0	0
5.05.03.01	Destinação do Lucro Líquido	0	0	0	5.326.837	-5.326.837	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-5.844	0	-97.721	-103.565
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-10.499	-10.499
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	26.018	26.018
5.07.04	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	0	-1.088.823	-1.088.823
5.07.05	Hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	0	1.090.005	1.090.005
5.07.06	Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	0	0	0	-5.844	0	-114.422	-120.266
5.10	Ações em Tesouraria	-231.252	0	0	0	0	0	-231.252
5.13	Saldo Final	15.529.112	652.515	0	24.716.404	0	1.473.736	42.371.767

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	44.509.563	48.893.160	53.201.375
7.01.01	Intermediação Financeira	41.270.313	46.095.558	49.629.230
7.01.02	Prestação de Serviços	2.979.549	3.053.279	3.572.145
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	972.142	-159.648	0
7.01.04	Outras	-712.441	-96.029	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-33.455.435	-35.985.911	-41.802.918
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.285.515	-3.553.970	-2.932.920
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-722.474	-224.220	-24.887
7.03.02	Serviços de Terceiros	-3.563.041	-3.329.750	-2.908.033
7.04	Valor Adicionado Bruto	6.768.613	9.353.279	8.465.537
7.05	Retenções	-343.999	-324.276	-225.780
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-343.999	-324.276	-225.780
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.424.614	9.029.003	8.239.757
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.387.822	4.985.150	3.441.584
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.387.822	4.985.150	3.441.584
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.812.436	14.014.153	11.681.341
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	14.812.436	14.014.153	11.681.341
7.09.01	Pessoal	2.515.493	2.621.249	2.097.560
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.904.046	2.099.244	1.675.036
7.09.01.02	Benefícios	377.559	290.030	238.092
7.09.01.03	F.G.T.S.	233.888	231.975	184.432
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	382.950	1.351.880	1.653.511
7.09.02.01	Federais	187.956	1.129.853	1.375.058
7.09.02.03	Municipais	194.994	222.027	278.453
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	124.606	116.458	88.433
7.09.03.01	Aluguéis	124.606	116.458	88.433
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.789.387	9.924.566	7.841.837
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.269.818	2.975.000	2.515.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.519.569	6.949.566	5.326.837

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	649.216.711	495.115.810	453.141.430
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.709.224	2.439.095	3.069.046
1.02	Ativos Financeiros	559.901.293	436.303.404	398.146.158
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	224.516.292	178.807.129	156.996.525
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	27.000.144	22.070.238	16.455.650
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	308.384.857	235.426.037	224.693.983
1.02.03.01	Aplicações no mercado aberto	92.699.286	66.382.691	65.365.726
1.02.03.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.131.114	7.181.798	8.748.546
1.02.03.03	Depósitos no Banco Central	26.360.667	22.542.833	17.629.141
1.02.03.04	Operações de crédito	155.287.503	119.808.899	111.157.950
1.02.03.05	Títulos e valores mobiliários	19.454.808	18.138.572	15.431.811
1.02.03.06	Outros créditos	7.451.479	1.371.244	6.360.809
1.03	Tributos Diferidos	7.259.091	5.592.892	5.800.485
1.04	Outros Ativos	55.793.623	32.427.762	27.044.879
1.05	Investimentos	9.542.276	7.826.277	7.917.758
1.05.02	Participações em Controladas em Conjunto	9.542.276	7.826.277	7.917.758
1.06	Imobilizado	1.540.095	837.354	909.684
1.06.01	Imobilizado de Uso	1.290.174	515.092	508.618
1.06.02	Direito de Uso em Arrendamento	249.921	322.262	401.066
1.07	Intangível	10.471.109	9.689.026	10.253.420

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	649.216.711	495.115.810	453.141.430
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	85.047.363	44.730.105	62.834.530
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	413.050.438	341.911.634	297.156.935
2.03.01	Captações no mercado aberto	113.780.403	97.075.862	87.139.332
2.03.02	Depósitos	149.890.060	133.273.103	115.749.672
2.03.03	Recursos de aceites e emissão de títulos	107.173.422	73.531.521	67.944.679
2.03.04	Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	23.327.240	17.911.780	18.103.247
2.03.05	Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	18.879.313	20.119.368	8.220.005
2.05	Passivos Fiscais	8.201.527	4.496.878	2.178.344
2.05.01	Correntes	6.063.955	4.020.634	1.484.157
2.05.02	Diferidos	2.137.572	476.244	694.187
2.06	Outros Passivos	77.045.578	47.589.026	41.420.586
2.06.01	Obrigações diversas	50.479.182	30.031.428	23.214.981
2.06.02	Outros Passivos	13.994.837	8.209.895	9.268.804
2.06.03	Provisão para passivos contingentes	7.145.374	4.995.441	5.091.446
2.06.04	Provisão de perda esperada decorrente de risco de crédito para avais e fianças	702.270	317.633	275.636
2.06.05	Obrigações Sociais e estatutárias	4.723.915	4.034.629	3.569.719
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	65.871.805	56.388.167	49.551.035
2.08.01	Capital Social Realizado	15.760.364	15.760.364	15.760.364
2.08.02	Reservas de Capital	18.556	120.087	421.263
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-633.959	-532.428	-231.252
2.08.02.06	Reservas de Capital	652.515	652.515	652.515
2.08.04	Reservas de Lucros	40.296.364	32.123.118	25.139.020
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	3.617.756	3.951.687	3.590.324
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.178.765	4.432.911	4.640.064

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	34.660.017	32.512.721	27.032.612
3.01.01	Resultado líquido com instrumentos financeiros	24.653.305	23.508.085	21.333.925
3.01.02	Perdas esperadas decorrentes de risco de crédito	-3.235.997	-2.280.246	-4.650.965
3.01.03	Variações cambiais líquidas	409.336	1.109.240	1.200.631
3.01.04	Receita de prestação de serviços	11.461.869	9.098.936	8.400.584
3.01.05	Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto	1.371.504	1.076.706	748.437
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-21.186.133	-18.067.248	-15.820.337
3.02.01	Despesas administrativas	-11.628.178	-10.381.413	-9.194.637
3.02.02	Despesas com pessoal	-6.505.203	-5.803.678	-4.997.240
3.02.03	Despesas tributárias	-3.052.752	-1.882.157	-1.628.460
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	13.473.884	14.445.473	11.212.275
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-650.812	-2.781.697	-2.267.891
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.823.072	11.663.776	8.944.384
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.742.627	-1.409.016	-1.293.642
3.06.01	Corrente	-1.926.109	-2.138.356	-904.145
3.06.02	Diferido	183.482	729.340	-389.497
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.080.445	10.254.760	7.650.742
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.080.445	10.254.760	7.650.742
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.745.004	9.980.342	7.194.764
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	335.441	274.418	455.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.080.445	10.254.760	7.650.742
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-333.931	361.363	-183.866
4.02.01	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	564.808	81.455	-10.499
4.02.02	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	-124.358	247.042	-114.422
4.02.03	Variação cambial sobre investimentos	2.677.671	-1.095.572	-1.088.823
4.02.04	Ajustes acumulados de conversão	20.962	419.645	-60.127
4.02.05	Hedge de investimentos no exterior	-4.660.547	1.099.909	1.090.005
4.02.06	Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	-95.994	31.239	0
4.02.07	Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior	1.978.609	-266	0
4.02.08	Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior	2.978	-421.803	0
4.02.09	Resultado realizado de instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrang	-698.060	0	0
4.02.10	Outros	0	-286	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.746.514	10.616.123	7.466.876

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.819.027	-16.500.346	21.105.718
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.746.109	12.488.246	13.839.855
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	11.080.445	10.254.760	7.650.742
6.01.01.02	Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado	-1.371.504	-1.076.706	-748.437
6.01.01.03	Ativo fiscal diferido	-183.482	-729.340	389.497
6.01.01.04	Provisão para contingências	1.009.737	369.902	330.317
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.235.997	2.280.246	4.650.965
6.01.01.06	Variação cambial do permanente	122.145	63.581	259.929
6.01.01.07	Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	373.895	101.835	-55.676
6.01.01.08	Depreciações e amortizações	653.031	1.223.968	1.362.518
6.01.01.09	Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	-174.155	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.927.082	-28.988.592	7.265.863
6.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	966.994	-1.496.903	-110.134
6.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	238.904	-1.001.074	-4.619.976
6.01.02.03	Operações de crédito	-36.909.674	-10.931.195	-15.625.499
6.01.02.04	Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	-1.316.236	-2.706.761	-11.984.151
6.01.02.05	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-45.709.163	-21.810.604	-31.079.279
6.01.02.06	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-4.365.098	-5.614.588	-6.769.075
6.01.02.07	Ativos fiscais diferidos	-1.666.199	0	0
6.01.02.08	Outros ativos	-32.996.449	-2.708.607	-16.542.077
6.01.02.09	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	40.317.258	-18.104.425	27.841.858
6.01.02.10	Passivos financeiros ao custo amortizado	24.646.840	17.331.964	24.020.344
6.01.02.11	Captações no mercado aberto	16.704.541	9.936.530	29.194.694
6.01.02.12	Passivos fiscais	3.704.649	2.318.534	-1.901.529
6.01.02.13	Obrigações diversas	20.447.754	6.816.447	9.868.816
6.01.02.14	Outros passivos	9.008.797	-1.017.910	4.971.871
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.535.870	-659.470	-2.152.572
6.02.01	Hedge de investimento líquido no exterior	-4.660.547	-1.099.909	-1.090.004

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.02	(Aquisição) / alienação de outros investimentos	-354.223	275.385	-1.589.826
6.02.03	Dividendos recebidos	465.311	821.140	1.676.737
6.02.04	(Aquisição) / alienação de imobilizado	-245.454	-138.174	-277.176
6.02.05	(Aquisição) / alienação de intangível	-740.957	-517.912	-872.303
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	27.737.756	13.584.040	203.366
6.03.01	Aquisição de ações em tesouraria	-101.531	-301.176	-231.252
6.03.02	Recursos de aceites e emissão de títulos	31.824.379	5.586.842	1.377.017
6.03.03	Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital	-2.400.505	11.899.363	153.504
6.03.04	Participação de não controladores no patrimônio	1.410.413	-755.989	929.097
6.03.05	Juros sobre o capital próprio distribuídos	-2.995.000	-2.845.000	-2.025.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-373.895	-101.835	55.676
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.647.018	-3.677.611	19.212.188
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.878.828	76.556.439	57.344.251
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	102.525.846	72.878.828	76.556.439

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	15.760.364	120.087	32.123.118	0	3.951.687	51.955.256	4.432.911	56.388.167
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.760.364	120.087	32.123.118	0	3.951.687	51.955.256	4.432.911	56.388.167
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-101.531	0	-3.269.818	0	-3.371.349	0	-3.371.349
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-101.531	0	0	0	-101.531	0	-101.531
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.269.818	0	-3.269.818	0	-3.269.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.443.064	-333.931	11.109.133	335.441	11.444.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.745.004	0	10.745.004	335.441	11.080.445
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	698.060	-333.931	364.129	0	364.129
5.05.02.06	Resultado realizado de instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrange	0	0	0	698.060	-698.060	0	0	0
5.05.02.07	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros	0	0	0	0	564.808	564.808	0	564.808
5.05.02.08	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	0	0	0	0	-124.358	-124.358	0	-124.358
5.05.02.09	Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior	0	0	0	0	1.978.609	1.978.609	0	1.978.609
5.05.02.10	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	2.677.671	2.677.671	0	2.677.671
5.05.02.11	Hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	-4.660.547	-4.660.547	0	-4.660.547
5.05.02.12	Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior	0	0	0	0	2.978	2.978	0	2.978
5.05.02.13	Ajustes acumulados de conversão	0	0	0	0	20.962	20.962	0	20.962
5.05.02.14	Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	0	0	0	0	-95.994	-95.994	0	-95.994
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.173.246	-8.173.246	0	0	1.410.413	1.410.413
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.173.246	-8.173.246	0	0	0	0
5.06.04	Adição de não controladores	0	0	0	0	0	0	1.410.413	1.410.413
5.07	Saldos Finais	15.760.364	18.556	40.296.364	0	3.617.756	59.693.040	6.178.765	65.871.805

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	15.760.364	421.263	25.139.020	0	3.590.324	44.910.971	4.640.064	49.551.035
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.760.364	421.263	25.139.020	0	3.590.324	44.910.971	4.640.064	49.551.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-301.176	0	-2.975.000	0	-3.276.176	0	-3.276.176
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-301.176	0	0	0	-301.176	0	-301.176
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.975.000	0	-2.975.000	0	-2.975.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.959.098	361.649	10.320.747	-207.153	10.113.594
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.980.342	0	9.980.342	274.418	10.254.760
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-21.244	361.649	340.405	-481.571	-141.166
5.05.02.06	Adição / (Redução) de não controladores e outros	0	0	0	-21.244	0	-21.244	-481.571	-502.815
5.05.02.07	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	0	0	0	0	247.042	247.042	0	247.042
5.05.02.08	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros	0	0	0	0	81.455	81.455	0	81.455
5.05.02.09	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	-1.095.838	-1.095.838	0	-1.095.838
5.05.02.10	Ajustes acumulados de conversão	0	0	0	0	-2.158	-2.158	0	-2.158
5.05.02.11	Hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	1.099.909	1.099.909	0	1.099.909
5.05.02.12	Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	0	0	0	0	31.239	31.239	0	31.239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.984.098	-6.984.098	-286	-286	0	-286
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.984.098	-6.984.098	-286	-286	0	-286
5.07	Saldos Finais	15.760.364	120.087	32.123.118	0	3.951.687	51.955.256	4.432.911	56.388.167

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	15.760.364	652.515	20.111.693	0	3.774.191	40.298.763	3.710.967	44.009.730
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.760.364	652.515	20.111.693	0	3.774.191	40.298.763	3.710.967	44.009.730
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-231.252	0	-2.161.594	0	-2.392.846	0	-2.392.846
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-231.252	0	0	0	-231.252	0	-231.252
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.161.594	0	-2.161.594	0	-2.161.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-5.843	7.194.764	-183.867	7.005.054	929.097	7.934.151
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.194.764	0	7.194.764	455.978	7.650.742
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-5.843	0	-183.867	-189.710	473.119	283.409
5.05.02.06	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	0	0	-5.843	0	-114.422	-120.265	0	-120.265
5.05.02.07	Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros	0	0	0	0	-10.499	-10.499	0	-10.499
5.05.02.08	Ajustes acumulados de conversão	0	0	0	0	-60.127	-60.127	0	-60.127
5.05.02.09	Hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	1.090.004	1.090.004	0	1.090.004
5.05.02.10	Adição de não controladores	0	0	0	0	0	0	473.119	473.119
5.05.02.11	Variação cambial sobre investimentos no exterior	0	0	0	0	-1.088.823	-1.088.823	0	-1.088.823
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.033.170	-5.033.170	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.033.170	-5.033.170	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.760.364	421.263	25.139.020	0	3.590.324	44.910.971	4.640.064	49.551.035

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	75.242.175	93.624.330	82.466.676
7.01.01	Intermediação Financeira	67.016.303	86.805.640	78.717.057
7.01.02	Prestação de Serviços	11.461.869	9.098.936	8.400.584
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.235.997	-2.280.246	-4.650.965
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-42.362.998	-63.297.555	-57.383.132
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.937.687	-10.661.456	-8.770.207
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.526.936	-807.724	-94.244
7.03.02	Serviços de Terceiros	-8.169.275	-8.181.276	-7.608.703
7.03.04	Outros	-241.476	-1.672.456	-1.067.260
7.04	Valor Adicionado Bruto	21.941.490	19.665.319	16.313.337
7.05	Retenções	-653.031	-1.223.968	-1.362.518
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-653.031	-1.223.968	-1.362.518
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.288.459	18.441.351	14.950.819
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.371.504	1.076.706	748.437
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.371.504	1.076.706	748.437
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.659.963	19.518.057	15.699.256
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	22.659.963	19.518.057	15.699.256
7.09.01	Pessoal	6.505.203	5.803.678	4.997.240
7.09.01.01	Remuneração Direta	5.374.047	4.784.650	4.077.866
7.09.01.02	Benefícios	579.922	488.748	477.265
7.09.01.03	F.G.T.S.	551.234	530.280	442.109
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.795.379	3.291.173	2.922.102
7.09.02.01	Federais	3.879.834	2.692.313	2.390.380
7.09.02.03	Municipais	915.545	598.860	531.722
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	278.936	168.445	129.172
7.09.03.01	Aluguéis	278.936	168.445	129.172
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.080.445	10.254.761	7.650.742
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.269.818	2.975.000	2.515.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.475.186	7.005.343	4.679.764
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	335.441	274.418	455.978

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

Dezembro de 2024

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Dezembro de 2024



Relatório da Administração

Em conformidade com as disposições legais, a Administração do Banco BTG Pactual S.A. (Banco ou BTG) submete à apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras e operacionais Grupo BTG, revisadas pelos auditores independentes.

Desempenho do BTG Pactual

Temos o prazer de anunciar mais uma série de resultados recordes tanto para o trimestre quanto para o ano, mesmo com a deterioração do cenário macroeconômico ao longo do ano. Nossa capacidade de expandir os retornos nesse cenário desafiador reflete nosso modelo de negócios cada vez mais diversificado e resiliente, que permite rápida adaptação às mudanças nas condições de mercado. Entregamos um ROAE de 23,1% em 2024, com fortes resultados em todas as nossas linhas de negócios e maior alavancagem operacional.

Os resultados do 4T24 também refletiram um forte desempenho, reforçando a robustez e a consistência das nossas franquias. Registramos receitas recordes de R\$6.727,8 milhões e lucro líquido de R\$3.275,7 milhões, com ROAE de 23,0%.

Investment Banking teve um forte desempenho com receitas de R\$509,9 milhões, um resultado 34,2% superior ao do 3T24, devido aos melhores resultados de DCM.

As receitas de Corporate Lending & Business Banking alcançaram novos recordes de R\$1.830,5 milhões, 6,9% maior em relação ao trimestre anterior, em linha com a expansão de 5,4% da carteira no período.

Sales & Trading registrou receitas de R\$1.549,7 milhões, 7,3% menor quando comparado ao último trimestre. O resultado é principalmente devido à contribuição de atividade de clientes, uma vez que, tivemos a menor alocação de risco da nossa história.

Asset Management alcançou receitas recordes de R\$660,8 milhões, 9,0% acima do 3T24 e 29,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. AuM/AuA atingiu R\$991,8 bilhões com NNM de R\$17,8 bilhões no trimestre.

A área de Wealth Management & Personal Banking registrou receitas de R\$963,7 milhões, com queda de 4,3% no trimestre. WuM cresceu 5,1% no período, apoiado pela forte captação líquida de R\$ 31,9 bilhões.

Por fim, Participations registrou receitas de R\$297,6 milhões, 36,9% superior ao trimestre anterior.

O resultado do ano reflete a mesma tendência do trimestre: receita e lucro líquido recordes, totalizando R\$25.054,3 milhões e R\$12.321,5 milhões, respectivamente. O forte desempenho em todas as áreas, aliado ao aumento da eficiência operacional, levou a um ROAE de 23,1%, superior aos 22,7% alcançados em 2023.

Asset e Wealth Management registraram receitas recordes no ano, com entradas líquidas acumuladas de R\$247,3 bilhões e AuM/WuM combinados de R\$1,9 trilhões – um aumento de 21% em relação ao ano anterior.

A carteira de crédito cresceu 29% no ano, alcançando R\$221,6 bilhões, impulsionada pela diversificação de produtos, segmentos e geografias, além da contínua redução do custo de captação. As receitas do ano totalizaram R\$6,5 bilhões, mais um recorde anual alcançado.

Investment Banking registrou um aumento anual de 30% nas receitas, com contribuição recorde vindo de DCM, com mais de 140 transações nos mercados locais e forte atividade de M&A.

Sales & Trading também apresentou forte desempenho, mesmo com o uso reduzido de VaR (o VaR diário médio terminou o ano em 0,21%).

As despesas operacionais foram de R\$2.867,6 milhões no 4T24 (aumento de 10,2% em relação ao 3T24) e R\$10.351,5 milhões no ano (aumento de 13,4% em relação a 2023). O aumento em 2024 foi principalmente devido a (i) bônus mais elevados (seguindo o melhor desempenho operacional ao longo do ano), (ii) maiores despesas com salários e benefícios, principalmente devido ao aumento inorgânico da contratação de novos funcionários, bem como ao processo anual de promoções e ajustes salariais, e (iii) maiores despesas administrativas e de outra natureza. No entanto, o índice de eficiência terminou o ano em 37,5%, comparado a 38,2% em 2023, à medida que continuamos a nos beneficiar da alavancagem operacional, com crescimento de receitas superando o crescimento de custos.

O lucro líquido contábil foi de R\$3.124,0 milhões no 4T24, 1,8% acima do 3T24, nosso recorde anterior, e um aumento de 14,5% em relação ao 4T23. Nosso lucro líquido contábil aumentou 18,8% em 2024, passando de R\$ 9.924,6 milhões em 2023 para R\$11.789,4 milhões em 2024.

O patrimônio líquido terminou o ano em R\$57,5 bilhões, um aumento de 2,1% em relação ao trimestre anterior e um crescimento de 16,4% em relação aos R\$ 49,4 bilhões registrados em 2023. Esse valor já considera a distribuição de R\$1.720 milhões em JCP no 4T24, totalizando R\$3.270 milhões no ano.

Ao longo do ano, continuamos a executar nossa agenda de desenvolvimento de negócios para melhorar ainda mais nossa oferta de produtos e serviços e aumentar nossa participação de mercado, com aquisições estratégicas como Orama, MY Safra, Sertrading e, mais recentemente, Julius Baer.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Dezembro de 2024



Em 2024, emitimos com sucesso (i) duas Notas Sêniores Não Garantidas de 5 anos, uma em abril e a outra em outubro, totalizando US\$1 bilhão com spreads muito atrativos, de 6,45% e 5,785% a.a. respectivamente, (ii) R\$ 8,5 bilhões em CDCA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio – com spread de aproximadamente 60bps, e (iii) R\$ 2 bilhões em notas perpétuas com spread de aproximadamente 130bps. Todas as transações foram executadas a taxas muito favoráveis e contribuíram para fortalecer ainda mais nossos índices de capital. Terminamos o ano com 12,3% de capital total Nível 1, 15,7% de Índice de Basileia total e LCR de 200%.

Em linha com nossa estratégia contínua de ESG e Investimentos de Impacto, durante 2024 continuamos a expandir nossa estratégia de captação por meio de instrumentos financeiros sustentáveis. Em dezembro de 2024, nossa contribuição total para estruturação e distribuição de emissões rotuladas desde 2016 foi de US\$ 21,6 bilhões, e o total de AuM em nossos fundos de investimento sustentável de impacto atingiu R\$ 755 milhões. No 4T24, (a) captamos US\$ 210 milhões como o EIB, dedicados a projetos de energia renovável e, (b) contribuímos para a estruturação e distribuição de um Green Bond de R\$ 400 milhões para uma subsidiária de uma das maiores empresas de energia do Brasil.

Estamos muito satisfeitos com nossas conquistas em 2024 e permanecemos muito otimistas quanto ao sucesso contínuo de nosso modelo de negócios. Estamos confiantes em nossa capacidade de entregar crescimento sustentado e expansão do ROAE, ao mesmo tempo em que entregamos valor para nossos stakeholders e continuamos fiéis à nossa cultura centrada no cliente.

Composição Acionária e Política de Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.506.119.928 ações (31 de dezembro de 2023 – 11.506.119.928), sendo 7.244.165.568 ações ordinárias (31 de dezembro de 2023 – 7.244.165.568), 2.864.529.000 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2023 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2023 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio do Banco BTG Pactual S.A. será realizada de forma periódica, conforme proposto pela administração do Banco e de acordo com o seu estatuto social. Os acionistas têm direito à distribuição mínima de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dezembro de 2024



Aprovação do programa de recompra de ações

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

Gestão de Pessoas

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco encerrou o exercício com 8.188 colaboradores, sendo 410 partners e associate partners e 7.778 funcionários.

As despesas com funcionários aumentaram 4,0% no trimestre e 21,2% em comparação com o 4T23. Despesas com salários e benefícios aumentaram para R\$664,3 milhões no 4T24 em comparação com os R\$638,5 milhões reportados no 3T, principalmente devido ao crescimento inorgânico da contratação de funcionários (relacionado à aquisição da Sertrading). As despesas com funcionários foram de R\$2.542,9 milhões em 2024, um aumento anual de 18,1%. O crescimento foi devido ao aumento na contratação de funcionários no período – principalmente vindos de aquisições estratégicas – e ao processo anual de promoções e ajustes salariais.

As despesas totais com bônus foram de R\$790,7 milhões no 4T24, um aumento de 8,7% em comparação com o 3T24, principalmente devido ao aumento das receitas, especialmente nos negócios relacionados a clientes. Em 2024, as despesas com bônus aumentaram 10,8%, atingindo R\$2.776,7 milhões, também acompanhando o aumento nas receitas durante o período. A razão de compensação diminuiu ligeiramente para 21,2% ao longo do ano, à medida que continuamos nos beneficiando da alavancagem operacional. Os bônus são determinados de acordo com o nosso programa de participação nos lucros e são calculados como percentual da nossa receita operacional (excluindo receitas de Interest & Others e Participations), menos nossas despesas operacionais.

Investimentos em Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os principais investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão destacados na nota explicativa 3. As principais movimentações no ano passado foram:

- Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- M.Y. Safra Bank
- Serglobal Participações Ltda.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com a Circular BCB nº 3.068/2001, asseguramos que os Títulos Mantidos até o Vencimento do Banco BTG são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nessa categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam um ajuste negativo de R\$ 936.044 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 102.091). Quaisquer informações adicionais podem ser encontradas na nota 8 das Demonstrações Contábeis.

Relacionamento com os Auditores

Conforme a Resolução CMN nº 4.910/21, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não presta serviços, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, mantendo a independência necessária à execução dessa atividade.

Agradecemos aos clientes e parceiros pelo suporte e pela confiança e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

Relatório da Administração

Banco BTG Pactual S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração**

Em conformidade com as disposições legais, a Administração do Banco BTG Pactual S.A. (Banco ou BTG) submete à apreciação as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras e operacionais Grupo BTG, revisadas pelos auditores independentes.

Desempenho do BTG Pactual

O ativo do Banco terminou o ano em R\$649.216.711, um crescimento de 23,74% em relação aos R\$495.115.810 registrados em 2023.

O patrimônio líquido terminou o ano em R\$65.871.805, um aumento de 14,40% em relação aos R\$56.388.167 registrados em 2023.

O lucro líquido contábil foi de R\$11.080.445 no ano de 2024, um aumento de 7,45% em relação aos R\$10.254.760 registrados no ano de 2023.

O resultado líquido com instrumentos financeiros foi de R\$24.653.305 no ano, um aumento de 4,65% em relação aos R\$23.508.085 de 2023.

As despesas operacionais foram de R\$21.836.945 no ano, um aumento de 4,52% em relação aos R\$20.848.945 de 2023.

Composição Acionária e Política de Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.506.119.928 ações (31 de dezembro de 2023 – 11.506.119.928), sendo 7.244.165.568 ações ordinárias (31 de dezembro de 2023 – 7.244.165.568), 2.864.529.000 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2023 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2023 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participação, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio do Banco BTG Pactual S.A. será realizada de forma periódica, conforme proposto pela administração do Banco e de acordo com o seu estatuto social. Os acionistas têm direito à distribuição mínima de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Relatório da Administração

Banco BTG Pactual S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Aprovação do programa de recompra de ações**

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

Gestão de Pessoas

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco encerrou o exercício com 8.188 colaboradores, sendo 410 partners e associate partners e 7.778 funcionários.

As despesas com funcionários aumentaram 4,0% no trimestre e 21,2% em comparação com o 4T23. Despesas com salários e benefícios aumentaram para R\$664,3 milhões no 4T24 em comparação com os R\$638,5 milhões reportados no 3T, principalmente devido ao crescimento inorgânico da contratação de funcionários (relacionado à aquisição da Sertrading). As despesas com funcionários foram de R\$2.542,9 milhões em 2024, um aumento anual de 18,1%. O crescimento foi devido ao aumento na contratação de funcionários no período – principalmente vindos de aquisições estratégicas – e ao processo anual de promoções e ajustes salariais.

As despesas totais com bônus foram de R\$790,7 milhões no 4T24, um aumento de 8,7% em comparação com o 3T24, principalmente devido ao aumento das receitas, especialmente nos negócios relacionados a clientes. Em 2024, as despesas com bônus aumentaram 10,8%, atingindo R\$2,776.7 milhões, também acompanhando o aumento nas receitas durante o período. A razão de compensação diminuiu ligeiramente para 21,2% ao longo do ano, à medida que continuamos nos beneficiando da alavancagem operacional. Os bônus são determinados de acordo com o nosso programa de participação nos lucros e são calculados como percentual da nossa receita operacional (excluindo receitas de Interest & Others e Participations), menos nossas despesas operacionais.

Investimentos em Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os principais investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão destacados na nota explicativa 3. As principais movimentações no ano passado foram:

- Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- M.Y. Safra Bank
- Serglobal Participações Ltda.

Relacionamento com os Auditores

Conforme a Resolução CMN nº 4.910/21, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não presta serviços, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, mantendo a independência necessária à execução dessa atividade.

Agradecemos aos clientes e parceiros pelo suporte e pela confiança e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. ("Banco" ou "BTG Pactual"), constituído sob a forma de banco múltiplo, atua em conjunto com suas controladas ("Grupo BTG Pactual"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros, câmbio, entre outros, no país e em várias localidades no exterior. O Banco tem a sua sede localizada na Praia de Botafogo, 501 – 5º andar – Torre Corcovado, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Possui como principal local de seus negócios o escritório situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual. O Banco tem como controladora a BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. por meio da BTG Pactual Holding S.A. ("Holding").

O BTG Pactual possui units listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada unit corresponde a 1 ação ordinária e a 2 ações preferenciais classe A.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Principais aquisições e vendas

FIS Privatbank S.A.

Em 23 de março de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que uma de suas controladas assinou documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do FIS Privatbank S.A., instituição financeira sediada em Luxemburgo, pelo valor de EUR 21,3 milhões. Em 20 de setembro de 2023, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Em 15 de janeiro de 2024, o nome da empresa foi alterado de FIS Privatbank S.A. para BTG Pactual Europe S.A.

Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 2 de outubro de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pelo valor de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), sujeito a determinados ajustes.

Em 15 de março de 2024, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Banco Nacional S.A.

Em 31 de maio de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que se comprometeu a adquirir o controle acionário do Banco Nacional S.A. ("BNSA"), bem como de sua subsidiária, incluindo todos os seus ativos e passivos remanescentes.

Em 15 de agosto de 2024, após a superação de todas as condições precedentes, que incluía, dentre outras, (i) a cessação do regime de liquidação extrajudicial do BNSA e (ii) a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo o Banco Central do Brasil, houve a conclusão da transação.

M.Y. Safra Bank

Em 27 de junho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma de suas controladas, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do M.Y. Safra Bank, FSB, instituição financeira sediada nos Estados Unidos. A conclusão da transação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção da aprovação do Banco Central do Brasil, *Federal Reserve Board (FED)* e *Office of the Comptroller of the Currency (OCC)* e demais aprovações regulatórias necessárias.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Eneva S.A.

Em 16 de julho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que celebrou dois memorandos de entendimento vinculantes com a Eneva S.A., um diretamente pelo Banco ("MoU Cisão") e outro por meio da sua subsidiária BTG Pactual Holding Participações S.A. ("Holding Participações") ("MoU Gera Maranhão"). Os memorandos disciplinam os termos e condições por meio dos quais a Eneva se tornará titular das participações acionárias detidas pela Holding Participações, nas sociedades que compõem o seu portfólio de ativos de geração de energia termelétrica no Brasil, Povoação Energia S.A. ("Povoação"), Tevisa Termelétrica Viana S.A. ("Tevisa") e Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão").

MoU – Cisão, (i) Tevisa e Povoação passam a ser integralmente detidas pela Eneva S.A.; e (ii) serão emitidas, em favor do BTG, na qualidade de único acionista da Holding Participações e em sucessão à parcela cindida, 126.071.428 (cento e vinte e seis milhões setenta e um mil quatrocentos e vinte e oito) novas ações ordinárias de emissão da Eneva e determinados bônus de Subscrição.

O MoU – Gera Maranhão disciplina os termos e condições para a aquisição, pela Eneva S.A., de 44.010.000 (quarenta e quatro milhões e dez mil) ações ordinárias de emissão da Gera Maranhão, as quais representam 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ("Participação Gera Maranhão").

Nos termos do MoU – Gera Maranhão, a Eneva S.A. pagaria o valor fixo de R\$ 285.000 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais) à Holding Participações pela aquisição da participação na Gera Maranhão, bem como, se for o caso, uma parcela contingente de preço em valor que pode chegar a R\$ 126.000 (cento e vinte e seis milhões de reais) sujeita ao êxito na antecipação do contrato de reserva de capacidade ("Preço Gera Maranhão").

Ademais, cumpre mencionar que, nos termos do atual acordo de acionistas da Gera Maranhão, os demais acionistas de tal companhia possuem direito de primeira oferta e direito de *tag along* com relação às ações de emissão da Gera Maranhão detidas pela Holding Participações. Desta forma os procedimentos relacionados a tais direitos são observados pela Holding Participações e Eneva S.A., conforme aplicável.

Em 6 de setembro de 2024, o Banco BTG celebrou diretamente e, também, por meio da Holding Participações, junto com a Eneva S.A. os seguintes documentos:

(i) Contrato de compra e venda: aquisição pela Eneva S.A. das ações ordinárias representativas de 50% do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Alienação de Participação");

(ii) Acordo de Associação: cisão parcial de subsidiária integral do Banco BTG com a incorporação do acervo líquido cindido pela Eneva S.A., composto exclusivamente pela integralidade das ações ordinárias de emissão de Tevisa Termelétrica Viana S.A. e Povoação Energia S.A. ("Cisão Parcial").

A Alienação de Participação e a Cisão Parcial acima mencionadas foram aprovadas em caráter definitivo pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 25 de outubro de 2024, houve a conclusão da Cisão Parcial e incorporação pela Eneva, após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Em 14 de novembro de 2024, houve a conclusão da Alienação das ações ordinárias correspondentes a 50% do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A., para a Eneva S.A., após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Serglobal Participações Ltda.

Em 18 de julho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Serglobal Participações Ltda. ("Sertrading").

Em 11 de setembro de 2024, o nome da empresa foi alterado de Serglobal Participações Ltda., para BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

Em 1º de outubro de 2024 foi concluída, após as aprovações regulatórias, a aquisição do controle acionário da Sertrading.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ofertas

Letras Financeiras Subordinadas

Em 30 de junho de 2023, o Banco emitiu R\$ 3.500.100 (três bilhões, quinhentos milhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 15 de julho de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 31 de agosto de 2023, o Banco emitiu R\$ 3.500.100 (três bilhões, quinhentos milhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 15 de setembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 6 de novembro de 2023, o Banco emitiu R\$ 2.000.100 (dois bilhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 16 de novembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco emitiu R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 15 de dezembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Notas Subordinadas

Em 12 de janeiro de 2024, o Banco, por meio de sua filial BTG Pactual Cayman Branch, anunciou a intenção de resgatar a totalidade das Notas Subordinadas (com taxa de 7,75%) — listadas na Official List of the Luxembourg Stock Exchange e negociadas no mercado Euro MTF da mesma bolsa — que estivessem em circulação em 15 de fevereiro de 2024. Após a obtenção das aprovações regulatórias, ocorreu a liquidação do resgate das Notas Subordinadas na data prevista.

Senior Notes

Em 3 de abril de 2024, o BTG Pactual emitiu Senior Notes ("Notas"), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do Global Medium Term Notes Programme cujos recursos líquidos serão utilizados no curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas perfez o montante global nominal de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) à taxa fixa de 6,25% ao ano, com data de vencimento em 8 de abril de 2029. Os juros das Notas serão pagos semestralmente em 8 de abril e em 8 de outubro de cada ano, a partir de 8 de outubro de 2024. As Notas serão listadas no Official List da Luxembourg Stock Exchange.

Em 17 de outubro de 2024, o BTG Pactual emitiu Senior Notes ("Notas"), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do Global Medium Term Notes Programme cujos recursos líquidos serão utilizados no curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas perfez o montante global nominal de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) à taxa fixa de 5,75% ao ano, com data de vencimento em 22 de janeiro de 2030. Os juros das Notas serão pagos semestralmente a partir de 22 de janeiro de 2025. As Notas serão listadas no Official List da Luxembourg Stock Exchange.

Emissão de Medium Term Notes Program

Em 26 de julho de 2024, o BTG Pactual emitiu Medium Term Notes Program (MTN), por meio de sua filial Banco BTG Pactual Chile cujos recursos líquidos serão utilizados na consecução do curso normal de negócios do Banco. A emissão deste título perfez o montante global nominal de US\$ 40.000 (quarenta milhões de dólares) à taxa fixa de 5,43% ao ano, com data de vencimento em 1º de agosto de 2029. Os juros das Notas serão pagos semestralmente.

Emissão de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

Em 13 de agosto de 2024, o Banco, por meio de uma de suas controladas, emitiu R\$ 8.500.000 (oito bilhões e quinhentos milhões) de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA"), divididas em nove séries. Os CDCAs da 1ª, 2ª e 3ª séries terão vencimentos em 5 anos e pagamentos de juros semestrais. Os CDCAs da 4ª, 5ª e 6ª séries terão vencimentos em 7 anos e pagamentos de juros semestrais. Os CDCAs da 7ª, 8ª e 9ª séries terão vencimentos em 10 anos, sendo que duas das séries terão pagamentos de juros semestrais, e uma das séries terá pagamentos de juros mensais. Em todas as séries o principal será amortizado integralmente na data de vencimento.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 11 de janeiro de 2022, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 10 de janeiro de 2022, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 567;
- Inexistência, no BTG Pactual, de *units* BPAC11 ou de ações em tesouraria;
- Manutenção, em tesouraria, das *units* BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições;
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente; e
- Em julho de 2023, o programa de recompra de ações foi encerrado.

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das *units* BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

3. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que devem seguir as normas e as instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, e, quando não conflitantes, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da legislação societária brasileira. Também são aplicados nas demonstrações financeiras os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido recepcionados pelo CMN ou pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco compreendem as demonstrações financeiras individuais do Banco, de sua agência no exterior e das empresas e de fundos de investimentos controlados, direta ou indiretamente, no país e no exterior.

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração aplique julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e os passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, ao reconhecimento de ativos contingentes e à provisão para passivos contingentes e à mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco e as suas controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, estabelecem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentada em nota explicativa.

A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revogou a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular BCB nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Referida Carta-Circular indicava que as instituições financeiras deveriam reconhecer em seu passivo, independente de avaliação da probabilidade de saída de recursos, todas as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis. No entanto, é importante destacar que os valores provisionados pelo Banco estavam aderentes tanto às disposições do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009), quanto às

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas



Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

normas estabelecidas na referida Carta-Circular. Portanto, após a revogação da Carta-Circular, não foi necessário efetuar qualquer ajuste ou adequação na contabilidade do Banco.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2025 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da posição e da evolução financeira, patrimonial, de resultados e dos fluxos de caixa do Banco. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas sobre a capacidade do Banco de continuar operando normalmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nesses princípios, premissas e normas.

As demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) conforme prevê a resolução CMN nº 4.818, de 2020, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico <https://ri.btgpactual.com>.

Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e de passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas integrantes do Grupo BTG Pactual, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

A seguir, estão apresentadas as principais entidades consolidadas, cuja somatória, considerando os montantes referentes ao Banco BTG Pactual S.A., representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do Banco em seus capitais:

Agência no exterior	País	Participação no capital total - %	
		31/12/2024	31/12/2023
Agência no exterior			
BTG Pactual Cayman Branch	Cayman	100,00%	100,00%
Controladas diretas			
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Banco Sistema S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BESA S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
ECTP Brasil S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Holding Participações S.A.	Brasil	100,00%	99,99%
Banco Nacional S.A.	Brasil	87,63%	-
Enforce Gestão de Ativos S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Internacional Holding Ltd.	Reino Unido	100,00%	100,00%
Controladas indiretas			
Banco Pan S.A.	Brasil	76,03%	74,10%
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BTG Pactual Chile S.A.	Chile	100,00%	100,00%
BTG Pactual Oil & Gas S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
BTG Pactual COMM, (CH) SA	Suíça	100,00%	100,00%
Banco BTG Colômbia S.A.	Colômbia	100,00%	100,00%
BTG Pactual Europe S.A.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.	Brasil	100,00%	-
BTG Pactual Comercializadora De Energia SASESP	Colômbia	100,00%	100,00%
BTG Pactual US Fund Aggregator	Estados Unidos	100,00%	-
Fundos de investimento			
BTG Pactual Absolute Return Master Fund	Cayman	97,58%	97,58%
FIDC FGTS	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS Investimento no Exterior	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets I	Brasil	100,00%	100,00%
Warehouse FIP	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados II FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets III	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS II Investimento no Exterior	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual International Port Fund SPC	Cayman	100,00%	100,00%
BTG Pactual Boreas Fund LP - Serie A	Cayman	100,00%	-
BTG Pactual Notus Credit Fund, L.P.	Reino Unido	100,00%	-

Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, em razão de ser essa a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco nestas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Ressalta-se que, a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, o Banco adotará as práticas contábeis estabelecidas pela Resolução CMN Nº 4.966/21 e normas correlatas, que abrangem a classificação, mensuração, apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação de instrumentos financeiros. Informações complementares sobre essa transição estão apresentadas na Nota 28 – Eventos subsequentes.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no Bacen com remuneração, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados "pro-rata die" com base na taxa efetiva de juros das operações.

c. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BCB nº 3.068/2001, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período.

Segundo a Circular BCB nº 3.068/2001, os títulos e os valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são considerados como ativo de curto prazo, independentemente de suas datas de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São aqueles não enquadrados nem como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos em contas de resultado quando da efetiva realização.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas incorridas.

d. Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos; e
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



usando técnicas em que ao menos um insumo, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados, a partir de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, são utilizados. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para o input. Os instrumentos financeiros classificados nesse nível incluem, basicamente, participações em fundos de private equity, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de Merchant Banking, alguns títulos de dívida de empresas fechadas e derivativos de energia, para os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é considerado no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de private equity (investimentos sem cotação) e Ações não listadas	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macroeconômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Títulos de dívida	Modelos padrões e comparação de preços.	Probabilidade de default, grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.
Derivativos de energia	Modelos baseados em sistema de dados (Decomp e Newwave).	Inflação, nível de reservas de água e previsão de chuvas.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps: seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros negociados no mercado secundário ou de derivativos e de títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, de swaps de taxas de juros e de swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos: valor justo apurado com base em cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos aos acima descritos para swaps.
- Opções: os valores justos desses instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes), que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de brokers e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados no mercado, que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais do Banco dispõem. As ações são calculadas com base nos preços divulgados pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelos administradores.

Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco de forma consistente com os períodos anteriores.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



e. Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e dos passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como os seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nessa categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou das desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente no resultado; e
- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior: é contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

f. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações

O valor justo dos títulos e valores mobiliários, dos instrumentos financeiros derivativos e dos demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou como despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado.

As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou do direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou de passivo. As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos.

Os ativos e os passivos decorrentes das operações de swap e de termo de moedas – dos contratos a termo sem entrega física (NDF) – são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de mercado, em contrapartida do resultado.

O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação.

g. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensar, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, de acordo com a Resolução CMN nº 3.263/2005.

h. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios

Ativos financeiros permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos quando ela retém os riscos e os benefícios relacionados a esse ativo. Nesse caso, um passivo financeiro é reconhecido.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



i. Operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito

São aplicadas as disposições constantes da Resolução CMN nº 2.682/1999. Em consequência, as operações são registradas a valor presente, calculado "pro-rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 61º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando da efetiva amortização da dívida. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são classificadas como nível H. Em consonância com as definições estabelecidas no artigo 24 da Resolução CMN nº 4.557/2017, relacionadas ao gerenciamento de risco de operações de crédito com maior nível de risco, são apresentadas nestas demonstrações financeiras as renegociações de operações cujas condições originalmente pactuadas sofreram alterações e cuja classificação de risco (rating) seja igual ou pior que E. Os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

j. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída com base na análise de concessão dos créditos, em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, atendidas às disposições constantes da Resolução CMN nº 2.682/1999, entre as quais se destacam:

- Para as operações a partir de R\$ 50 mil, as provisões são constituídas considerando as condições da operação, em função da análise periódica do nível de risco do cliente, das garantias da operação e dos setores de atividade, e não apenas quando do atraso;
- Para operações com valor inferior a R\$ 50 mil, as provisões são constituídas mediante a adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos; e
- Considerando exclusivamente os atrasos, as baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias do vencimento para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

k. Propriedades para investimento

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.967/2018, as propriedades para investimento mantidas pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário, são inicialmente mensuradas pelo custo delas, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas a valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos a elas atribuídos e são reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente ou quando a Administração julgar necessário e pode ser realizado por avaliadores independentes devidamente capacitados, a depender da situação de cada uma das propriedades.

Propriedades para investimento são baixadas quando forem vendidas ou quando deixarem de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro na sua venda.

l. Investimentos

As participações em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A Resolução CMN nº 4.817/2020, que define critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais decorrentes das alterações por ela introduzidas, considerando a sua aplicação prospectiva.

m. Conversão de Moedas Estrangeiras

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, facultou a utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco manteve seu processo de conversão com base na PTAX, que é a taxa de fechamento apurada pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e os passivos de subsidiárias e de agências no exterior são convertidos pela PTAX da data do balanço. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. Os resultados de equivalência patrimonial de subsidiárias no exterior são reconhecidos da seguinte forma: para aquelas com moeda funcional igual ao real, no resultado do período e, para aquelas com moeda funcional diferente do real: a) resultado do período - parcela referente ao resultado efetivo da subsidiária; e b) Patrimônio Líquido - parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



n. Ágio ou deságio

De acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020, o ágio ou deságio é definido como a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e dos passivos da entidade adquirida. O ágio resultante da aquisição de uma participação (em que não se detém anteriormente o controle) é contabilizado no ativo, enquanto o deságio é registrado como receita na demonstração do resultado. Já em aquisições adicionais de entidades já controladas, o ágio ou o deságio deve ser registrado no patrimônio líquido.

A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado.

o. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil -econômica dos bens.

p. Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por (i) ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida ou pela consolidação do Banco, e (ii) intangíveis identificados em combinação de negócios entre partes independentes e por direitos na aquisição de contratos de gestão de ativos e (iii) softwares e benfeitorias. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios.

q. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Esse procedimento é realizado no mínimo no fim de cada exercício.

Os ativos sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização, que é calculada de acordo com o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros; taxas de descontos; e iliquidez, entre outras.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o imposto de renda para pessoas jurídicas (IRPJ) e para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses valores for julgada provável. Para o IRPJ, a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e de 20% para a CSLL previstos, para bancos. Para as demais instituições financeiras a alíquota nominal da CSLL é de 15%, e para as instituições não financeiras é de 9%.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e dos passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para a sua compensação.

s. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração, com a assessoria de especialistas jurídicos externos.

i. Provisões

Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando:

- há uma obrigação presente (legal ou não formalizada);
- a administração entende que é provável a saída de recursos de caixa para pagar a obrigação; e
- o valor pode ser estimado com confiabilidade.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



ii. Passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou
- uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou os valores não possam ser mensurados com confiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota.

Periodicamente, os passivos contingentes são reavaliados para determinar se a saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão é constituída e incluída nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade.

iii. Ativos contingentes

Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

t. Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos, segregado entre o básico e o diluído, como requerem as práticas contábeis para as companhias abertas.

u. Reconhecimento de receita e de despesa

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

v. Resultado recorrente e não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, o BTG Pactual divulga o resultado não recorrente em nota explicativa, apresentando eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não são relacionados (ou estejam relacionados incidentalmente) com as atividades típicas do Banco.

5. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e de controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e de áreas de riscos encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

Os principais comitês e áreas envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que formula as políticas, propõe limites globais e é a última instância responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de Risco e Capital, composto por maioria de membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e das estratégias; (iii) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iv) área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Chief Risk Officer ("CRO"); (v) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização dos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções na forma prevista em normas internas; (vi) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas e aos limites regulatórios; (vii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e por relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (viii) CRO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (ix) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, pelas avaliações quanto à manutenção dos registros contábeis e da qualidade e da integridade das demonstrações financeiras; (x) área de Risco Socioambiental, que avalia os riscos social, ambiental e climático, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e mitiga impactos sociais, ambientais e climáticos adversos resultantes de nossas operações e atividades; e (xi) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



implantação das políticas e das práticas ESG, dos processos e dos procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes.

Para o gerenciamento dos demais riscos, como liquidez, *cybersecurity*, IRRBB, risco país e de transferências e para prevenção a fraudes, o Banco conta também com estruturas próprias, igualmente independentes das áreas de negócios e de suporte corporativo.

O Banco monitora e controla a exposição a riscos por meio de uma variedade de sistemas internos, distintos, porém complementares, de crédito, financeiro e não financeiro, operacional, *compliance*, tributos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês e das áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e com o controle contínuos dos riscos promove a cultura de rigoroso e efetivo controle de riscos em todo o Grupo BTG Pactual. As comissões do Banco são compostas por membros seniores das unidades de negócios e por membros superiores dos departamentos de controle, os quais são segregados e independentes das áreas de negócios e de suporte corporativo. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site <https://ri.btgpactual.com/>, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

a. Limites operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Consolidado	57.466.518	49.381.806
Nível I	56.350.258	46.334.527
Capital Principal	53.817.135	45.911.863
Capital complementar	2.533.123	422.663
Nível II	15.313.148	17.771.352
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	71.663.405	64.105.878
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	36.609.658	29.272.568
Exposição total ponderada pelo risco - (b)	457.620.722	365.907.099
Risco de Crédito	308.607.240	242.672.300
Risco Operacional	37.040.557	29.844.615
Risco de Mercado	111.972.925	93.390.184
Índice de Basileia - (a/b)	15,7%	17,5%
Capital de Nível I	12,3%	12,7%
Capital de Nível II	3,4%	4,9%
Índice de consumo de Imobilização	81,3%	57,6%
Limite para imobilização (LI)	35.831.703	32.052.939
Situação para o limite de imobilização	29.137.455	18.447.800
Valor da margem ou insuficiência	6.694.247	13.605.139

Foram observadas as Resoluções CMN nº 4.955 e nº 4.958, de 2021, que passaram a vigorar em janeiro de 2022 e dispõem sobre os critérios de apuração das parcelas e os requerimentos de capital, incluindo os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal e os Adicionais do Capital Principal. Para o cálculo das parcelas de capital para riscos (RWA), foram observados os procedimentos previstos na Resolução nº 229 de 2022 para o risco de crédito e nas Circulares nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, todas de 2013, e na Carta-Circular nº 3.498, de 2011, para o risco de mercado, e as Circulares nºs 3.640 e 3.675, de 2013, para risco operacional, todas do Banco Central do Brasil.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco Operacional.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todos os limites prudenciais e operacionais foram plenamente atendidos.

b. Risco de mercado

Análise de sensibilidade

O *Value at Risk* (*VaR*) é uma medida de sensibilidade da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o *VaR* é utilizado para medir a exposição e a sensibilidade de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. O BTG Pactual aplica simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do *VaR*, preservando as distribuições reais e a correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (*greek approximations*) e de distribuições normais. Nosso *VaR* pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada por meio de testes (*back-testing*) diários que comparam a aderência entre as estimativas de *VaR* e os ganhos realizados e as perdas incorridas.

O *VaR*, apresentado abaixo, foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade, em vinte ocorrências, de que as receitas líquidas de negociação ficarão abaixo do *VaR* estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior que o *VaR* apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas por hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos testes de estresse como um complemento do VaR em nossas atividades diárias com exposição a riscos.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para os exercícios findos em:

Em R\$ milhões	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Média diária do VaR	113,6	160,4

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e de suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento do tomador, tendo por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes são estabelecidos e revisados periodicamente pela área de Risco de Crédito e, quando aplicável, revisados e aprovados pelo Conselho de Administração, de acordo com as exposições correspondentes. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como operações de crédito, títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

d. Risco de liquidez

O Banco e as suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos por meio de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e as suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. As garantias nas operações são também monitoradas periodicamente.

e. Risco operacional

Alinhado às normas, às orientações do Bacen e aos conceitos e recomendações do Comitê de Basiléia, o BTG Pactual definiu política de gerenciamento do risco operacional aplicável ao Banco e às suas controladas no Brasil e no exterior.

A política consiste num conjunto de princípios, de processos, de procedimentos e de instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento do risco operacional ao porte, à natureza e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas do Banco.

O Banco e as suas controladas têm uma forte cultura de gestão do risco operacional, que se baseia na avaliação, no monitoramento, na simulação, na mensuração e na validação do risco e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e de controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências normativas e das diretrizes dos órgãos reguladores, à adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências, entre as quais podemos destacar as novas propostas de revisão do Acordo de Basileia 3.

f. Risco social, ambiental e climático

O BTG Pactual entende como riscos social, ambiental e climático: perdas financeiras ou danos à imagem e à reputação em decorrência de danos socioambientais. Inclui também a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou deve ser compensada; e por eventos associados a condições ambientais extremas, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas



Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O BTG Pactual, na condução dos seus negócios, atividades e processos operacionais, assume compromissos com base em práticas de negócios responsáveis e sustentáveis, equilibrando os aspectos econômicos, financeiros, regulatórios, ambientais, sociais e climáticos nas suas operações. Acreditamos que práticas comerciais sólidas e responsabilidade empresarial são fundamentos de longo prazo que devem ser aplicados diariamente para gerar valor aos acionistas e aos clientes por meio de crescimento sustentável no longo prazo.

Para informações atualizadas sobre gerenciamento destes riscos assim como a respeito de demais temas ligados à sustentabilidade, consulte os nossos relatórios anuais publicados na página de RI, assim como a nossa página ESG.

6. Disponibilidades

O saldo dessa rubrica refere-se basicamente a depósitos bancários no exterior.

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Banco	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	96.528.531	94.412.657	260.720	-	-	1.855.154	68.966.920
Posição bancada	16.759.635	16.728.949	30.686	-	-	-	22.289.294
Títulos públicos federais	16.731.449	16.700.763	30.686	-	-	-	22.235.401
Títulos emitidos por governos de outros países	3.149	3.149	-	-	-	-	9.221
Títulos corporativos	13.563	13.563	-	-	-	-	44.672
Títulos da dívida externa brasileira	11.474	11.474	-	-	-	-	-
Posição financiada	70.862.820	69.623.934	187.261	-	-	1.051.625	44.108.256
Posição vendida	8.906.076	8.059.774	42.773	-	-	803.529	2.569.370
Aplicações em depósitos interfinanceiros	20.313.919	3.810.038	1.209.700	15.294.181	-	-	7.742.474
Certificado de Depósito Interbancário	16.772.588	268.707	1.209.700	15.294.181	-	-	5.621.951
Aplicações em moeda estrangeira - overnight	3.541.331	3.541.331	-	-	-	-	2.120.523
Total	116.842.450	98.222.695	1.470.420	15.294.181	-	1.855.154	76.709.394

Em 31 de dezembro de 2024, o lastro recebido nas operações compromissadas montava a R\$ 96.892.120 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 70.147.890).

Consolidado	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	92.651.342	92.390.622	260.720	-	-	-	66.382.690
Posição bancada	26.456.397	26.425.711	30.686	-	-	-	21.162.204
Títulos públicos federais	25.574.271	25.543.585	30.686	-	-	-	20.595.346
Títulos emitidos por governos de outros países	571.813	571.813	-	-	-	-	275.912
Títulos corporativos	20.804	20.804	-	-	-	-	289.536
Títulos da dívida externa brasileira	289.509	289.509	-	-	-	-	1.410
Posição financiada	55.127.207	54.939.946	187.261	-	-	-	39.919.112
Posição vendida	11.067.738	11.024.965	42.773	-	-	-	5.301.374
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.131.114	5.920.231	1.210.883	-	-	-	7.181.799
Certificado de Depósito Interbancário	1.481.621	270.738	1.210.883	-	-	-	2.250.573
Aplicações em moeda estrangeira - overnight	5.649.493	5.649.493	-	-	-	-	4.931.226
Total	99.782.456	98.310.853	1.471.603	-	-	-	73.564.489

Em 31 de dezembro de 2024, o lastro recebido nas operações compromissadas montava a R\$ 93.158.604 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 67.804.768).

8. Títulos e valores mobiliários

a. Resumo por tipo de carteira

Apresentamos, a seguir, a composição por tipo de papel, por prazo de vencimento contratual e por tipo da carteira de títulos e valores mobiliários:

Banco				Consolidado			
31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
Custo Atualizado	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil	Custo Atualizado	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	121.288.542	120.792.014	120.792.014	139.166.399	140.259.101	139.274.555	140.700.441
Títulos Públicos	35.678.674	34.532.336	34.532.336	58.436.144	45.199.036	43.748.554	67.115.376
Títulos Privados	85.609.868	86.259.678	86.259.678	80.730.255	95.060.065	95.526.001	73.585.065
Títulos Disponíveis para Venda	28.666.432	28.273.259	28.273.259	25.371.160	38.345.976	38.250.086	30.816.957
Títulos Públicos	2.029.604	2.033.661	2.033.661	1.793.373	5.886.556	5.891.982	3.112.233
Títulos Privados	26.636.828	26.239.598	26.239.598	23.577.787	32.459.420	32.358.104	27.704.724
Títulos Mantidos até o Vencimento	5.231.934	4.620.925	5.231.934	2.900.848	11.368.565	10.432.521	9.391.853
Títulos Públicos	5.231.934	4.620.925	5.231.934	2.900.848	11.368.565	10.432.521	9.391.853
Total de Títulos e Valores Mobiliários	155.186.908	153.686.198	154.297.207	167.438.407	189.973.642	187.957.162	188.893.206

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



b. Títulos para negociação

Banco	31/12/2024							31/12/2023
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Mercado / Valor contábil
Títulos Públicos	35.678.674	34.532.336	-	8.698.829	3.059.876	9.270.629	13.503.002	58.436.144
Letras Financeiras do Tesouro	8.675.393	8.675.018	-	6.622.556	1.216.749	229.919	605.794	16.735.678
Letras do Tesouro Nacional	7.646.471	7.238.084	-	50.748	-	7.187.336	-	34.303.390
Notas do Tesouro Nacional	17.264.933	16.513.937	-	90.059	1.842.683	1.782.720	12.798.475	5.656.820
Títulos de Governos Estrangeiros	2.091.877	2.105.297	-	1.935.466	444	70.654	98.733	1.740.256
Títulos Privados	85.609.868	86.259.678	68.726.846	103.258	1.804.315	4.603.423	11.021.836	80.730.255
Ações	11.229.329	11.229.329	11.229.329	-	-	-	-	8.841.358
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	285.941	280.539	-	1.933	18.223	20.070	240.313	897.742
Certificado de Recebíveis Imobiliários	784.330	741.244	-	8	4.452	2.816	733.968	2.619.702
Corporate Bond	265.748	266.979	-	4.693	19	53.819	208.448	508.517
Cotas de Fundo de Investimento	57.497.517	57.497.517	57.497.517	-	-	-	-	50.649.200
Debêntures	12.868.431	13.591.800	-	167	383.748	3.516.586	9.691.299	12.392.992
Notas Promissórias e Comerciais	1.204.780	1.178.664	-	76.972	27.230	947.585	126.877	4.817.628
Outros	1.473.792	1.473.606	-	19.485	1.370.643	62.547	20.931	3.116
Total	121.288.542	120.792.014	68.726.846	8.802.087	4.864.191	13.874.052	24.524.838	139.166.399

Consolidado	31/12/2024							31/12/2023
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Mercado / Valor contábil
Títulos Públicos	45.199.036	43.748.554	-	10.159.092	3.292.643	11.004.032	19.292.787	67.115.376
Letras Financeiras do Tesouro	10.183.567	10.186.396	-	6.975.078	1.334.797	997.111	879.410	17.913.279
Letras do Tesouro Nacional	7.811.890	7.396.582	-	50.748	10.867	7.334.967	-	34.468.307
Notas do Tesouro Nacional	18.825.358	17.809.421	-	298.078	1.847.235	2.082.280	13.581.828	6.915.393
Tesouro Nacional	332.565	298.475	-	-	-	298.475	-	1.436.096
Títulos de Governos Estrangeiros	8.045.656	8.057.680	-	2.835.188	99.744	291.199	4.831.549	6.382.301
Títulos Privados	95.060.065	95.526.001	63.642.312	1.086.735	2.015.456	6.730.614	22.050.884	73.585.065
Ações	20.470.838	20.470.838	20.470.838	-	-	-	-	14.311.792
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	285.941	280.539	-	1.933	18.223	20.070	240.313	871.793
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.152.572	1.100.150	-	8	15.779	60.434	1.023.929	2.905.388
Corporate Bond	9.795.697	9.795.386	-	587.124	203.124	1.799.582	7.205.556	2.919.618
Cotas de Fundo de Investimento	43.171.474	43.171.474	43.171.474	-	-	-	-	28.804.278
Debêntures	17.532.195	18.106.185	-	351.103	519.929	3.844.523	13.390.630	17.914.265
Notas Promissórias e Comerciais	1.249.609	1.223.493	-	76.972	27.230	992.414	126.877	4.817.628
Outros	1.401.739	1.377.936	-	69.595	1.231.171	13.591	63.579	1.040.303
Total	140.259.101	139.274.555	63.642.312	11.245.827	5.308.099	17.734.646	41.343.671	140.700.441

c. Títulos disponíveis para venda

Banco	31/12/2024							31/12/2023
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Mercado / Valor contábil
Títulos Públicos	2.029.604	2.033.661	-	-	777.112	1.256.549	-	1.793.373
Notas do Tesouro Nacional	773.055	777.112	-	-	777.112	-	-	1.593.334
Títulos de Governos Estrangeiros	1.256.549	1.256.549	-	-	-	1.256.549	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	-	-	-	200.039
Títulos Privados	26.636.828	26.239.598	410.484	1.096.374	5.693.963	10.118.148	8.920.629	23.577.787
Ações	312.948	312.948	312.948	-	-	-	-	1.473.204
Cédula de Produto Rural	8.153.520	8.086.243	-	359.581	1.284.951	2.561.066	3.880.645	8.746.721
Corporate Bond	2.264.349	2.019.245	-	51.279	-	825.419	1.142.547	2.268.047
Debêntures	1.996.041	1.985.037	-	381.358	232.303	694.925	676.451	4.715.873
Notas Promissórias e Comerciais	13.751.000	13.677.263	-	303.365	4.176.697	5.976.583	3.220.618	6.256.679
Outros	158.970	158.862	97.536	791	12	60.155	368	117.263
Total	28.666.432	28.273.259	410.484	1.096.374	6.471.075	11.374.697	8.920.629	25.371.160

Consolidado	31/12/2024							31/12/2023
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Mercado / Valor contábil
Títulos Públicos	5.886.556	5.891.982	-	521.671	1.553.629	2.418.154	1.398.528	3.112.233
Letras Financeiras do Tesouro	1.666.976	1.666.787	-	-	776.517	530.644	359.626	554.086
Notas do Tesouro Nacional	773.055	777.112	-	-	777.112	-	-	1.593.334
Títulos de Governos Estrangeiros	3.446.525	3.448.083	-	521.671	-	1.887.510	1.038.902	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	-	-	-	964.813
Títulos Privados	32.459.420	32.358.104	4.217.803	1.297.103	6.767.172	10.830.083	9.245.943	27.704.724
Ações	4.057.260	4.057.260	4.057.260	-	-	-	-	3.302.829
Cédula de Produto Rural	8.153.520	8.086.243	-	359.581	1.284.951	2.561.066	3.880.645	8.746.719
Corporate Bond	3.955.644	4.006.933	-	251.568	783.877	1.513.878	1.457.610	3.926.474
Debêntures	2.252.841	2.241.532	-	381.358	470.497	713.226	676.451	5.115.491
Notas Promissórias e Comerciais	13.751.000	13.677.263	-	303.365	4.176.697	5.976.583	3.220.618	6.256.682
Outros	289.155	288.873	160.543	1.231	51.150	65.330	10.619	356.529
Total	38.345.976	38.250.086	4.217.803	1.818.774	8.320.801	13.248.237	10.644.471	30.816.957

d. Títulos mantidos até o vencimento

Banco	31/12/2024						31/12/2023	
	Custo Atualizado / Valor Contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Mercado	Custo Atualizado / Valor Contábil	Mercado
Títulos Públicos	5.231.934	-	-	-	5.231.934	4.620.925	2.900.848	2.916.787
Notas do Tesouro Nacional	5.231.934	-	-	-	5.231.934	4.620.925	2.900.848	2.916.787
Total	5.231.934	-	-	-	5.231.934	4.620.925	2.900.848	2.916.787

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado	31/12/2024						31/12/2023	
	Custo Atualizado / Valor Contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Mercado	Custo Atualizado / Valor Contábil	Mercado
Títulos Públicos	11.368.565	-	1.689.853	3.328.963	6.349.749	10.432.521	9.391.853	9.289.762
Notas do Tesouro Nacional	11.368.565	-	1.689.853	3.328.963	6.349.749	10.432.521	9.391.853	9.289.762
Total	11.368.565	-	1.689.853	3.328.963	6.349.749	10.432.521	9.391.853	9.289.762

O Banco tem a intenção e a capacidade financeira para manter esses ativos em carteira até o vencimento.

e. Reclassificação de títulos e valores mobiliários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas reclassificações entre as categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos para negociação", gerando um impacto de R\$ (22.763) no resultado. As transferências entre as categorias foram realizadas em linha com a intenção da Administração em gerenciar os títulos, que leva em consideração as características dos títulos e valores mobiliários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não realizou reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários.

9. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e as suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo a necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moedas e de taxas de juros. Alguns instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, do estabelecimento de estratégias, da determinação de limites, entre outras técnicas de gerenciamento e de monitoramento. Os limites de exposição a riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas políticas mencionadas anteriormente.

As operações no Brasil são negociadas e registradas ou custodiadas na B3 S.A. Quando são realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo BTG Pactual utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico, tais como, opção, termo, futuro e swap com ajustes periódicos. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de constituir hedge das posições de tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira aos limites de exposição previstos, sempre que os comitês e as áreas de gestão e de monitoramento de riscos considerem necessários.

• Hedge de investimento líquido em operações no exterior

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a estratégia de *hedge* investimento líquido do BTG Pactual no exterior consiste na contratação de *hedge* de exposição em moeda estrangeira proveniente da moeda funcional da operação no exterior em relação ao real, moeda funcional do Banco.

Para proteção em relação a alterações dos fluxos de caixa futuros em decorrência de variação cambial sobre os investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuro, ativos financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Banco e Consolidado	31/12/2024			Objeto do hedge (ii)
	Valor nominal	Instrumento de hedge Variação do valor justo (i)		
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	26.272.304	(4.660.547)		4.656.280

	31/12/2023			Objeto do hedge (ii)
	Valor nominal	Instrumento de hedge Variação do valor justo (i)		
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	18.990.996	1.099.909		(1.095.838)

(i) Registrado no resultado abrangente do período / exercício.
(ii) Considera tanto os valores de variação cambial sobre ativos e passivos consolidados de operações no exterior, quanto a variação cambial sobre investimentos, registrados no resultado abrangente do período/ exercício.

• Hedge de valor justo

O BTG Pactual adota a estratégia de hedge de valor justo, que consiste em refletir contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados. A exposição prefixada é proveniente das atividades de Financiamentos e Créditos Estruturados nas quais o Banco opera com seus clientes por intermédio da área de *Corporate Lending* e das características e da prática do mercado brasileiro.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Além disso, para financiar todas as linhas de negócio do BTG Pactual, são realizadas captações por meio de instrumentos de dívida indexados principalmente a percentuais do DI, ao IPCA e a taxas prefixadas, que consequentemente necessitam de proteção contra às variações do mercado. Os principais objetos protegidos por meio desta estratégia são Certificados de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras - LF, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.

Os instrumentos designados para a relação de hedge, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP) e Swaps.

Banco		31/12/2024	
		Instrumento de hedge	
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(13.734.029)	(1.791.020)	1.913.062
		31/12/2023	
		Instrumento de hedge	
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.139.011)	(386.651)	343.470
Consolidado		31/12/2024	
		Instrumento de hedge	
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.627.349)	(2.362.417)	2.484.459
		31/12/2023	
		Instrumento de hedge	
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.139.011)	(386.651)	343.470

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve revogação de uma parcela das estratégias de hedge, cuja parcela efetiva era de R\$ 155.021 e está sendo diferida no resultado de acordo com os prazos dos objetos de hedge.

a. Nacionais registrados em contas de compensação e patrimoniais

Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. Nas posições assumidas decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, demonstradas abaixo, foram consideradas as disposições da Circular BCB nº 3.641/2013, que prevê a exclusão dos contratos em moeda, em ouro e em outros ativos vinculados à exposição cambial, vencidos no primeiro dia útil subsequente à data da apuração da exposição cambial. As contas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap, de *Non-Deliverable Forward* (NDF) e de *Deliverable Forward* (DF) no quadro a seguir.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Banco	31/12/2024				31/12/2023
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	118.855.091	29.294.615	68.120.608	216.270.314	133.431.366
Moeda	398.829	-	-	398.829	2.590.941
Taxa de juros	95.362.628	26.242.382	68.081.300	189.686.310	130.410.695
Commodities	21.500.531	3.052.233	39.308	24.592.072	157.930
Índices	1.593.103	-	-	1.593.103	271.800
Posição vendida	134.424.830	79.830.249	35.086.344	249.341.423	47.851.138
Moeda	10.366.657	64.098	-	10.430.755	8.432.554
Taxa de juros	116.837.142	79.324.283	34.959.872	231.121.297	39.242.728
Commodities	6.575.314	441.868	126.472	7.143.654	175.660
Índices	645.717	-	-	645.717	196
Swap					
Posição ativa	394.226.220	47.328.776	748.390.207	1.189.945.203	909.858.119
Moeda	56.323.588	5.441.813	309.705.794	371.471.195	291.592.197
Taxa de juros	334.671.072	37.333.858	434.328.546	806.333.476	601.431.726
Commodities	809.703	138.198	89.188	1.037.089	1.902.730
Índices	1.563.921	1.949.910	1.484.086	4.997.917	10.468.195
Ação	857.936	2.464.997	2.782.593	6.105.526	4.463.271
Posição passiva	396.405.178	47.167.131	749.497.789	1.193.070.098	911.320.414
Moeda	57.497.878	5.613.131	294.051.022	357.162.031	315.445.149
Taxa de juros	336.237.353	37.329.795	451.568.218	825.135.366	578.443.418
Commodities	770.639	103.833	94.392	968.864	1.717.260
Índices	991.801	1.947.353	846.920	3.786.074	10.287.241
Ação	907.507	2.173.019	2.937.237	6.017.763	5.427.346
Derivativos de crédito					
Posição ativa	243.977	-	11.892.256	12.136.233	8.999.821
Soberano	-	-	1.888.652	1.888.652	191.159
Corporativo	243.977	-	10.003.604	10.247.581	8.808.662
Posição passiva	-	-	8.984.817	8.984.817	2.529.691
Soberano	-	-	653.046	653.046	159.763
Corporativo	-	-	8.331.771	8.331.771	2.369.928
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	158.167.818	44.970.649	58.570.375	261.708.842	148.869.503
Moeda	150.697.232	36.684.249	27.036.961	214.418.442	126.294.356
Commodities	3.727.986	4.065.354	8.158.981	15.952.321	8.318.719
Taxa de juros	3.742.600	4.221.046	23.374.433	31.338.079	14.256.428
Posição passiva	157.276.159	44.686.917	59.349.015	261.312.091	148.557.274
Moeda	149.804.887	36.399.933	27.815.601	214.020.421	125.966.970
Commodities	3.728.672	4.065.938	8.158.981	15.953.591	8.321.938
Taxa de juros	3.742.600	4.221.046	23.374.433	31.338.079	14.268.366
Operações a termo					
Posição ativa	227.336	-	-	227.336	1.702.715
Taxa de juros	52.478	-	-	52.478	335.452
Títulos Públicos	174.858	-	-	174.858	1.367.263
Posição passiva	227.485	-	-	227.485	1.703.342
Taxa de juros	52.653	-	-	52.653	335.324
Títulos Públicos	174.832	-	-	174.832	1.368.018
Opções					
Posição ativa	183.867.953	41.997.857	20.756.298	246.622.108	165.098.822
Compra de opção de compra	77.826.717	38.495.000	19.911.506	136.233.223	44.218.633
Índices	148.499	10.868.208	738.397	11.755.104	7.243.622
Ação	4.550.481	735.266	10.810.362	16.096.109	5.696.868
Commodities	2.605.477	65.084	52.271	2.722.832	783.553
Moeda	70.522.260	26.670.702	7.604.752	104.797.714	13.436.284
Taxa de juros	-	155.740	705.724	861.464	17.058.306
Compra de opção de venda	106.041.236	3.502.857	844.792	110.388.885	120.880.189
Índices	98.820.166	2.300.303	-	101.120.469	68.471.895
Ação	2.138.626	347.494	759.468	3.245.588	15.435.959
Commodities	-	-	-	-	2.087.484
Moeda	5.082.444	855.060	85.324	6.022.828	21.905.673
Taxa de juros	-	-	-	-	12.979.178
Posição passiva	179.372.689	34.187.341	21.141.158	234.701.188	148.577.267
Venda de opção de compra	76.552.477	30.479.782	19.610.257	126.642.516	106.056.529
Índices	205.511	2.751.545	1.836.402	4.793.458	65.121.617
Ação	5.868.634	1.933.967	10.009.424	17.812.025	11.210.945
Commodities	3.613.678	232.298	36.550	3.882.526	1.138.151
Moeda	66.822.583	25.360.250	7.435.037	99.617.870	9.908.921
Taxa de juros	42.071	201.722	292.844	536.637	18.676.895
Venda de opção de venda	102.820.212	3.707.559	1.530.901	108.058.672	42.520.738
Índices	98.837.534	3.104.309	239.983	102.181.826	5.631.496
Ação	2.263.927	439.000	941.536	3.644.463	9.593.621
Commodities	-	-	-	-	1.917.540
Moeda	1.707.726	158.497	103.265	1.969.488	12.240.820
Taxa de juros	11.025	5.753	246.117	262.895	13.137.261
Posição ativa	855.588.395	163.591.897	907.729.744	1.926.910.036	1.367.960.346
Posição passiva	867.706.341	205.871.638	874.059.123	1.947.637.102	1.260.539.126

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado	31/12/2024				31/12/2023
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	126.960.890	29.757.429	70.588.631	227.306.950	135.408.043
Moeda	769.785	-	-	769.785	2.621.227
Taxa de juros	98.269.090	26.680.524	70.549.323	195.498.937	130.906.707
Commodities	24.608.877	3.076.905	39.308	27.725.090	1.542.988
Índices	3.313.138	-	-	3.313.138	337.121
Posição vendida	160.558.474	88.875.951	57.455.520	306.889.945	92.713.849
Moeda	13.275.372	158.157	-	13.433.529	20.891.124
Taxa de juros	135.110.792	87.500.299	57.313.455	279.924.546	69.481.452
Commodities	9.113.833	1.217.495	142.065	10.473.393	2.341.077
Índices	3.058.477	-	-	3.058.477	196
Swap					
Posição ativa	278.896.554	42.677.221	108.451.958	430.025.733	301.319.471
Moeda	12.092.408	5.626.813	8.994.337	26.713.558	25.866.054
Taxa de juros	263.001.672	34.707.641	95.600.604	393.309.917	263.719.441
Commodities	604.403	138.199	89.188	831.790	1.815.644
Índices	1.585.250	967.567	1.484.086	4.036.903	6.597.085
Ação	1.612.821	1.237.001	2.283.743	5.133.565	3.321.247
Posição passiva	278.212.351	42.102.317	105.597.887	425.912.555	302.924.114
Moeda	12.067.180	5.615.767	7.410.578	25.093.525	26.849.002
Taxa de juros	262.987.406	34.549.276	95.056.855	392.593.537	263.568.645
Commodities	530.700	103.833	94.392	728.925	1.578.227
Índices	1.012.441	966.424	846.920	2.825.785	6.373.795
Ação	1.614.624	867.017	2.189.142	4.670.783	4.554.445
Derivativos de crédito					
Posição ativa	243.977	-	11.886.063	12.130.040	8.936.884
Soberano	-	-	1.882.459	1.882.459	171.793
Corporativo	243.977	-	10.003.604	10.247.581	8.765.091
Posição passiva	-	-	8.978.625	8.978.625	2.466.754
Soberano	-	-	646.854	646.854	140.398
Corporativo	-	-	8.331.771	8.331.771	2.326.356
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	101.112.793	33.261.077	49.096.157	183.470.027	110.525.233
Moeda	93.641.971	24.974.354	17.563.327	136.179.652	87.763.043
Commodities	3.728.222	4.065.677	8.158.397	15.952.296	8.274.613
Taxa de juros	3.742.600	4.221.046	23.374.433	31.338.079	14.487.577
Posição passiva	100.936.052	33.300.053	49.430.539	183.666.644	109.564.970
Moeda	93.464.780	25.013.069	17.897.125	136.374.974	87.094.790
Commodities	3.728.672	4.065.938	8.158.981	15.953.591	8.277.832
Taxa de juros	3.742.600	4.221.046	23.374.433	31.338.079	14.192.348
Operações a termo					
Posição ativa	1.414.580	99.334	27.294	1.541.208	2.355.318
Taxa de juros	83.279	-	467	83.746	335.452
Commodities	789.705	52.422	24.114	866.241	262.381
Títulos Públicos	279.731	-	-	279.731	1.549.038
Ação	261.865	46.912	2.713	311.490	206.874
Moeda	-	-	-	-	1.573
Posição passiva	1.396.218	47.461	16.752	1.460.431	2.679.340
Taxa de juros	83.454	-	397	83.851	335.324
Commodities	800.721	7.798	14.213	822.732	591.111
Títulos Públicos	279.671	-	-	279.671	1.542.267
Ação	232.372	39.663	2.142	274.177	208.890
Moeda	-	-	-	-	1.748
Opções					
Posição ativa	167.150.551	104.918.435	19.037.985	291.106.971	170.893.724
Compra de opção de compra	56.385.234	30.275.609	18.155.240	104.816.083	40.608.161
Índices	1.084.327	10.868.208	738.397	12.690.932	7.254.386
Ação	4.795.804	873.133	11.007.001	16.675.938	6.444.724
Commodities	2.645.787	65.084	52.271	2.763.142	819.964
Moeda	47.858.306	18.209.980	5.651.847	71.720.133	9.030.781
Taxa de juros	1.010	259.204	705.724	965.938	17.058.306
Compra de opção de venda	110.765.317	74.642.826	882.745	186.290.888	130.285.563
Índices	99.280.461	2.300.303	-	101.580.764	72.183.671
Ação	2.234.039	9.810.855	797.421	12.842.315	23.760.697
Commodities	96.061	-	-	96.061	2.220.206
Moeda	5.381.994	855.060	85.324	6.322.378	19.141.811
Taxa de juros	3.772.762	61.676.608	-	65.449.370	12.979.178
Posição passiva	170.334.321	90.173.204	16.731.406	277.238.931	149.570.394
Venda de opção de compra	62.441.634	24.716.563	15.228.751	102.386.948	105.467.614
Índices	500.416	2.834.871	1.816.573	5.151.860	65.164.294
Ação	6.325.868	1.948.415	5.649.692	13.923.975	12.404.483
Commodities	3.658.912	262.486	36.550	3.957.948	1.170.273
Moeda	51.709.698	19.365.581	7.433.227	78.508.506	8.051.669
Taxa de juros	246.740	305.210	292.709	844.659	18.676.895
Venda de opção de venda	107.892.687	65.456.641	1.502.655	174.851.983	44.102.780
Índices	99.540.385	3.098.050	221.334	102.859.769	9.280.579
Ação	2.369.352	505.891	933.708	3.808.951	10.252.165
Commodities	9.722	11.843	-	21.565	1.945.166
Moeda	2.189.828	158.497	102.528	2.450.853	9.487.609
Taxa de juros	3.783.400	61.682.360	245.085	65.710.845	13.137.261
Posição ativa	675.779.345	210.713.496	259.088.088	1.145.580.929	729.438.673
Posição passiva	711.437.416	254.498.986	238.210.729	1.204.147.131	659.919.421

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



b. Valor nocional por contraparte

Banco	31/12/2024					31/12/2023
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	118.921.388	97.348.926	-	-	216.270.314	133.431.366
Posição vendida	47.124.835	202.216.588	-	-	249.341.423	47.851.138
Swap						
Posição ativa	161.483.838	996.726.549	28.224.101	3.510.715	1.189.945.203	909.858.119
Posição passiva	161.456.825	1.003.891.078	24.704.547	3.017.648	1.193.070.098	911.320.414
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	12.136.233	-	-	12.136.233	8.999.821
Posição passiva	-	8.984.817	-	-	8.984.817	2.529.691
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	169.409.682	92.065.097	234.063	261.708.842	148.869.503
Posição passiva	-	169.657.868	91.430.968	223.255	261.312.091	148.557.274
Operações a Termo						
Posição ativa	-	226.113	-	1.223	227.336	1.702.715
Posição passiva	-	226.289	-	1.196	227.485	1.703.342
Mercado de opções						
Posição ativa	10.618.553	227.149.504	6.959.153	1.894.898	246.622.108	165.098.822
Posição passiva	3.269.064	218.994.334	7.654.797	4.782.993	234.701.188	148.577.267
Posição ativa	291.023.779	1.502.997.007	127.248.351	5.640.899	1.926.910.036	1.367.960.346
Posição passiva	211.850.724	1.603.970.974	123.790.312	8.025.092	1.947.637.102	1.260.539.126

Consolidado	31/12/2024					31/12/2023
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	126.673.707	100.633.243	-	-	227.306.950	135.408.043
Posição vendida	99.140.265	207.749.680	-	-	306.889.945	92.713.849
Swap						
Posição ativa	17.211.924	387.945.143	21.357.951	3.510.715	430.025.733	301.319.471
Posição passiva	17.265.058	387.025.472	18.604.377	3.017.648	425.912.555	302.924.114
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	12.130.040	-	-	12.130.040	8.936.884
Posição passiva	-	8.978.625	-	-	8.978.625	2.466.754
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	98.841.390	84.394.574	234.063	183.470.027	110.525.233
Posição passiva	-	99.321.223	84.122.166	223.255	183.666.644	109.564.970
Operações a Termo						
Posição ativa	326.309	362.254	851.422	1.223	1.541.208	2.355.318
Posição passiva	296.942	362.327	799.966	1.196	1.460.431	2.679.340
Mercado de opções						
Posição ativa	68.220.315	213.929.804	7.061.954	1.894.898	291.106.971	170.893.724
Posição passiva	68.535.976	196.277.742	7.642.220	4.782.993	277.238.931	149.570.394
Posição ativa	212.432.255	813.841.874	113.665.901	5.640.899	1.145.580.929	729.438.673
Posição passiva	185.238.241	899.715.069	111.168.729	8.025.092	1.204.147.131	659.919.421

c. Derivativos de crédito

Banco			Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Swap de crédito				
Risco transferido				
Soberano	1.888.652	191.159	1.882.459	171.793
Corporativo	10.247.581	8.808.662	10.247.581	8.765.091
Risco recebido				
Soberano	(653.046)	(159.763)	(646.854)	(140.398)
Corporativo	(8.331.771)	(2.369.928)	(8.331.771)	(2.326.356)
Total	3.151.416	6.470.130	3.151.415	6.470.130

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve a ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



d. Por valor de custo e mercado

Banco	31/12/2024					31/12/2023
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Mercado
Swaps						
Posição ativa	5.316.943	23.757.177	1.171.100	795.914	21.790.163	26.314.095
Posição passiva	5.075.547	26.881.445	3.656.636	347.534	22.877.275	27.799.419
Derivativos de crédito						
Posição ativa	862.145	1.143.862	209	-	1.143.653	536.499
Posição passiva	226.019	261.169	-	-	261.169	38.207
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	10.032.795	8.553.956	4.286.974	807.248	3.459.734	3.552.185
Posição passiva	8.910.405	8.479.158	3.680.536	1.857.232	2.941.390	4.338.492
Operações a termo						
Posição ativa	230.484	227.336	227.336	-	-	1.702.715
Posição passiva	228.916	227.485	227.485	-	-	1.703.343
Mercado de opções						
Posição ativa	7.040.013	9.392.367	5.230.108	1.847.128	2.315.131	8.640.966
Posição passiva	7.187.960	7.716.337	4.457.902	1.913.395	1.345.040	12.838.602
Posição ativa	23.482.380	43.074.698	10.915.727	3.450.290	28.708.681	40.746.460
Posição passiva	21.628.847	43.565.594	12.022.559	4.118.161	27.424.874	46.718.063

Consolidado	31/12/2024					31/12/2023
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Mercado
Swaps						
Posição ativa	5.789.702	6.905.986	700.125	910.502	5.295.359	4.017.732
Posição passiva	4.158.431	2.851.490	339.696	336.980	2.174.814	5.532.907
Derivativos de crédito						
Posição ativa	866.982	1.148.626	209	-	1.148.417	532.204
Posição passiva	245.899	281.512	-	-	281.512	38.073
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	8.458.694	7.972.761	3.355.943	1.348.104	3.268.714	4.227.541
Posição passiva	9.385.361	8.931.979	3.455.821	2.776.559	2.699.599	4.314.000
Operações a termo						
Posição ativa	1.594.693	1.589.854	1.443.346	110.715	35.793	2.409.042
Posição passiva	1.461.882	1.462.148	1.395.417	49.570	17.161	2.733.011
Mercado de opções						
Posição ativa	6.475.972	8.493.847	4.568.413	1.729.931	2.195.503	8.797.108
Posição passiva	6.954.501	7.419.521	4.288.271	1.836.204	1.295.046	12.870.292
Posição ativa	23.186.043	26.111.074	10.068.036	4.099.252	11.943.786	19.983.627
Posição passiva	22.206.074	20.946.650	9.479.205	4.999.313	6.468.132	25.488.283

e. Margens dadas em garantia

A margem de garantia dada em operações negociadas na B3 S.A. e em outras bolsas de valores com instrumentos financeiros derivativos é composta principalmente por títulos públicos federais, títulos emitidos por governos de outros países, debêntures e outros, perfazendo o montante de R\$ 2.998.607 para o Banco e R\$ 9.181.739 para o Consolidado (31 de dezembro de 2023 – R\$ 7.411.664 e R\$ 17.064.529, respectivamente).

10. Operações de crédito

As operações de crédito e as outras operações com características de concessão de crédito podem ser assim demonstradas:

a. Operações de crédito

i. Por modalidade de crédito

	Banco				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
Modalidade de crédito	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Empréstimos	52.055.083	(1.281.756)	44.122.319	(1.975.936)	112.775.855	(2.835.870)	86.841.864	(3.197.438)
Financiamentos	5.278.088	(28.703)	6.612.356	(222.321)	34.531.760	(2.168.405)	28.237.891	(1.734.680)
FINAME/BNDES	6.686.031	(30.160)	5.667.070	(25.238)	6.686.031	(30.160)	5.667.070	(25.238)
Operações com características de concessão de crédito	2.160.827	(10.826)	1.259.521	(6.752)	4.184.392	(52.966)	2.912.449	(38.462)
Adiantamento de contratos de câmbio	5.235.386	(41.623)	2.154.154	(10.198)	5.235.437	(45.263)	2.154.154	(10.198)
Financiamento de títulos e valores mobiliários	285.976	-	249.256	-	1.004.617	-	943.006	(16.429)
Créditos cedidos com coobrigação	-	-	-	-	6.880	(6.670)	77.963	(4.113)
Subtotal	71.701.391	(1.393.068)	60.064.676	(2.240.445)	164.424.972	(5.139.334)	126.834.397	(5.026.558)
Ajuste ao valor de mercado (i)	(91.486)	-	82.242	-	(1.919.125)	-	693.908	-
Total de operações de crédito	71.609.905	(1.393.068)	60.146.918	(2.240.445)	162.505.847	(5.139.334)	127.528.305	(5.026.558)

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



ii. Por nível de risco e por prazo de vencimento

Banco							31/12/2023	
31/12/2024							31/12/2023	
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	A vencer De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	7.381	18.673.455	2.493.062	16.102.683	37.276.581	-	31.951.723	-
A	22.368	5.639.416	4.087.522	12.982.723	22.732.029	(114.037)	16.777.702	(86.036)
B	32.797	1.811.515	2.106.139	4.800.587	8.751.038	(87.601)	6.521.978	(65.868)
C	37.544	85.862	170.598	618.704	912.708	(46.467)	898.628	(42.791)
D	2.426	210.763	85.636	502.983	801.808	(90.239)	871.580	(103.421)
E	49.546	11.862	542	22.665	84.615	(29.106)	19.679	(5.904)
F	22.215	1.235	841	27.437	51.728	(31.194)	2.439.537	(1.405.217)
G	250.857	9.747	579	187.564	448.747	(352.287)	236.172	(183.531)
H	51.562	20.659	71.091	498.825	642.137	(642.137)	347.677	(347.677)
Total	476.696	26.464.514	9.016.010	35.744.171	71.701.391	(1.393.068)	60.064.676	(2.240.445)

Consolidado							31/12/2023	
31/12/2024							31/12/2023	
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	A vencer De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	24.897	25.896.525	6.084.022	26.483.190	58.488.634	(25.313)	47.095.060	(16.808)
A	394.147	19.387.179	12.449.227	45.795.705	78.026.258	(406.224)	56.413.077	(318.945)
B	191.468	3.626.625	2.825.681	9.285.976	15.929.750	(194.049)	11.497.094	(141.854)
C	283.599	1.099.324	574.157	2.396.318	4.353.398	(171.111)	3.234.066	(120.264)
D	383.112	546.263	275.809	1.078.866	2.284.050	(248.516)	2.311.279	(257.084)
E	290.829	182.802	128.530	348.595	950.756	(288.788)	859.913	(266.764)
F	218.493	120.520	95.979	252.900	687.892	(349.168)	3.015.721	(1.693.309)
G	453.168	96.698	64.279	372.393	986.538	(738.469)	716.241	(519.584)
H	1.152.743	308.994	289.153	966.806	2.717.696	(2.717.696)	1.691.946	(1.691.946)
Total	3.392.456	51.264.930	22.786.837	86.980.749	164.424.972	(5.139.334)	126.834.397	(5.026.558)

iii. Por setor de atividade

Banco			Consolidado	
Sector	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Comércio	224.042	48.634	12.694.601	11.111.609
Indústria	22.533.747	18.584.428	27.772.085	18.595.173
Serviços	42.605.587	36.640.796	49.701.016	49.506.343
Rural	870.666	893.551	912.828	894.463
Pessoas Físicas	5.467.349	3.897.267	73.344.442	46.726.809
Total	71.701.391	60.064.676	164.424.972	126.834.397

b. Concentração de risco de crédito

	Banco					Consolidado			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%		31/12/2024	%	31/12/2023	%
Maiores devedores									
10 maiores devedores	18.101.188	25%	17.292.095	29%		18.101.188	11%	17.292.095	14%
20 seguintes maiores devedores	12.604.336	18%	8.929.954	15%		13.429.301	8%	9.465.893	7%
50 seguintes maiores devedores	11.251.729	16%	9.686.738	16%		14.154.740	9%	11.094.442	9%
100 seguintes maiores devedores	10.238.011	14%	8.931.062	15%		14.585.677	9%	10.787.873	9%
200 seguintes maiores devedores	8.175.012	11%	6.956.687	11%		12.665.225	8%	8.905.840	7%
500 seguintes maiores devedores	5.981.730	8%	4.726.134	8%		10.034.723	6%	6.775.299	5%
Acima de 500 maiores devedores	5.349.385	8%	3.542.006	6%		81.454.118	49%	62.512.955	49%
Total	71.701.391	100%	60.064.676	100%		164.424.972	100%	126.834.397	100%

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito durante os exercícios foi a seguinte:

Banco			Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais do exercício	(2.240.445)	(2.534.235)	(5.026.558)	(5.486.031)
Reversão/(constituição) de provisão	972.142	(159.648)	(2.844.319)	(2.410.322)
Baixa contra provisão / Outros	814.189	453.438	2.731.543	2.869.795
Aquisição de carteiras	(938.954)	-	-	-
Saldos finais do exercício	(1.393.068)	(2.240.445)	(5.139.334)	(5.026.558)

d. Renegociação

Banco

- Operações de crédito renegociadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024: R\$ 185.006 (R\$ 199.939 – no mesmo período de 2023).
- Liquidações entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 de contratos anteriormente renegociados: R\$ 79.937 (R\$ 406.398 – no mesmo período de 2023).
- Valor baixado para prejuízo entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 de contratos anteriormente renegociados: R\$ 65.611 (R\$ 62.979 – no mesmo período de 2023).

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado

- Operações de crédito renegociadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024: R\$ 2.263.697 (R\$ 1.812.917 – no mesmo período de 2023).
- Liquidações entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 de contratos anteriormente renegociados: R\$ 1.300.724 (R\$ 1.098.054 – no mesmo período de 2023).
- Valor baixado para prejuízo entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 de contratos anteriormente renegociados: R\$ 131.691 (R\$ 226.393 – no mesmo período de 2023).

e. Recuperação de Crédito baixados para prejuízo

Banco

Entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, o Banco reconheceu receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 114.381 (R\$ 77.282 – no mesmo período de 2023).

Consolidado

Entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo BTG Pactual reconheceu receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 498.599 (R\$ 361.181 – no mesmo período de 2023).

f. Garantias financeiras

Banco

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco concedeu garantias financeiras por meio de avais e fianças no valor de R\$ 44.210.995 (31 de dezembro de 2023 – R\$38.593.949). As provisões para perda relacionadas à estas posições, registradas no passivo, correspondem ao valor de R\$ 676.502 (31 de dezembro de 2023 – R\$411.188).

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo BTG Pactual concedeu garantias financeiras por meio de avais e fianças no valor de R\$ 46.420.519 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 40.136.277). As provisões para perda relacionadas à estas posições, registradas no passivo, correspondem ao valor de R\$ 694.416 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 435.897).

11. Carteira de câmbio

a. Ativo – Outros créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Direitos sobre vendas de câmbio	44.648.153	10.440.444	45.538.392	11.137.614
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(66.903)	(3.639)	(66.903)	(3.639)
Moeda Nacional	44.581.250	10.436.805	45.471.489	11.133.975
Câmbio comprado a liquidar	18.463.808	5.508.796	14.297.870	5.129.693
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(158.222)	(211.858)	(158.222)	(211.858)
Moeda Estrangeira	18.305.586	5.296.938	14.139.648	4.917.835
Total	62.886.836	15.733.743	59.611.137	16.051.810
Circulante	62.178.276	15.675.422	58.902.577	15.994.534
Não Circulante	708.560	58.321	708.560	57.276

b. Passivo – Outras obrigações

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Câmbio vendido a liquidar	45.672.091	10.390.707	45.804.218	10.503.295
Moeda Estrangeira	45.672.091	10.390.707	45.804.218	10.503.295
Obrigações por compras de câmbio	23.317.574	7.830.692	19.410.558	7.652.816
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(4.511.153)	(2.194.299)	(4.511.153)	(2.194.299)
Moeda Nacional	18.806.421	5.636.393	14.899.405	5.458.517
Total	64.478.512	16.027.100	60.703.623	15.961.812
Circulante	63.785.711	15.974.734	60.010.822	15.910.502
Não circulante	692.801	52.366	692.801	51.310

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12. Outros créditos

a. Rendas a receber

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos e bonificações	423.437	520.830	165.398	187.670
Serviços prestados a receber	11.893	42.364	359.238	209.994
Direitos sobre operações de energia	1.619.741	1.315.606	1.619.741	1.429.699
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	8.360	9.315	1.599.710	1.217.630
Taxa de distribuição	46.695	16.898	46.762	16.972
Comissões de fianças	30.102	21.784	32.842	28.128
Total	2.140.228	1.926.797	3.823.691	3.090.093
Circulante	514.057	614.867	1.948.381	1.571.642
Não circulante	1.626.171	1.311.930	1.875.310	1.518.451

b. Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Devedores diversos (i)	7.503.811	6.524.963	12.354.000	5.386.393
Depósitos judiciais	1.356.145	1.293.423	6.125.800	3.496.229
Impostos a compensar	689.092	420.634	3.909.360	2.878.421
Commodities / estoque	-	-	1.829.359	586.324
Negociação e intermediação de valores	9.449.935	3.157.236	11.327.050	5.306.113
Sem característica de concessão de crédito	1.200.245	449.582	7.856.223	8.720.447
Propriedade para investimento	-	-	1.334.326	719.938
Outros	75.120	100.149	1.976.104	1.247.735
Total	20.274.348	11.945.987	46.712.222	28.341.600
Circulante	10.698.460	4.964.217	31.297.217	13.364.590
Não circulante	9.575.888	6.981.770	15.415.005	14.977.010

- (i) No Banco, refere-se majoritariamente a valores a receber de controladas. No Consolidado, corresponde substancialmente a valores a receber decorrentes de vendas a prazo de commodities.

Notas Explicativas
Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13. Participações em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado

Banco	Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado					
	Patrimônio líquido ajustado (i)		Lucro líquido / (Prejuízo) ajustado (i)		Participação direta	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	1.337.934	1.026.726	292.821	231.892	99,99%	99,99%
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.778.755	1.621.567	158.191	203.998	99,99%	99,99%
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	1.055.347	684.169	371.178	308.994	99,99%	99,99%
BTG Pactual Holding Participações S.A.	2.264.864	1.394.223	1.537.230	966.984	100,00%	99,99%
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	14.512.311	11.354.435	911.412	888.414	100,00%	100,00%
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	1.209.808	944.887	268.395	215.197	99,99%	99,99%
BTG Pactual International Holding Ltd.	1.542.238	924.724	347.885	117.637	100,00%	100,00%
Banco Pan S.A.	7.074.823	6.824.552	692.978	(388.294)	50,29%	48,10%
Banco Sistema S.A.	4.125.035	4.045.326	95.197	(179.612)	100,00%	100,00%
Banco BESA S.A.	4.392.431	3.218.566	1.393.378	1.572.116	100,00%	100,00%
ECTP Brasil S.A. (ii)	11.340.869	10.920.307	420.562	127.176	100,00%	100,00%
Enforce Gestão de Ativos S.A.	2.745.032	214.867	77.873	64.939	100,00%	100,00%
Banco Nacional S.A. (iii)	6.800.893	-	398.089	-	87,63%	-

(i) Considera eventuais ajustes de lucros ou prejuízos não realizados em transações entre a controladora e suas controladas.
(ii) Controle direto a partir de junho de 2023. Nos primeiros 5 meses do ano de 2023, a entidade era investimento indireto do Banco por meio da controlada Holding Internacional S.A.
(iii) Adquirido em 2024.

Banco	Movimentação dos investimentos							Resultado de Participação de 31/12/2023
	31/12/2023	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação (ii)	Variação Cambial	Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	1.026.725	-	-	292.821	-	-	18.386	231.892
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.621.567	-	-	158.191	-	-	(1.003)	203.998
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	684.168	-	-	371.178	-	-	-	308.994
BTG Pactual Holding Participações S.A.	1.394.221	717.800	(1.172.556)	1.537.230	1.033	25	(212.889)	966.982
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	11.354.435	-	(300.000)	911.412	2.385.670	22.376	138.418	888.414
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	944.887	-	-	268.395	-	-	(3.475)	215.197
BTG Pactual International Holding Ltd.	924.724	-	-	347.885	290.968	240	(21.580)	117.637
Banco Pan S.A.	3.282.429	101.450	(151.868)	348.481	-	-	(22.748)	(186.759)
Banco Sistema S.A.	4.045.326	-	-	95.197	-	-	(15.488)	(179.612)
Banco BESA S.A.	3.218.566	-	(222.000)	1.393.378	-	-	2.487	1.572.116
ECTP Brasil S.A.	10.920.307	-	-	420.562	-	-	-	132.789
Enforce Gestão de Ativos S.A.	214.867	2.449.820	-	77.873	-	-	2.472	64.939
Banco Nacional	-	5.610.992	-	348.859	-	-	-	-
Outros (i)	6.838.420	1.374.931	(1.120.944)	1.816.360	-	-	(38.607)	648.563
Total	46.470.642	10.254.993	(2.967.368)	8.387.822	2.677.671	22.641	(154.027)	4.985.150

(i) O saldo da rubrica em questão é composto pelos ágios pagos nas aquisições de sociedades (que são transferidos para o ativo intangível na consolidação do Banco), bem como os saldos referentes às seguintes participações: 100% - Vitreo DTVM S.A., 100% - Empiricus Gestão de Recursos Ltda, 100% - Empiricus Research Publicações S.A., 100% BTG Investment Banking, 100% Concash Inter. de Negócios e Participações, 100% BTG Pactual Solutions Ltda, 100% ARC4 Gestão de Ativos S.A., 100% Decode Data Marketing, 100% Ali Crédito, 99,71% - BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda, 99,8% - Pay2all Instituição de Pagamento Ltda, 99,99% União Industrial Açucareira Ltda, 99,99% BRE AAI, 96,59% BTG Pactual Gestora Investimentos Alternativos, 90,31% BW Properties S.A., 70% Pris Software Ltda, 65,20% Resale Tecnologia e Serviços S.A., 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 23,60% - Eneva, 20% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., e 6,67% - Galgo S.A. (Em 31 de dezembro de 2023 – 100% - Vitreo Holding S.A., 100% - Vitreo Holding Financeira S.A., 100% - Empiricus Research Publicações S.A., 100% - Pay2all Instituição de Pagamento Ltda, 100% Enforce Gestão de Ativos S.A., 100% BTG Pactual Solutions Ltda, 100% ARC4 Gestão de Ativos S.A., 99,99% União Industrial Açucareira Ltda, 100% BTG Investment Banking, 100% Concash Inter. de Negócios e Participações, 99,99% BRE AAI, 96,59% BTG Pactual Gestora Investimentos Alternativos, 70% Pris Software Ltda, 65,20% Resale Tecnologia e Serviços S.A., 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 21,26% - Eneva, 20% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A. e 6,67% - Galgo S.A.).
(ii) Inclui ganhos decorrentes de variação de percentual de participação apurados na equivalência patrimonial do período.

Notas Explicativas
Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado		Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado					
		Patrimônio líquido		Lucro líquido / (Prejuízo)		Participação direta	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Too Seguros S.A.		608.674	571.053	454.769	345.759	51,00%	51,00%
Pan Corretora S.A.		35.141	61.900	45.151	60.622	51,00%	51,00%
BTG Pactual Holding S.A.R.L.		4.191.928	3.124.838	489.496	1.615.518	40,00%	40,00%

Consolidado		Movimentação dos investimentos						
		31/12/2023	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação	Variação Cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2024
								Resultado de Participação de 31/12/2023
Too Seguros S.A.		291.237	-	(210.832)	231.932	-	(1.914)	310.423
Pan Corretora S.A.		31.569	-	(36.674)	23.027	-	-	17.922
BTG Pactual Holding S.A.R.L.		1.249.935	-	(168.381)	195.798	399.419	-	1.676.771
Outros (i)		5.706.156	472.392	(49.424)	939.726	169.426	(111.348)	7.126.928
Total		7.278.897	472.392	(465.311)	1.390.483	568.845	(113.262)	9.132.044

(i) O saldo da rubrica em questão é composto pelos saldos referentes às seguintes participações: 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 23,60% - Eneva, 20% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 6,67% - Galgo S.A., 50% Visum., 50% Polígono Holding S.A., 49% LLZ Solução Cobrança S.A., 35,7% Systemica Inteligência em Sustentabilidade S.A., 40% Market Makers., e 50% Specialized Multifamily Partners GP. (Em 31 de dezembro de 2023 – 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 21,26% - Eneva, 20% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 6,67% - Galgo S.A e 50% Visum).

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14. Ativo Imobilizado e Intangível

Banco	Movimentação do Imobilizado e Intangível			
	31/12/2023	Aquisições / transferência / Baixas	Amortizações / Depreciações (i)	Variação cambial
Ativos Imobilizados				
Imóveis de uso	3.038	311	-	-
Outras imobilizações de uso	470.835	54.755	-	-
Depreciações acumuladas	(285.598)	(16.665)	(28.231)	-
Total	188.275	38.401	(28.231)	-
Ativos Intangíveis				
Custo	1.119.000	163.381	-	4.521
Amortização acumulada	(644.243)	(20.493)	(249.451)	(4.521)
Total	474.757	142.888	(249.451)	-

Consolidado	Movimentação do Imobilizado e Intangível			
	31/12/2023	Aquisições / transferência / Baixas	Amortizações / Depreciações (i)	Variação cambial
Ativos Imobilizados				
Imóveis de uso	23.608	(10.488)	-	23
Outras imobilizações de uso	1.096.927	201.328	-	52.705
Depreciações acumuladas	(605.443)	54.614	(139.349)	(26.017)
Total	515.092	245.454	(139.349)	26.711
Ativos Intangíveis				
Custo	6.374.227	378.300	-	166.328
Amortização acumulada	(2.133.318)	393.093	(977.117)	(44.183)
Total	4.240.909	771.393	(977.117)	122.145

(i) O prazo de depreciação e amortização médios do imobilizado e intangível de 5 anos.

O ágio pago na aquisição de sociedades está demonstrado na rubrica Participações em Controladas, sendo transferido para o ativo intangível no processo de consolidação do Banco.

15. Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

a. Resumo

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos	132.695.017	121.499.655	149.890.060	133.273.103
Captações no mercado aberto	125.786.839	104.225.884	113.780.403	97.075.862
Recursos de aceites e emissão de títulos	76.204.035	54.939.272	107.173.422	73.531.521
Obrigações por empréstimos e repasses	20.886.200	16.930.097	23.036.225	17.582.218
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	18.276.961	19.595.498	18.879.313	20.119.368
Total	373.849.052	317.190.406	412.759.423	341.582.072

b. Depósitos

Banco	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos à vista	9.064.983	9.064.983	-	-	-	-	5.679.054
Depósitos interfinanceiros	5.847.930	294.653	3.360.027	2.193.250	-	-	7.286.760
Depósitos a prazo	117.874.219	62.147.280	39.611.142	13.984.628	1.570.696	560.473	108.521.262
Subtotal	132.787.132	71.506.916	42.971.169	16.177.878	1.570.696	560.473	121.487.076
Ajuste ao valor de mercado (i)	(92.115)	-	-	-	-	-	12.579
Total	132.695.017	71.506.916	42.971.169	16.177.878	1.570.696	560.473	121.499.655

Consolidado	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos à vista	10.228.776	10.228.776	-	-	-	-	6.087.991
Depósitos interfinanceiros	4.629.006	870.749	1.335.099	2.423.158	-	-	7.334.945
Depósitos a prazo	135.114.943	58.941.998	51.343.322	22.191.505	2.079.262	558.856	119.702.207
Outros depósitos	9.450	9.450	-	-	-	-	135.381
Subtotal	149.982.175	70.050.973	52.678.421	24.614.663	2.079.262	558.856	133.260.524
Ajuste ao valor de mercado (i)	(92.115)	-	-	-	-	-	12.579
Total	149.890.060	70.050.973	52.678.421	24.614.663	2.079.262	558.856	133.273.103

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



c. Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto têm lastro nos seguintes títulos:

Banco	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Carteira própria	33.482.958	29.013.384	4.469.574	-	-	-	53.008.860
Títulos públicos federais	21.681.064	20.352.757	1.328.307	-	-	-	32.514.646
Títulos privados	11.801.894	8.660.627	3.141.267	-	-	-	20.334.461
Títulos da dívida externa brasileira	-	-	-	-	-	-	159.753
Carteira de terceiros	70.594.274	69.820.226	470.854	-	-	303.194	43.866.361
Carteira livre movimentação	21.709.607	11.076.167	4.569.669	4.008.851	485.740	1.569.180	7.350.663
Total	125.786.839	109.909.777	9.510.097	4.008.851	485.740	1.872.374	104.225.884

Consolidado	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Carteira própria	46.412.647	42.385.556	2.913.615	830.038	134.431	149.007	51.118.927
Títulos públicos federais	25.694.592	25.694.592	-	-	-	-	32.180.817
Títulos privados	15.182.407	11.303.147	2.913.615	757.178	125.000	83.467	15.039.484
Títulos da dívida externa brasileira	4.426.615	4.278.784	-	72.860	9.431	65.540	159.753
Títulos de governos estrangeiros	1.109.033	1.109.033	-	-	-	-	3.738.873
Carteira de terceiros	54.863.056	54.405.578	-	155.313	-	302.165	39.964.219
Carteira livre movimentação	12.504.700	4.816.220	3.901.873	584.559	187.345	3.014.703	5.992.716
Total	113.780.403	101.607.354	6.815.488	1.569.910	321.776	3.465.875	97.075.862

d. Recursos de aceites e emissão de títulos

Banco	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Títulos e valores mobiliários – país	60.041.945	4.804.830	17.318.196	29.484.832	3.890.688	4.543.399	45.366.000
Letras financeiras	41.746.073	2.029.522	11.047.077	23.389.039	2.142.786	3.137.649	25.586.923
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	13.708.193	2.718.919	6.051.503	4.058.593	612.572	266.606	16.535.632
Certificados de operações estruturadas	4.587.679	56.389	219.616	2.037.200	1.135.330	1.139.144	3.243.445
Títulos e valores mobiliários – exterior	17.328.783	5.780.088	213.779	4.021.569	3.280.884	4.032.463	9.503.757
Medium term notes	14.432.855	5.346.717	186.436	2.766.632	3.066.013	3.067.057	6.696.343
Credit - linked notes and others	2.895.928	433.371	27.343	1.254.937	214.871	965.406	2.807.414
Subtotal	77.370.728	10.584.918	17.531.975	33.506.401	7.171.572	8.575.862	54.869.757
Ajuste ao valor de mercado (i)	(1.166.693)	-	-	-	-	-	69.515
Total	76.204.035	10.584.918	17.531.975	33.506.401	7.171.572	8.575.862	54.939.272

Consolidado	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Títulos e valores mobiliários – país	88.868.785	5.599.084	22.344.151	40.593.220	10.623.166	9.709.164	62.836.929
Letras financeiras	57.155.244	2.821.336	16.073.032	32.241.544	2.887.435	3.131.897	38.497.660
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	13.710.635	2.721.359	6.051.503	4.058.593	612.574	266.606	16.604.973
Certificados de operações estruturadas	4.587.679	56.389	219.616	2.037.200	1.135.330	1.139.144	3.243.445
Certificados de recebíveis do agronegócio	4.795.322	-	-	2.255.883	2.539.439	-	4.490.851
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	8.619.905	-	-	-	3.448.388	5.171.517	-
Títulos e valores mobiliários – exterior	20.052.644	5.780.088	1.248.263	4.154.092	4.496.430	4.373.771	10.625.077
Medium term notes	19.151.452	5.346.717	1.220.920	4.252.201	4.402.771	3.928.843	8.918.852
Credit - linked notes and others	901.192	433.371	27.343	(98.109)	93.659	444.928	1.706.225
Subtotal	108.921.429	11.379.172	23.592.414	44.747.312	15.119.596	14.082.935	73.462.006
Ajuste ao valor de mercado (i)	(1.748.007)	-	-	-	-	-	69.515
Total	107.173.422	11.379.172	23.592.414	44.747.312	15.119.596	14.082.935	73.531.521

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

e. Obrigações por empréstimos e repasses

Banco	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Empréstimos no exterior	11.766.155	1.681.169	1.817.865	5.143.620	3.123.501	-	11.517.059
Obrigações em moedas estrangeiras	11.184.735	1.099.749	1.817.865	5.143.620	3.123.501	-	6.681.151
Obrigações por empréstimos no exterior	581.420	581.420	-	-	-	-	4.835.908
Empréstimos e repasses no país	9.483.595	-	264.856	48.868	330.504	8.839.367	5.413.038
Subtotal	21.249.750	1.681.169	2.082.721	5.192.488	3.454.005	8.839.367	16.930.097
Ajuste ao valor de mercado (i)	(363.550)	-	-	-	-	-	-
Total	20.886.200	1.681.169	2.082.721	5.192.488	3.454.005	8.839.367	16.930.097

Consolidado	31/12/2024						31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Empréstimos no exterior	13.857.529	2.037.060	3.523.531	5.143.620	3.123.501	29.817	12.108.814
Obrigações em moedas estrangeiras	11.342.948	1.257.962	1.817.865	5.143.620	3.123.501	-	6.681.151
Obrigações por empréstimos no exterior	2.514.581	779.098	1.705.666	-	-	29.817	5.427.663
Empréstimos e repasses no país	9.542.246	-	268.546	103.080	330.735	8.839.885	5.473.404
Subtotal	23.399.775	2.037.060	3.792.077	5.246.700	3.454.236	8.869.702	17.582.218
Ajuste ao valor de mercado (i)	(363.550)	-	-	-	-	-	-
Total	23.036.225	2.037.060	3.792.077	5.246.700	3.454.236	8.869.702	17.582.218

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

Banco							Saldo contábil em 31/12/2023
Nome do papel - moeda original	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil em 31/12/2024		Saldo contábil em 31/12/2023
Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$ (i)	16.704.673	11/02/2019 até 09/02/2024	De 23/01/2026 até 03/04/2034	100% a 126% DI	16.704.673		16.051.620
Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$	2.533.123	01/04/2022 até 26/09/2024	Perpetuo	100% a 126% DI	2.533.123		422.663
Notas subordinadas - US\$	-	-	-	-	-		7.740
Notas subordinadas elegíveis a capital - US\$	-	-	-	-	-		2.913.860
Subtotal					19.237.796		19.395.883
Ajuste ao valor de mercado (ii)					(960.835)		199.615
Total					18.276.961		19.595.498

Consolidado							Saldo contábil em 31/12/2023
Nome do papel - moeda original	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil em 31/12/2024		Saldo contábil em 31/12/2023
Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$ (i)	16.702.470	11/02/2019 até 09/02/2024	De 23/01/2026 até 03/04/2034	100% a 140% DI	16.702.470		16.064.665
Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$	2.533.123	01/04/2022 até 26/09/2024	Perpetuo	100% a 126% DI	2.533.123		422.663
Notas subordinadas - US\$	-	-	-	-	-		7.740
Notas subordinadas - CLP	96.883.814	16/01/2019	01/11/2028	2,25% a.a.	604.555		510.825
Notas subordinadas elegíveis a capital - US\$	-	-	-	-	-		2.913.860
Subtotal					19.840.148		19.919.753
Ajuste ao valor de mercado (ii)					(960.835)		199.615
Total					18.879.313		20.119.368

- (i) Letras financeiras possuem data de emissão, vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais.
(ii) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

16. Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

Banco			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Dividendos e bonificações a pagar	1.646.494	1.389.674	1.761.724	1.470.266	
Participações nos lucros / Gratificações de funcionários	1.282.000	1.382.000	2.951.750	2.564.363	
Total	2.928.494	2.771.674	4.713.474	4.034.629	
Circulante	2.928.494	2.771.674	4.713.474	4.034.629	
Não circulante	-	-	-	-	

b. Fiscais e previdenciárias

Banco			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Impostos e contribuições a recolher	196.348	199.323	632.806	390.042	
Impostos e contribuições a pagar	992.709	758.510	5.356.778	3.630.592	
Total	1.189.057	957.833	5.989.584	4.020.634	
Circulante	671.231	538.581	5.059.091	2.964.245	
Não circulante	517.826	419.252	930.493	1.056.389	

c. Diversas

Banco			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Negociação e intermediação de valores	6.328.158	3.553.674	13.166.815	9.186.291	
Obrigações por aquisição de bens e direitos	309.344	276.141	309.344	276.341	
Provisão para pagamentos a efetuar	186.083	185.063	2.075.451	2.399.043	
Credores diversos e Receitas antecipadas (i)	4.520.762	1.697.644	47.787.817	27.356.041	
Total	11.344.347	5.712.522	63.339.427	39.217.716	
Circulante	5.810.907	4.170.266	52.535.773	37.207.435	
Não circulante	5.533.440	1.542.256	10.803.654	2.010.281	

- (i) No Consolidado, corresponde substancialmente a provisões matemáticas de benefícios a conceder a participantes de planos de previdência.

17. Provisões e passivos contingentes

A Administração do Banco avalia as obrigações das empresas do Grupo BTG Pactual e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou de valores incertos. No julgamento da Administração para determinar a expectativa de perdas são levadas em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas



Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a. Provisões

i. Tributárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos para pagamento das obrigações, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos, além do histórico de julgamentos nas instâncias superiores.

ii. Cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos para o pagamento, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa.

iii. Trabalhistas

São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos.

b. Composição e movimentação das provisões

As provisões constituídas no início e fim do exercício e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2024:

Banco	31/12/2024				
	Obrigações Legais	Tributária Ações Fiscais e Previdenciárias	Subtotal	Cível	Trabalhista
Saldo no início do exercício	1.241.146	1.206	1.242.352	33.395	35.241
Constituição	75.547	37	75.584	95.766	15.654
Baixa	(5.637)	(509)	(6.146)	(11.109)	(5.391)
Saldo no final do exercício	1.311.056	734	1.311.790	118.052	45.504

Consolidado	31/12/2024				
	Obrigações Legais	Tributária Ações Fiscais e Previdenciárias (i)	Subtotal	Cível (ii)	Trabalhista
Saldo no início do exercício	1.376.651	1.573.734	2.950.385	1.915.542	129.514
Incorporação de saldo (iii)	-	1.288.283	1.288.283	590.244	2.438
Constituição / Reversão	52.501	(91.568)	(39.067)	973.824	74.980
Baixa	(5.517)	(698)	(6.215)	(693.018)	(81.151)
Saldo no final do exercício	1.423.635	2.769.751	4.193.386	2.786.592	125.781

(i) Considera em 31 de dezembro de 2024, provisão relacionada a discussão judicial ativa no montante de R\$ 345.651 (R\$ 330.320 em 31 de dezembro de 2023). Deste montante, R\$ 15.331 decorrem de atualização no período.

(ii) Considera em 31 de dezembro de 2024, provisão para outros riscos não litigiosos no montante de R\$ 762.169 (R\$ 670.774 em 31 de dezembro de 2023). Deste montante, R\$ 91.395 decorrem de constituições/reversões.

(iii) Saldos decorrentes substancialmente da combinação de negócios do Banco Nacional S.A. e sua investida.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições, inclusive autos de infração fiscal. Os valores das obrigações presentes (legais ou não formalizadas) considerados com base inclusive em interpretações de assessores jurídicos externos como provável saída de recursos estão provisionados nos montantes que a Administração considera adequados para cobrir perdas futuras. Entre as referidas discussões judiciais, destacamos o processo que envolve a legalidade da cobrança da COFINS em conformidade com as regras estabelecidas na Lei nº 9.718/1998.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados, de acordo com as normas contábeis vigentes (CPC 25). A seguir, consta a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária sobre os valores referentes à participação e a sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$ 2.010 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Processo relativo à desmutualização e ao IPO da Bovespa e da BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R\$ 57 milhões e conta também com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Em dezembro de 2015, foi recebido auto de infração, referente aos anos de 2010 e 2011, em que autoridade fiscal considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Em dezembro de 2023, o CARF manteve parcialmente a referida autuação no montante de R\$ 120 milhões. Atualmente, a discussão encontra-se no judiciário aguardando sentença.
- Em dezembro de 2017, foi recebido auto de infração, referente a 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Em março de 2024, foi julgado favorável os ágios decorrentes das operações de aquisição do Banco pelo UBS em 2006 e da subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Relativamente ao ágio gerado na recompra do Banco pelo BTG em 2009, o débito foi pago, com base em decisão unicamente financeira, com as benesses da Lei nº 14.689/23 e utilização de prejuízos fiscais. Atualmente, remanesce no judiciário a discussão acerca da glosa do prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 542 milhões.
- Em dezembro de 2018, foi recebido um auto de infração no valor de R\$ 583 milhões, referente a 2013, que discute o ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Foi apresentada defesa contra essa autuação que aguarda decisão de segunda instância administrativa. Por fim, em fevereiro de 2019, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 351 milhões, referente a 2014, do aproveitamento de ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Contra essa atuação foi apresentada defesa, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) relacionada aos autos de infração, e não constituiu (e não espera ter de constituir) qualquer provisão em suas demonstrações financeiras.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute uma suposta insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente a 2012, no valor de R\$ 251 milhões. Em outubro de 2024, a segunda instância administrativa julgou parcialmente favorável o recurso do Banco, reduzindo o débito para R\$ 124 milhões. Contra a parte desfavorável foi apresentado recurso.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R\$ 1.432 milhões. Contra a atuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2018, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda ("Gestora"), controlada indireta do Banco, recebeu auto de infração totalizando o valor de R\$ 124 milhões, referente aos anos de 2013 e 2014, acerca do ágio amortizado gerado na aquisição da BFRE em 2012. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de primeira instância desfavorável. Contra essa decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa.
- Em setembro de 2019, na condição de responsável solidário do Banco Sistema S/A ("Banco Sistema"), o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, totalizando R\$ 4.443 milhões, referente à aquisição do Banco Bamerindus do Brasil (atual Banco Sistema) em 2014. Em outubro de 2019, foi apresentada defesa em primeira instância administrativa que, em abril de 2020, foi julgada parcialmente procedente, reduzindo em 98% o valor da autuação. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. Em maio de 2024, o CARF julgou parcialmente procedente a autuação fiscal, sendo a parcela favorável definitiva. Em julho de 2024, o Banco opôs Embargos de Declaração. Atualmente, o saldo remanescente discutido é de R\$ 74 milhões. Em caso de decisão desfavorável definitiva haverá reflexos no saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para pagamento do PERT, em 2017, no montante de R\$ 1.382 milhões. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, o Banco não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Além disso, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.
- Em março de 2020, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede D'or, em 2015, no valor de R\$ 762 milhões. Em setembro de 2024, foi proferida decisão desfavorável em segunda instância administrativa. Contra essa decisão, foi apresentado recurso que aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Em julho de 2021, na condição de responsável solidário, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido sobre os rendimentos distribuídos a cotistas de fundo de investimento, no valor de R\$ 457 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em dezembro de 2021, o Banco recebeu auto de infração que visa a cobrança de IRPJ/CSLL, no valor de R\$ 125 milhões, decorrente de suposto erro formal no preenchimento de sua ECF no ano de 2016. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em dezembro de 2021, o Banco Sistema, controlada direta do Banco, recebeu auto de infração de PIS/COFINS, no valor de R\$ 155 milhões, supostamente incidente sobre receitas operacionais referente ao período de 2007 a 2009. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que foi julgado procedente. Atualmente, aguarda-se julgamento na segunda instância administrativa.
- Em 2023, na condição de responsável solidário por Fundo de Investimento Imobiliário - FIIs, a BTG Pactual Serviços Financeiros S/A ("PSF") recebeu autos de infração que visam à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e multas por descumprimento de obrigação acessória, totalizando R\$ 829 milhões, referente ao enquadramento dos fundos como pessoa jurídica, nos moldes da Lei 9.779/99. Contra as autuações foram apresentadas defesas. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, a PSF não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais.
- Em julho de 2023, a ECTP recebeu auto de infração de multa aduaneira no valor de R\$ 127 milhões. Contra essa infração, foi apresentado recurso que aguarda julgamento.
- O Banco possui processos administrativos que discutem o aproveitamento do imposto pago no exterior no valor de R\$ 505 milhões. Contra os referidos processos, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em novembro de 2024, o Banco teve ciência do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, no valor de R\$ 87 milhões, referente ao passivo tributário da Pharma S/A ("BR Pharma"). Foi apresentada contestação, que ainda aguarda julgamento. Com base no prognóstico dos advogados, o Banco não realizou qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Ademais, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.
- IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2024, os débitos relacionados a esse processo no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 875 mil.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2017. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 770 milhões.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esses processos no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 27,7 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de Swap da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 5,7 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente aos anos calendários de 2017 e 2019. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 390 milhões.
- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 157,7 milhões.
- Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 31,9 milhões.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Demais discussões pulverizadas na carteira e classificadas com prognóstico de perda possível - Trata-se de débitos oriundos de cobranças de IPVA, Multas de Trânsito, ISS, IPTU, Taxas ITBI, dentre outros. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 61 milhões.

ii. Demais contingências (cíveis, trabalhistas e outros)

- Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo BTG figurava como parte em processos cíveis com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados na contabilidade. O saldo dos processos cíveis classificados como possível totalizou R\$ 2.153.133 no Banco e R\$ 3.120.882 no Consolidado.

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de IRPJ e de CSLL com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes dos tributos devidos nos exercícios findos em 31 de dezembro é demonstrada a seguir:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo	11.533.296	10.477.232	14.113.439	11.515.415
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.189.983)	(4.714.754)	(6.351.047)	(5.181.937)
(Inclusões) / exclusões no cálculo da tributação	4.988.358	4.568.670	4.364.182	3.043.580
Resultado de equivalência patrimonial	3.347.774	2.173.607	(161.299)	(563.333)
Ganho / (Perda) cambial sobre investimentos no exterior	169.751	81.604	169.751	81.604
Juros sobre capital próprio	1.303.259	1.222.963	1.355.055	1.237.136
Dividendos	84.455	146.580	383.012	511.840
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	379.848	29.317	232.666	(105.119)
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(658.339)	631.303	355.256	813.688
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas tributárias	361.608	283.296	2.029.741	1.067.764
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(201.625)	(146.085)	(1.986.865)	(2.138.356)
Despesa de ativos fiscais diferidos	457.716	(406.582)	(337.187)	547.507
Total de despesa	256.091	(552.667)	(2.324.052)	(1.590.849)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, levando em consideração o período de realização.

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, podem ser assim demonstrados:

Banco				
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Outras diferenças temporárias	1.071.882	153.543	-	1.225.425
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.390.214	-	(442.943)	1.947.271
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(353.415)	733.578	-	380.163
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	245.289	3.983	-	249.272
Total	3.608.220	1.145.354	(697.193)	4.056.381
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Outras diferenças temporárias	1.051.661	20.221	-	1.071.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.383.004	7.210	-	2.390.214
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	359.795	-	(713.210)	(353.415)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	241.163	4.126	-	245.289
Total	4.289.873	285.807	(967.460)	3.608.220
Consolidado				
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.437.601	-	(90.723)	1.346.878
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Outras diferenças temporárias	2.286.371	431.834	-	2.718.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.042.294	-	(180.261)	3.862.033
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(152.708)	903.698	-	750.990
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	310.183	10.428	-	320.611
Total	8.177.990	1.600.210	(525.234)	9.252.966
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.563.907	-	(126.306)	1.437.601
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Outras diferenças temporárias	2.198.106	88.265	-	2.286.371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.877.606	164.688	-	4.042.294
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	350.120	-	(502.828)	(152.708)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	311.856	-	(1.673)	310.183
Total	8.555.845	507.203	(885.058)	8.177.990

A rubrica Ativos Fiscais Diferidos registra créditos tributários se refere ao PIS e à COFINS diferidos no montante de R\$ 139.876 no Banco e de R\$ 142.105 no Consolidado (31 de dezembro de 2023 – R\$ 85.917 no Banco e R\$ 111.504 no Consolidado).

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em conta a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Banco	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total
2025	955.121	-	955.121
2026	401.925	-	401.925
2027	401.925	-	401.925
2028	830.496	-	830.496
2029	632.369	-	632.369
A partir de 2030 (ii)	834.545	-	834.545
Total	4.056.381	-	4.056.381
Valor presente	2.470.172	-	2.470.172

Consolidado	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total (i)
2025	1.829.193	270.520	2.099.713
2026	1.320.942	107.121	1.428.063
2027	869.462	118.756	988.218
2028	1.155.050	139.656	1.294.706
2029	849.621	88.234	937.855
A partir de 2030 (ii)	2.132.088	372.321	2.504.409
Total	8.156.356	1.096.610	9.252.965
Valor presente	4.896.882	717.986	5.614.867

(i) O Banco Pan S.A., empresa controlada e consolidada nas demonstrações financeiras, possui um saldo de crédito tributário de R\$ 3.5 bilhões, reconhecidos com base em estudo de cenário atual e futuro aprovado por sua Administração.

(ii) A abertura refere-se ao período de 2030 a 2034.

A análise realizada já reflete os impactos das alterações trazidas pelos normativos Lei 14.467/2022 e MP 1.261/2024, com vigência a partir de janeiro de 2025.

Há obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 4.110 no Banco e de R\$ 2.087.166 no Consolidado (31 de dezembro de 2023 - R\$ 3.357 no Banco e R\$ 476.244 no Consolidado).

19. Patrimônio líquido

a. Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.506.119.928 ações (31 de dezembro de 2023 – 11.506.119.928), sendo 7.244.165.568 ações ordinárias (31 de dezembro de 2023 – 7.244.165.568), 2.864.529.000 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2023 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2023 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas. desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão. a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular. e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

b. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Banco realizou recompra de 3.350.000 units no valor total de R\$ 101.531. Em 31 de dezembro de 2023 o Banco realizou recompra de 14.119.600 units no valor total de R\$ 301.176.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



c. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, essa reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e o seu montante está limitado ao saldo do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica contempla os saldos a seguir:

Banco	31/12/2024	31/12/2023
Reserva de imposto sobre patrimônio líquido (Banco BTG Pactual S.A. Luxembourg Branch)	-	3.976
Reserva de imposto sobre patrimônio líquido (BTGP Lux Holding S.A)	33.147	25.915
Outras reservas estatutárias	35.019.836	26.855.489
Total da reserva estatutária	35.052.983	26.885.380

Em 2019, após o encerramento das empresas Banco BTG Pactual S.A., Luxembourg Branch e BTG Lux Holding S.A., foram constituídas reservas de imposto sobre o patrimônio líquido nos montantes equivalentes a USD 2.464 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil dólares) e USD 5.353 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil dólares), em relação a cada uma dessas empresas respectivamente. Essas reservas, constituídas nas referidas empresas, foram transferidas para o Banco quando de seus encerramentos. Tais reservas atendem a uma previsão da legislação tributária de Luxemburgo, que permite redução do imposto sobre patrimônio líquido, desde que a reserva seja composta por um valor igual a cinco vezes o imposto que seria devido, e não seja distribuída por um período de cinco anos. Sendo assim, a Administração não distribuiu por completo tais montantes até o fim de 2023 em relação à entidade Banco BTG Pactual S.A. Luxembourg Branch e mantém a intenção de não distribuir por completo, até março de 2028, para a empresa BTG Lux Holding S.A.

e. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado em agência no exterior.

f. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito à distribuição mínima de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 2024, o Banco deliberou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 1.550.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024 e foram pagos em 15 de agosto de 2024.

(ii) R\$ 1.154.818, equivalente a R\$0,10 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2024, a serem pagos em 15 de fevereiro de 2025.

(iii) R\$ 565.000, equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2024, a serem pagos em 15 de fevereiro de 2025.

Em 2023, o Banco deliberou e pagou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 1.530.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 1º de agosto de 2023 e foram pagos em 15 de agosto de 2023.

(ii) R\$ 880.000, equivalente a R\$0,07 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 29 de novembro de 2023 e foram pagos em 15 de fevereiro de 2024.

(i) R\$ 565.000, equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2023 e foram pagos em 15 de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20. Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	457.756	256.936	3.087.360	2.281.807
Assessoria técnica	506.494	730.861	1.830.283	1.443.424
Corretagem	452.547	421.776	1.247.748	1.203.125
Comissão de colocação de títulos	355.601	636.320	1.689.880	1.278.008
Rendas de garantias prestadas	720.044	634.371	720.259	634.371
Receitas com serviços prestados a pessoas físicas e outros serviços (i)	487.107	373.015	2.884.379	2.258.201
Total	2.979.549	3.053.279	11.459.909	9.098.936

(i) No consolidado, refere-se substancialmente a serviços prestados pelo Banco Pan, englobando receita de cartão de crédito, taxas e tarifas de conta corrente.

21. Outros resultados operacionais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atualização de valores a receber/pagar por venda de bens e direitos	108.342	123.434	95.467	123.434
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	57.708	99.331	174.155	196.094
Despesas com descontos concedidos	(383.944)	(13.254)	(876.529)	(500.293)
Despesas com operações de crédito cedidas	-	(4.880)	(917.281)	(2.045.303)
Amortização de ágio	(66.096)	(76.395)	-	-
Recuperação de encargos e despesas	9.064	130.777	587.007	434.832
Outros resultados operacionais	(117.796)	65.970	1.519.969	(236.880)
Total	(392.722)	324.983	582.788	(2.028.116)

22. Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros e consultorias	2.545.417	1.826.988	3.897.186	2.814.342
Telecomunicações e processamento de dados	489.366	778.822	1.621.171	1.873.918
Locações e condomínios	124.606	116.458	278.936	262.762
Despesas do sistema financeiro	455.582	397.777	1.090.021	887.951
Propaganda e relações públicas	180.565	192.763	600.948	667.268
Depreciações e amortizações	277.903	324.276	1.128.129	990.460
Comissões a correspondentes bancários	-	-	1.407.925	1.427.291
Outros	614.585	357.620	1.282.102	1.026.979
Total	4.688.024	3.994.704	11.306.418	9.950.971

23. Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	437.968	572.074	2.127.473	1.261.470
ISS	120.217	128.128	372.790	301.763
IPI	-	-	239.229	-
ICMS	62.192	80.795	227.804	240.601
Outros	18.906	18.217	87.284	78.323
Total	639.283	799.214	3.054.580	1.882.157

24. Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	811.633	734.599	2.543.982	2.211.229
Benefícios	377.559	290.030	579.922	486.573
FGTS	233.888	231.975	551.234	531.472
Total	1.423.080	1.256.604	3.675.138	3.229.274

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



25. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco.

Os saldos das operações com partes relacionadas, inclusive operações de crédito, as quais são realizadas com base em taxas e em condições usuais de mercado, bem como em conformidade com os limites regulamentares, estão refletidos nas seguintes rubricas:

Banco	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	01/01/2025 até 11/05/2045	10,64% a.a. IPCA + 6% CDI SELIC	23.007.184	7.952.597	1.703.428	1.525.235
Títulos e valores mobiliários	01/01/2025 até 06/02/2031	CDI Até 101,75% CDI 11,63% a.a. até 14,65% a.a.	5.902.688	10.192.934	20.023	235.608
Instrumentos financeiros derivativos			(5.675.217)	476.130	(4.356.151)	(1.590.575)
Operações de crédito	01/01/2025 até 28/03/2044	CDI a CDI+3,5% SOFR a SOFR+2,36% 7,98% a.a.	7.053.595	6.328.725	1.159.861	128.836
Diversos			1.055.192	(6.079.266)	(339.434)	185.282
Depósitos	01/01/2025 até 28/03/2029	96% CDI a 135% CDI SOFR IPCA	(16.517.512)	(3.400.843)	(234.265)	(661.819)
Captações no mercado aberto	01/01/2025 até 15/05/2045	0,5% a 10,65% IPCA + 6% CDI	(27.262.533)	(6.752.369)	(2.325.165)	(853.803)
Recursos de aceites e emissão de títulos	01/01/2025 até 31/12/2033	CDI a CDI + 3,53% 2,5% a 16,3%	(2.113.669)	(261.592)	(244.875)	(87.506)
Obrigações por empréstimos e repasses			-	(105.123)	-	(58.197)

Consolidado	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	01/01/2025 até 06/02/2031	SELIC CDI Até 101,75% CDI 11,63% a.a. até 14,65% a.a.	(593.945)	(384)	(42.975)	(38.602)
Operações de crédito	01/01/2025 até 28/03/2044	CDI a CDI+3,5% SOFR a SOFR+2,36% 7,98% a.a.	6.914.845	6.593.527	1.146.813	201.048
Depósitos	01/01/2025 até 28/03/2029	CDI	(364.756)	(46.379)	-	(4.278)

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 23 de dezembro de 2022 e em 08 de setembro de 2023, foram realizadas pelo Banco, aquisições de carteiras de crédito do Banco Pan S.A. ("Pan"), empresa controlada e consolidada nestas demonstrações financeiras. As transações são consideradas "neutras" para o BTG, visto que as operações de crédito cedidas pelo Pan já constavam das demonstrações financeiras consolidadas e, por isso, não afetam a posição patrimonial e o resultado do controlador.

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 09 de julho de 2024, foi realizado pelo Banco, através de sua filial BTG Pactual Cayman Branch ("Cayman Branch"), um aditamento ao contrato de empréstimos com a BTG MB Investments LP ("BTG MB"). O Banco e a BTG MB possuem controladores indiretos comuns. As condições para o aditamento foram comutativas (*arm's length*), tendo em vista que o aditamento foi negociado entre as partes acima descritas, considerando as condições de mercado para a efetivação do documento.

Em 27 de dezembro de 2024, o Banco realizou a aquisição de determinados ativos e passivos detidos pela BTGI Stigma LLC ("Stigma") e pelo Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), empresas afiliadas à PPLA Investments L.P. (PPLA). O Banco e a PPLA possuem controladores indiretos comuns. O Banco já é investidor em parte dos ativos objeto da compra e venda, por essa razão está familiarizado com tais ativos. A operação está sujeita a autorizações de terceiros usuais em operações desta natureza.

A remuneração total paga ao pessoal chave da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 20.160 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 22.530), a qual é considerada benefício de curto prazo.

26. Lucro por ação

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	11.789.387	9.924.566	11.789.387	9.924.566
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em aberto no exercício	7.244.166	7.244.166	7.244.166	7.244.166
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em tesouraria	24.398	22.436	24.398	22.436
Lucro líquido por ação ordinária - básico	1,63	1,37	1,63	1,37
Lucro líquido por ação ordinária - diluído	1,63	1,37	1,63	1,37
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em aberto no exercício	2.864.529	2.864.529	2.864.529	2.864.529
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em tesouraria	48.796	44.872	48.796	44.872
Lucro líquido por ação preferencial classe A - básico	4,12	3,46	4,12	3,46
Lucro líquido por ação preferencial classe A - diluído	4,19	3,52	4,19	3,52
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe B em aberto no exercício	1.397.425	1.397.425	1.397.425	1.397.425
Lucro líquido por ação preferencial classe B - básico e diluído	8,44	7,10	8,44	7,10
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício	11.506.120	11.506.120	11.506.120	11.506.120
Média ponderada por lote de mil ações em tesouraria	73.194	67.307	73.194	67.307
Lucro líquido por ação - Básico	1,03	0,87		
Lucro líquido por ação - Diluído	1,03	0,87		

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27. Outras informações

a) Caixa e equivalente de caixa

Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Saldos no início do exercício			
Disponibilidades	1.323.966	1.084.210	2.439.095
Aplicações no mercado aberto	65.756.863	62.450.025	64.775.654
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.307.501	6.487.698	5.664.079
Total	69.388.330	70.021.933	72.878.828
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldos no final do exercício			
Disponibilidades	1.166.017	1.323.966	4.614.304
Aplicações no mercado aberto	93.904.493	65.756.863	92.059.243
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.742.129	2.307.501	5.852.300
Total	98.812.639	69.388.330	102.525.846

b) Resultado não recorrente

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes do exercício:

- R\$ 289.358 relacionados a amortização de ágio, líquidos dos efeitos tributários (31 de dezembro de 2023 – R\$ 281.841).

c) Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

Banco		31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	59.709.709	72.757.251	16.598.313	149.065.273
Derivativos	8.910.459	31.329.091	2.835.148	43.074.698
Passivo				
Derivativos	(7.622.411)	(32.789.044)	(3.154.139)	(43.565.594)
Consolidado		31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	109.484.997	47.520.461	20.519.183	177.524.641
Derivativos	9.102.043	13.866.188	3.142.843	26.111.074
Passivo				
Derivativos	(8.893.135)	(8.735.935)	(3.317.580)	(20.946.650)

d) Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Banco	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	116.842.450	116.842.450	76.709.394	76.709.394
Títulos e Valores Mobiliários	5.231.934	4.620.925	2.900.848	2.916.787
Operações de crédito	71.609.905	71.701.391	60.146.918	60.229.160
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.393.068)	(1.393.068)	(2.240.445)	(2.240.445)
Passivo				
Depósitos	132.695.017	132.787.132	121.499.655	121.487.076
Captações no mercado aberto	125.786.839	125.786.839	104.225.884	104.225.884
Recursos de aceites e emissão de títulos	76.204.035	77.370.728	54.939.272	54.869.757
Obrigações por empréstimos e repasses	20.886.200	21.249.750	54.939.272	54.939.272
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	18.276.961	19.237.796	19.595.498	19.395.883
Consolidado	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	99.782.456	99.782.456	73.564.489	73.564.489
Títulos e Valores Mobiliários	11.368.565	10.432.521	9.391.853	9.289.762
Operações de crédito	162.505.847	164.424.972	127.528.305	126.834.397
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.139.334)	(5.139.334)	(5.026.558)	(5.026.558)
Passivo				
Depósitos	149.890.060	149.982.175	133.273.103	133.260.524
Captações no mercado aberto	113.780.403	113.780.403	97.075.862	97.075.862
Recursos de aceites e emissão de títulos	107.173.422	108.921.429	73.531.521	73.462.006
Obrigações por empréstimos e repasses	23.036.225	23.399.775	17.582.218	17.582.218
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	18.879.313	19.840.148	20.119.368	19.919.753

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28. Eventos subsequentes

a) Julius Baer Brasil

Em 06 de janeiro de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Julius Baer Brasil Gestão de Patrimônio e Consultoria de Valores Mobiliários Ltda., pelo valor de R\$ 615 milhões. A aquisição da Julius Baer Brasil faz parte da estratégia de expansão do segmento de Family Office do BTG Pactual.

A conclusão da transação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção da aprovação do Banco Central do Brasil e demais aprovações regulatórias necessárias.

b) Novas práticas contábeis

- **Instrumentos financeiros:**

A Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas estabelecem novas regras contábeis para instrumentos financeiros, definindo os critérios aplicáveis a instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. A norma determina, entre outros aspectos, a classificação, mensuração, apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação de instrumentos financeiros.

As exigências destas resoluções entram substancialmente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Os principais aspectos e impactos das normas estão apresentados a seguir:

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

As classificações devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ).
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado (VJR):** Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores.

Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado ou, em algumas exceções (como em Derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina, além disso, a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual o Banco deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras ("*forward looking*"). Os modelos de perdas esperadas serão aplicáveis a ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar. O Banco alocará os instrumentos financeiros em três estágios:

- **Estágio 1:** Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis para o horizonte de 12 meses em cenário de operações em dia ou com pouco atraso (menos de 30 dias).
- **Estágio 2:** Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro em cenário com aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3:** Apuração da perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação de crédito, cenário em que eventos de inadimplência foram materializados (incluindo, mas não se limitando, a atrasos superiores a 90 dias, recuperações judiciais ou extrajudiciais etc.). Para os instrumentos alocados nesse estágio, o Banco aplicará os níveis de provisão mínimos estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito nos ativos financeiros inadimplidos, conforme determinado pelo Anexo I da Resolução BCB nº 352 ou seu modelo interno, aplicando aquele que resultar em um nível de provisão maior.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Impactos da adoção da norma

i. Classificação e mensuração

Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, o Banco estima que não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção da nova regulamentação.

ii. Perdas esperadas

Com base em suas melhores estimativas, o Banco prevê que a transição para a Resolução CMN 4.966/21 resultará em uma redução do patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 897 milhões, já líquida dos efeitos tributários. Desse montante, cerca de R\$ 755 milhões decorrem da apuração da equivalência patrimonial dos impactos registrados na transição pelo Banco Pan S.A. (sua controlada indireta). Quanto ao valor remanescente de R\$ 142 milhões, a parte mais relevante está relacionada à aplicação dos modelos de perdas esperadas sobre operações também originadas e cedidas pelo Banco Pan S.A. e ainda detidas pelo Grupo BTG Pactual.

Por outro lado, a mudança no critério de provisionamento para perdas esperadas nos demais instrumentos financeiros do Grupo BTG Pactual S.A. não terá impacto relevante no patrimônio líquido do Banco.

Como consequência, o aumento da provisão e o respectivo efeito tributário serão registrados em contrapartida às reservas de lucros em 1º de janeiro de 2025, impactando diretamente o patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

iii. Taxa de Juros Efetiva

A partir de 1º de janeiro de 2025, os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes passarão a incorporar, no valor contábil bruto, os custos de transação atribuíveis individualmente à operação, bem como os valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento. Dessa forma, os custos de transação e os valores recebidos serão reconhecidos no resultado durante a vida contratual dos instrumentos financeiros.

iv. Cessação do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabelecia a apropriação de receitas de operações de crédito com parcelas em atraso até 59 dias. A Resolução CMN nº 4.966/21 passa a estabelecer que as receitas de instrumentos financeiros serão apropriadas até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou quando ocorrer algum evento de inadimplência (default).

v. Impostos Correntes e Diferidos

No dia 17 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração, conforme exposição de motivos, é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Para as perdas já apuradas relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, deverão ser excluídas do lucro líquido na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026, podendo ser estendida até 1/120 (um cento e vinte avos).

Ressalta-se que a projeção dos resultados fiscais apresentada nos estudos técnicos atuais, que são base para a apuração da expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos, considera tanto as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios de dedutibilidade previstos na Lei nº 14.467.

• Arrendamento Mercantil

A Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis para as operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições deverão seguir o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – *Arrendamentos*, no que se refere ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação dessas operações, conforme a regulação específica. Essa Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. No momento da adoção, não foram identificados impactos relevantes para o Banco.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. ("Banco" ou "BTG Pactual"), constituído sob a forma de banco múltiplo, atua em conjunto com suas controladas ("Grupo BTG Pactual"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros, câmbio, entre outros, no país e em várias localidades no exterior. O Banco tem a sua sede localizada na Praia de Botafogo, 501 – 5º andar – Torre Corcovado, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Possui como local principal de seus negócios o escritório situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual. O Banco tem como controladora a BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. por meio da BTG Pactual Holding S.A. ("Holding").

O BTG Pactual possui units listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Principais aquisições e vendas

FIS Privatbank S.A.

Em 23 de março de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que uma de suas controladas assinou documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do FIS Privatbank S.A., instituição financeira sediada em Luxemburgo, pelo valor de EUR 21,3 milhões. Em 20 de setembro de 2023, houve a conclusão da transação, após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Em 15 de janeiro de 2024, o nome da empresa foi alterado de FIS Privatbank S.A. para BTG Pactual Europe S.A.

Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 2 de outubro de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pelo valor de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), sujeito a determinados ajustes.

Em 15 de março de 2024, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Banco Nacional S.A.

Em 31 de maio de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que se comprometeu a adquirir o controle acionário do Banco Nacional S.A. ("BNSA"), bem como de sua subsidiária, incluindo todos os seus ativos e passivos remanescentes.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 15 de agosto de 2024, após a superação de todas as condições precedentes, que incluía, dentre outras, (i) a cessação do regime de liquidação extrajudicial do BNSA e (ii) a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo o Banco Central do Brasil, houve a conclusão da transação.

M.Y. Safra Bank

Em 27 de junho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma de suas controladas, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do M.Y. Safra Bank, FSB instituição financeira sediada nos Estados Unidos. A conclusão da Transação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção da aprovação do Banco Central do Brasil, Federal Reserve Board (FED) e Office of the Comptroller of the Currency (OCC) e demais aprovações regulatórias necessárias.

Eneva S.A.

Em 16 de julho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que celebrou dois memorandos de entendimento vinculantes com a Eneva S.A. um diretamente pelo Banco ("MoU Cisão") e outro por meio da sua subsidiária BTG Pactual Holding Participações S.A. ("Holding Participações") ("MoU Gera Maranhão"). Os memorandos disciplinam os termos e condições por meio dos quais a Eneva se tornará titular das participações acionárias detidas pela Holding Participações, nas sociedades que compõem o seu portfólio de ativos de geração de energia termelétrica no Brasil, Povoação Energia S.A. ("Povoação"), Tevisa Termelétrica Viana S.A. ("Tevisa") e Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão").

MoU – Cisão, (i) Tevisa e Povoação passarão a ser integralmente detidas pela Eneva; e (ii) serão emitidas, em favor do BTG, na qualidade de único acionista da Holding Participações e em sucessão à parcela cindida, 126.071.428 (cento e vinte e seis milhões setenta e um mil quatrocentos e vinte e oito) novas ações ordinárias de emissão da Eneva e determinados bônus de Subscrição.

O MoU – Gera Maranhão disciplina os termos e condições para a aquisição, pela Eneva, de 44.010 (quarenta e quatro milhões e dez mil) ações ordinárias de emissão da Gera Maranhão, as quais representam 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ("Participação Gera Maranhão").

Nos termos do MoU – Gera Maranhão, a Eneva deverá pagar o valor fixo de R\$ 285.000 (duzentos e oitenta e cinco milhares de reais) à Holding Participações pela aquisição da Participação Gera Maranhão, bem como, se for o caso, uma parcela contingente de preço em valor que pode chegar a R\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais), sujeita ao êxito na antecipação do contrato de reserva de capacidade ("Preço Gera Maranhão").

Ademais, cumpre mencionar que, nos termos do atual acordo de acionistas da Gera Maranhão, os demais acionistas de tal companhia possuem direito de primeira oferta e direito de tag along com relação às ações de emissão da Gera Maranhão detidas pela Holding Participações. Desta forma os procedimentos relacionados a tais direitos serão observados pela Holding Participações e Eneva S.A., conforme aplicável.

Em 6 de setembro de 2024, o Banco BTG celebrou diretamente e, também, por meio da BTG Pactual Holding Participações S.A., junto com a Eneva os seguintes documentos:

- (i) Contrato de compra e venda: aquisição pela Eneva S.A das ações ordinárias representativas de 50% do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Alienação de Participação");

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (ii) Acordo de Associação: cisão parcial de subsidiária integral do Banco BTG com a incorporação do acervo líquido cindido pela Eneva, composto exclusivamente pela integralidade das ações ordinárias de emissão de Tevisa Termelétrica Viana S.A. e Povoação Energia S.A ("Cisão Parcial").

A Alienação de Participação e a Cisão Parcial acima mencionadas foram aprovadas em caráter definitivo pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 25 de outubro de 2024, houve a conclusão da Cisão Parcial e incorporação pela Eneva, após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Em 14 de novembro de 2024, houve a conclusão da Alienação das ações ordinárias correspondentes a 50% do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A., para a Eneva S.A., após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Serglobal Participações Ltda.

Em 18 de julho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Serglobal Participações Ltda.

Em 11 de setembro de 2024, o nome da empresa foi alterado de Serglobal Participações Ltda., para BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

Em 1º de outubro de 2024 foi concluída, após as aprovações regulatórias, a aquisição do controle acionário da Sertrading.

Ofertas

Letras Financeiras Subordinadas

Em 30 de junho de 2023, o Banco emitiu R\$ 3.500.100 (três bilhões, quinhentos milhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 15 de julho de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 31 de agosto de 2023, o Banco emitiu R\$ 3.500.100 (três bilhões, quinhentos milhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 15 de setembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 6 de novembro de 2023, o Banco emitiu R\$ 2.000.100 (dois bilhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 16 de novembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco emitiu R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. O vencimento dessas séries será em 15 de dezembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Notas Subordinadas

Em 12 de janeiro de 2024, o Banco, por meio de sua filial BTG Pactual Cayman Branch, anunciou a intenção de resgatar a totalidade das Notas Subordinadas (com taxa de 7,75%) — listadas na Official List of the Luxembourg Stock Exchange e negociadas no mercado Euro MTF da mesma bolsa — que estivessem em circulação em 15 de fevereiro de 2024. Após a obtenção das aprovações regulatórias, ocorreu a liquidação do resgate das Notas Subordinadas na data prevista.

Senior Notes

Em 3 de abril de 2024, o BTG Pactual emitiu Senior Notes ("Notas"), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do Global Medium Term Notes Programme cujos recursos líquidos serão utilizados na consecução do curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas perfaz o montante global nominal de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) à taxa fixa de 6,25% ao ano, com data de vencimento em 8 de abril de 2029. Os juros das Notas serão pagos semestralmente em 8 de abril e em 8 de outubro de cada ano, a partir de 8 de outubro de 2024. As Notas serão listadas no Official List da Luxembourg Stock Exchange.

Em 17 de outubro de 2024, o BTG Pactual emitiu Senior Notes ("Notas"), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do Global Medium Term Notes Programme cujos recursos líquidos serão utilizados no curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas perfaz o montante global nominal de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) à taxa fixa de 5,75% ao ano, com data de vencimento em 22 de janeiro de 2030. Os juros das Notas serão pagos semestralmente a partir de 22 de janeiro de 2025. As Notas serão listadas no Official List da Luxembourg Stock Exchange.

Emissão de Medium Term Notes Program

Em 26 de julho de 2024, o BTG Pactual emitiu Medium Term Notes Program (MTN), por meio de sua filial Banco BTG Pactual Chile cujos recursos líquidos serão utilizados na consecução do curso normal de negócios do Banco. A emissão deste título perfaz o montante global nominal de US\$ 40.000 (quarenta milhões de dólares) à taxa fixa de 5,43% ao ano, com data de vencimento em 1º de agosto de 2029. Os juros das Notas serão pagos semestralmente.

Emissão de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

Em 13 de agosto de 2024, o Banco, por meio de uma de suas controladas, emitiu R\$ 8.500.000 (oito bilhões e quinhentos milhões) de certificados de direitos creditórios do agronegócio ("CDCA"), divididas em nove séries. Os CDCAs da 1ª, 2ª e 3ª séries terão vencimentos em 5 anos e pagamentos de juros semestrais. Os CDCAs da 4ª, 5ª e 6ª séries terão vencimentos em 7 anos e pagamentos de juros semestrais. Os CDCAs da 7ª, 8ª e 9ª séries terão vencimentos em 10 anos, sendo que duas das séries terão pagamentos de juros semestrais, e uma das séries terá pagamentos de juros mensais. Em todas as séries o principal será amortizado integralmente na data de vencimento.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 11 de janeiro de 2022, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 10 de janeiro de 2022, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$1.000.000 (um bilhão de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 567;
- Inexistência, no BTG Pactual, de units BPAC11 ou de ações em tesouraria;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente; e
- Em julho de 2023, o programa de recompra de ações foi encerrado.

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

3. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras em IFRS do Banco foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentado em nota explicativa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, que é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2025 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da posição e da evolução financeira, patrimonial, de resultados e dos fluxos de caixa do Banco. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas sobre a capacidade do Banco de continuar operando normalmente.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b. Julgamento e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Perdas Esperadas de Risco de Crédito

A mensuração da perda de crédito esperada reflete aplicação de premissas significativas, conforme abaixo descrito:

- Prazo: O Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Adicionalmente, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O BTG Pactual utiliza informações macroeconômicas e informações de mercado públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada, através de análises efetuadas pelo time de risco de crédito, levando em consideração também as características dos papéis (prazo, emissor, cenário econômico, entre outros).
- Critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada exercício das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, o BTG Pactual avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando indicadores relativos e absolutos, de acordo com a natureza de cada produto.

O BTG Pactual avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual (caso a caso) ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre diversos outros fatores.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de precificação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos e informações de transações similares. Para instrumentos mais complexos ou sem

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido futuro que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houverem.

c. Pronunciamentos IFRS revisados

❖ Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em 2024 ou em períodos futuros.

Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor em 2024 ou entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e não foram adotados antecipadamente:

I – Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024

- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras:

Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BTG Pactual.

II – Aplicáveis para Períodos Futuros

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:

Em maio de 2024, foram publicadas as alterações sobre os seguintes temas: (i) data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração; e (ii) aprimoramento das divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os impactos estão sendo avaliados e serão finalizados antes da vigência da norma.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações em IFRS do Banco compreendem as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e sua agência no exterior e das empresas e fundos de investimentos controlados, direta e indiretamente, no país e no exterior. Controle existe onde o Banco tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade, geralmente atribuído por deter uma maioria dos direitos de voto, e está exposto a variação de retornos do seu envolvimento com suas investidas e tem habilidade de usar seu poder para afetar esse retorno.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos direitos e obrigações das entidades consolidadas, foram aplicadas de maneira uniforme, sendo que os investimentos, os ativos, os passivos e os resultados existentes e/ou apurados entre as entidades consolidadas foram eliminados. A seguir, estão apresentadas as principais entidades consolidadas, cuja somatória, considerando os montantes referentes ao Banco BTG Pactual S.A., representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do Banco em seus capitais:

	Participação no capital total - %		
	País	31/12/2024	31/12/2023
Agência no exterior			
BTG Pactual Cayman Branch	Cayman	100,00%	100,00%
Controladas diretas			
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Banco Sistema S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BESA S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
ECTP Brasil S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Holding Participações S.A	Brasil	100,00%	99,99%
Banco Nacional S.A.	Brasil	87,63%	0,00%
Enforce Gestão de Ativos S.A.	Brasil		
BTG Pactual Internacional Holding Ltd.	Reino Unido	100,00%	100,00%
Controladas indiretas			
Banco Pan S.A.	Brasil	76,03%	74,10%
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BTG Pactual Chile S.A.	Chile	100,00%	100,00%
BTG Pactual Oil & Gas S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
BTG Pactual COMM, (CH) SA	Suíça	100,00%	100,00%
Banco BTG Colômbia S.A.	Colômbia	100,00%	100,00%
BTG Pactual Europe S.A.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A	Brasil	100,00%	-
BTG Pactual Comercializadora De Energia SASESP	Colômbia	100,00%	100,00%
BTG Pactual US Fund Aggregator	Estados Unidos	100,00%	-
Fundos de investimento			
BTG Pactual Absolute Return Master Fund	Cayman	97,58%	100,00%
FIDC FGTS	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS Investimento no Exterior	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets I	Brasil	100,00%	100,00%
Warehouse FIP	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados II FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets III	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS II Investimento no Exterior	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual International Port Fund SPC	Cayman	100,00%	100,00%
BTG Pactual Boreas Fund LP - Serie A	Cayman	100,00%	-
BTG Pactual Notus Credit Fund, L.P.	Reino Unido	100,00%	-

e. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações Financeiras do Banco e controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do controlador, o Banco. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento, enquanto as contas de resultado são convertidas pelas taxas médias mensais.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As moedas financeiras das subsidiárias, cuja moeda funcional é diferente daquela adotada pelo Banco, são traduzidas para a moeda funcional do Banco utilizando os critérios do IAS 21.

Os efeitos da conversão de moeda das controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da controladora, são registrados no patrimônio líquido e apresentados na demonstração consolidada do resultado abrangente, assim como o resultado do hedge sobre esses investimentos, quando aplicável.

4. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, vigentes até 31 de dezembro de 2024.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição.

b. Instrumentos financeiros

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- a) Ativos financeiros que não atendem (após a realização do teste de “SPPI - somente para principal e juros”) as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

(v) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender o ativo classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, essa não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(vi) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros”.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como estruturas de proteção (*hedge*), em conformidade com o IFRS 9, e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.
- *Hedge* de investimento líquido em operações no exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do exercício em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do exercício.

c. Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) Houver transferência

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, o Banco deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, independente se houver ou não a ocorrência de perda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de covenants;

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado em IFRS como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

O Banco realiza a baixa do valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

O BTG aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Desta forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Cenários Macroeconômicos

As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

d. Classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios e das características de seus fluxos de caixa (Somente pagamento de principal e juros – Teste SPPJ).

Modelo de negócios:

Consiste na gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não apenas a intenção da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados para:

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- i) colher os fluxos de caixa contratuais;
- ii) colher os fluxos de caixa contratuais e vender; ou
- iii) qualquer outro tipo de gestão.

Dentro do processo de modelo de negócios são avaliados os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho é revisado pela Administração.

Teste de SPPJ

Consiste na avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo ativo financeiro com o objetivo de identificar apenas pagamento de principal e juros. Os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Exceções a esses conceitos serão mensurados a valor justo.

Contratos híbridos são avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas e para esses casos são avaliados em conjunto a valor justo.

e. Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Os instrumentos financeiros basicamente incluem participações em fundos de *private equity*, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de *Merchant Banking*, alguns títulos de dívida (debêntures) de empresas fechadas e derivativos de energia, os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3		
Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macroeconômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Títulos de dívida (debêntures)	Modelos padrões e comparação de preços	Probabilidade de <i>default</i> , grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Derivativos de energia

Modelos baseados em sistema de dados
(Decomp e Newwave)

GDP, nível de reservas de água e previsão de chuvas.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps: seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros negociados no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, de swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos: valor justo apurado com base em cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos aos acima descritos para swaps.
- Opções: os valores justos desses instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes), que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de brokers e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados no mercado, que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais do Banco dispõem. As ações são calculadas com base nos preços divulgados pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelos administradores.

Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

f. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, de acordo com o IFRS 7.

g. Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(i) Receitas e despesas de juros:

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as receitas ou despesas de juros são registrados segundo o método da taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados pela vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como "Outras receitas (despesas) operacionais". Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Receitas de tarifas e comissões

O Banco e suas controladas auferem receitas de tarifas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

- Receitas com tarifas e comissões auferidas de serviços prestados em um determinado período:

Tarifas e comissões auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão, corretagem e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento, assessoria e administração e performance sobre fundos de investimento. Além delas, há também as receitas provenientes da carteira de varejo do Banco Pan, referentes a cadastro, saque e anuidade do cartão.

Receitas com garantias prestadas e taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado - e outras taxas relacionadas ao crédito - são diferidas (junto com qualquer custo incremental) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva do empréstimo. Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Receitas com taxas de serviços de transação prestados:

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico para seu reconhecimento.

(iii) Receitas líquidas com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

h. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento mantidas pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário e são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos atribuídos a ele, e reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente, ou quando a Administração julgar relevante, e poderá utilizar avaliadores independentes capacitados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

i. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

Investimentos em empresas coligadas e empresas com controle compartilhado incluem participações em empresas sobre as quais o Banco e suas controladas possuem influência significativa nas políticas operacionais e financeiras, também incluem empreendimento controlados em conjunto, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do Banco e suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas são reconhecidas no “Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto” e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida em outros resultados abrangentes.

j. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado a custo, excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

k. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Em eventual combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável.

l. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são contabilizados ao custo incluindo ativos adquiridos e valor de software de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que são a ele atribuídos serão realizados.

As despesas de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida (de 5 a 10 anos) são reconhecidas na demonstração do resultado em IFRS em despesas administrativas, de acordo com sua vida útil. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, as quais são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo contabilizadas na demonstração do resultado em IFRS.

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Investimentos em coligadas e controladas em conjunto, e ativos que têm uma vida útil indefinida como os ágios não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de perda no valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da perda no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

n. Garantias financeiras prestadas

No curso ordinário dos negócios, o Banco e suas subsidiárias concedem garantias financeiras, por meio de cartas de crédito, garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras em IFRS (em 'outros passivos') pelo valor do prêmio e é amortizado pelo prazo do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o passivo é mensurado pelo maior valor entre o montante reconhecido inicialmente menos, quando apropriado, o valor da amortização acumulada reconhecida no resultado, e a melhor estimativa dos custos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira gerada por essa garantia.

o. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos.

i. Provisões

Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando:

- há uma obrigação presente (legal ou não formalizada);
- a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e
- o valor pode ser estimado com confiabilidade.

ii. Passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou
- uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota.

Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade.

iii. Ativos contingentes

Ativo contingentes é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco quando for provável a entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

p. Impostos

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda (IRPJ), a partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, e de 20% para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), majorada para 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 para bancos. Para as demais instituições financeiras, a alíquota nominal da CSLL é de 15% majorada para 16% no referido período.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

q. Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de ações

Dividendos e juros sobre capital próprio de ações são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Banco.

r. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

s. Informações por segmento

O IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A Administração considera que o Banco possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do Banco de investimentos e, portanto, nenhuma informação por segmento é divulgada.

t. Operações de arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades operacionais. O reconhecimento inicial, que ocorre na assinatura do contrato no grupo de "Passivos financeiros ao custo amortizado", corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica "Resultado líquido com instrumentos financeiros" na Demonstração do Resultado.

u. Contratos de seguro

As mudanças conceituais, bem como os impactos na adoção do IFRS 17 estão descritas a seguir:

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise dos seguintes itens:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
 - Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
 - Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
 - Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração na IFRS 17 – A vigência da norma se iniciou em 1º de janeiro de 2023 e a data de transição corresponde ao exercício anterior, 1º de janeiro de 2022, com os impactos de transição registrados diretamente no Patrimônio Líquido, em Lucros Acumulados, quando aplicável e relevantes. Em nossas análises de impacto, foi observado que a transição para a IFRS 17 e a redesignação de ativos financeiros resultou em impactos irrelevantes no Patrimônio Líquido e resultado em IFRS do Banco, considerando as características dos produtos de seguros comercializados pelo grupo, bem como em função da relevância das operações de seguros nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. A IFRS 17 estabelece a aplicação retrospectiva como regra de transição. Assim, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou ajustes nos saldos de abertura em 31 de dezembro de 2022, impactando o Patrimônio Líquido com uma redução de R\$ 16.047. Detalhamos a seguir a reconciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado entre as normas IFRS 4 e IFRS 17.

	2022 (Apresentado)	Ajustes IFRS 17	2022 (Reapresentado)
Ativo			
Ativos fiscais diferidos	5.787.356	13.129	5.800.485
Outros ativos	28.013.030	(968.153)	27.044.878
Total do ativo	454.096.453	(955.024)	453.141.430
Passivo			
Outros passivos	10.207.782	(938.977)	9.268.805
Total do passivo	404.529.372	(938.977)	403.590.395
Patrimônio líquido			
Reservas de lucro	25.155.067	(16.047)	25.139.020
Patrimônio líquido	49.567.081	(16.047)	49.551.035

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. Gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

Os principais comitês e áreas envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"), (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (xi) área de Risco Socioambiental que avalia riscos socioambientais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; (xii) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e das práticas ESG, dos processos e dos procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes.

Para o gerenciamento dos demais riscos, como liquidez, cybersecurity, IRRBB, risco país e de transferências e para prevenção a fraudes, o Banco conta também com estruturas próprias, igualmente independentes das áreas de negócios e de suporte corporativo.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e com o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio e de suporte corporativo. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site <https://ri.btgpactual.com/>, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a. Limites operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Consolidado (i)	57.466.518	49.381.806
Nível I	56.350.258	46.334.527
Capital Principal	53.817.135	45.911.863
Capital complementar	2.533.123	422.663
Nível II	15.313.148	17.771.352
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	71.663.405	64.105.878
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	36.609.658	29.272.568
Exposição total ponderada pelo risco - (b)	457.620.722	365.907.099
Risco de Crédito	308.607.240	242.672.300
Risco Operacional	37.040.557	29.844.615
Risco de Mercado	111.972.925	93.390.184
Índice de Basileia - (a/b)	15,7%	17,5%
Capital de Nível I	12,3%	12,7%
Capital de Nível II	3,4%	4,9%
Índice de consumo de Imobilização	81,3%	57,6%
Limite para imobilização (LI)	35.831.703	32.052.939
Situação para o limite de imobilização	29.137.455	18.447.800
Valor da margem ou insuficiência	6.694.247	13.605.139

(i) Os limites são apurados com base no Consolidado Prudencial, conforme normas e princípios contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Foram observadas as Resoluções CMN nº 4.955 e no 4.958, de 2021, que passaram a vigorar em janeiro de 2022 e dispõem sobre os critérios de apuração das parcelas e os requerimentos de capital, incluindo os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal e os Adicionais do Capital Principal. Para o cálculo das parcelas de capital para riscos (RWA), foram observados os procedimentos previstos na Resolução nº 229 de 2022 para o risco de crédito e nas Circulares nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, todas de 2013, e na Carta-Circular nº 3.498, de 2011, para o risco de mercado, e as Circulares nºs 3.640 e 3.675, de 2013, para risco operacional, todas do Banco Central do Brasil.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todos os limites prudenciais e operacionais foram plenamente atendidos.

b. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida de sensibilidade da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o *VaR* é utilizado para medir a exposição e sensibilidade de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. O BTG Pactual aplica simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do *VaR*, preservando as distribuições reais e a correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (greek approximations) e de distribuições normais. Nosso *VaR* pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada por meio de testes (back-testing) diários que comparam a aderência entre as estimativas de *VaR* e os ganhos realizados e as perdas incorridas.

O *VaR*, apresentado abaixo, foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade, em vinte ocorrências, de que as receitas líquidas de negociação fiquem abaixo do *VaR* estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de negociação em um único dia de negociação maior que o *VaR* apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês.

Deficiências em um único dia podem exceder o *VaR* apresentado por montantes significantes; e podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do *VaR* é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de *VaR* e estimativas de distribuição estatística podem produzir *VaR* substancialmente diferentes. Além disso, o *VaR* calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas por hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos testes de estresse como um complemento do *VaR* em nossas atividades diárias com exposição a riscos.

A tabela a seguir contém a média diária do *VaR* do Banco para os exercícios findos em:

Em R\$ milhões	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Média diária do <i>VaR</i>	113,6	160,4

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e de suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento do tomador, tendo por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes são estabelecidos e revisados periodicamente pela área de Risco de Crédito e, quando aplicável, revisados e aprovados pelo Conselho de administração, de acordo com as exposições correspondentes. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como operações de crédito, títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

As exposições máximas dos ativos financeiros segregados por região geográfica estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024				Total
	Brasil	Estados Unidos	Europa	Outros	
Ativo					
Disponibilidades	107.025	1.901.111	1.784.741	916.347	4.709.224
Instrumentos financeiros	445.313.904	27.848.971	23.153.108	63.585.310	559.901.293
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	166.576.271	16.684.522	19.617.552	21.637.946	224.516.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.593.245	-	-	7.406.899	27.000.144
Ativos financeiros ao custo amortizado	259.144.388	11.164.449	3.535.556	34.540.465	308.384.857
Aplicação no mercado aberto	88.698.187	3.005.977	50.068	945.054	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.244.473	2.959.473	878.034	1.049.135	7.131.114
Depósitos no Banco Central	26.360.667	-	-	-	26.360.667
Operações de crédito	114.977.264	5.198.999	2.607.453	32.503.787	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	19.412.318	-	-	42.490	19.454.808
Outros créditos	7.451.479	-	-	-	7.451.479
Total	445.420.929	29.750.083	24.937.849	64.501.657	564.610.517

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023				
	Brasil	Estados Unidos	Europa	Outros	Total
Ativo					
Disponibilidades	40.775	852.478	643.952	901.889	2.439.095
Instrumentos financeiros	357.637.311	14.285.398	8.910.755	55.469.940	436.303.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	140.963.196	8.022.476	4.500.773	25.320.684	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.114.618	58.982	-	4.896.638	22.070.238
Ativos financeiros ao custo amortizado	199.559.497	6.203.941	4.409.983	25.252.617	235.426.037
Aplicação no mercado aberto	62.163.722	38.730	3.569.389	610.850	66.382.691
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.250.573	3.559.719	-	1.371.505	7.181.798
Depósitos no Banco Central	22.542.833	-	-	-	22.542.833
Operações de crédito	93.092.552	2.605.491	840.593	23.270.263	119.808.899
Títulos e valores mobiliários	18.138.572	-	-	-	18.138.572
Outros créditos	1.371.244	-	-	-	1.371.244
Total	357.678.085	15.137.877	9.554.708	56.371.829	438.742.499

Notas Explicativas
 Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica da contraparte:

	31/12/2024									
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros	Total
Ativo										
Disponibilidades	-	4.709.224	-	-	-	-	-	-	-	4.709.224
Instrumentos financeiros	150.022.012	124.108.516	41.851.691	46.046.753	74.152.890	47.639.158	10.534.096	3.362.327	62.183.849	559.901.293
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	42.692.333	61.275.090	20.991.625	42.345.329	1.819.290	18.217.918	5.599.133	426.489	31.149.085	224.516.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.724.159	3.712.110	1.913.933	117.767	2.828.953	5.938.779	832.474	2.030.316	3.901.653	27.000.144
Ativos financeiros ao custo amortizado	101.605.520	59.121.316	18.946.133	3.583.657	69.504.647	23.482.461	4.102.489	905.522	27.133.112	308.384.857
Aplicação no mercado aberto	81.579.676	8.216.054	404.343	2.158.787	20.658	52.519	109.732	-	157.517	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	6.950.518	-	178.558	-	-	-	-	2.038	7.131.114
Depósitos no Banco Central	-	26.360.667	-	-	-	-	-	-	-	26.360.667
Operações de crédito	571.036	10.142.598	18.541.790	1.246.312	69.483.989	23.429.942	3.992.757	905.522	26.973.557	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	19.454.808	-	-	-	-	-	-	-	-	19.454.808
Outros créditos	-	7.451.479	-	-	-	-	-	-	-	7.451.479
Total	150.022.012	128.817.740	41.851.691	46.046.753	74.152.890	47.639.158	10.534.096	3.362.327	62.183.849	564.610.517

	31/12/2023									
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros	Total
Ativo										
Disponibilidades	-	2.439.095	-	-	-	-	-	-	-	2.439.095
Instrumentos financeiros	58.992.297	177.922.512	43.061.534	33.680.698	52.300.504	24.064.233	10.643.699	2.871.390	32.766.538	436.303.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.761.484	104.737.438	16.282.191	30.575.771	107.066	7.751.963	4.587.225	61.262	7.942.730	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	554.085	6.269.667	6.286.485	77.774	1.502.237	2.053.504	1.984.551	1.923.027	1.418.908	22.070.238
Ativos financeiros ao custo amortizado	51.676.728	66.915.407	20.492.858	3.027.153	50.691.201	14.258.766	4.071.924	887.101	23.404.901	235.426.036
Aplicação no mercado aberto	45.159.362	19.160.857	5.043	2.030.082	2.416	-	-	-	24.932	66.382.691
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	7.181.798	-	-	-	-	-	-	-	7.181.798
Depósitos no Banco Central	-	22.542.833	-	-	-	-	-	-	-	22.542.833
Operações de crédito	26.360	5.011.109	20.487.815	997.071	50.688.784	14.258.766	4.071.924	887.101	23.379.969	119.808.899
Títulos e valores mobiliários	6.491.005	11.647.567	-	-	-	-	-	-	-	18.138.572
Outros créditos	-	1.371.244	-	-	-	-	-	-	-	1.371.244
Total	58.992.297	180.361.607	43.061.534	33.680.698	52.300.504	24.064.233	10.643.699	2.871.390	32.766.538	438.742.499

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d. Análise de liquidez dos ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira do Banco pode ser reduzida. Nesses casos, o Banco pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar o Banco a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, o Banco pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se o Banco apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes do Banco poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo suas condições financeiras e aumentando o risco de crédito do Banco as mesmas.

De acordo com sua política, o Banco monitora regularmente sua posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidade	4.709.224	-	4.709.224
Instrumentos financeiros	436.511.976	123.389.317	559.901.293
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	211.863.946	12.652.346	224.516.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14.357.378	12.642.766	27.000.144
Ativos financeiros ao custo amortizado	210.290.652	98.094.205	308.384.857
Aplicações no mercado aberto	92.699.286	-	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.131.114	-	7.131.114
Depósitos no Banco Central	26.360.667	-	26.360.667
Operações de crédito	77.444.223	77.843.280	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	1.689.853	17.764.955	19.454.808
Outros créditos	4.965.509	2.485.970	7.451.479
Ativos fiscais - diferidos	-	7.259.091	7.259.091
Outros ativos	34.368.973	21.424.650	55.793.623
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	9.542.276	9.542.276
Imobilizado	-	1.290.174	1.290.174
Direto de uso	-	249.921	249.921
Ativo intangível	-	10.471.109	10.471.109
Total do Ativo	475.590.173	173.626.538	649.216.711

	31/12/2023		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidade	2.439.095	-	2.439.095
Instrumentos financeiros	339.030.114	97.273.290	436.303.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	167.341.162	11.465.967	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.474.350	10.595.888	22.070.238
Ativos financeiros ao custo amortizado	160.214.602	75.211.434	235.426.037
Aplicações no mercado aberto	66.382.614	77	66.382.691
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.181.798	-	7.181.798
Depósitos no Banco Central	22.542.833	-	22.542.833
Operações de crédito	61.265.033	58.543.866	119.808.899
Títulos e valores mobiliários	2.617.800	15.520.772	18.138.572
Outros créditos	224.525	1.146.719	1.371.244
Ativos fiscais - diferidos	-	5.592.892	5.592.892
Outros ativos	16.281.996	16.145.766	32.427.762
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	7.826.277	7.826.277
Imobilizado	-	515.092	515.092
Direto de uso	-	322.262	322.262
Ativo intangível	-	9.689.026	9.689.026
Total do Ativo	357.751.206	137.364.604	495.115.810

Notas Explicativas
Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e. Risco de liquidez

O Banco e as suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos por meio de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e as suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. As garantias nas operações são também monitoradas periodicamente.

A tabela abaixo resume o fluxo de caixa contratual para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	77.625.475	7.421.888	85.047.363
Passivos financeiros ao custo amortizado	270.040.302	143.010.136	413.050.438
Captações no mercado aberto	108.422.842	5.357.561	113.780.403
Depósitos	122.637.279	27.252.781	149.890.060
Recursos de aceites e emissão de títulos	33.223.579	73.949.843	107.173.422
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	5.756.602	17.570.638	23.327.240
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	18.879.313	18.879.313
Passivos fiscais	-	8.201.527	8.201.527
Obrigações diversas	41.356.688	9.122.494	50.479.182
Outros passivos	12.302.289	1.692.548	13.994.837
Obrigações Sociais e estatutárias	4.723.915	-	4.723.915
Provisão para passivos contingentes	637.863	6.507.511	7.145.374
Provisão de perda para fianças	588.398	113.872	702.270
Total do passivo	407.274.930	176.069.976	583.344.906

	31/12/2023		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	35.390.288	9.339.817	44.730.105
Passivos financeiros ao custo amortizado	245.968.116	95.943.518	341.911.633
Captações no mercado aberto	92.888.239	4.187.623	97.075.862
Depósitos	117.059.960	16.213.143	133.273.103
Recursos de aceites e emissão de títulos	27.449.933	46.081.588	73.531.521
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	8.569.984	9.341.796	17.911.780
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	20.119.368	20.119.368
Passivos fiscais	-	4.496.878	4.496.878
Obrigações diversas	28.450.100	1.581.328	30.031.428
Outros passivos	7.835.351	374.544	8.209.895
Obrigações Sociais e estatutárias	4.034.629	-	4.034.629
Provisão para passivos contingentes	309.190	4.686.251	4.995.441
Provisão de perda para fianças	163.757	153.876	317.633
Total do passivo	322.151.432	116.576.212	438.727.643

f. Risco operacional

Alinhado às normas, às orientações do Bacen e aos conceitos e recomendações do Comitê de Basiléia, o BTG Pactual definiu política de gerenciamento do risco operacional aplicável ao Banco e às suas controladas no Brasil e no exterior.

A política consiste num conjunto de princípios, de processos, de procedimentos e de instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento do risco operacional ao porte, à natureza e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas do Banco.

O Banco e as suas controladas têm uma forte cultura de gestão do risco operacional, que se baseia na avaliação, no monitoramento, na simulação na mensuração e na validação do risco e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e de controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências normativas e das diretrizes dos órgãos reguladores, à adaptação rápida a mudanças e antecipação às tendências, entre as quais podemos destacar as novas propostas de revisão do Acordo de Basileia 3.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

g. Risco social, ambiental e climático

O BTG Pactual entende como riscos social, ambiental e climático: perdas financeiras ou danos à imagem e à reputação em decorrência de danos socioambientais. Inclui também a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou deve ser compensada; e por eventos associados a condições ambientais extremas, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O BTG Pactual, na condução dos seus negócios, atividades e processos operacionais, assume compromissos com base em práticas de negócios responsáveis e sustentáveis, equilibrando os aspectos econômicos, financeiros, regulatórios, ambientais, sociais e climáticos nas suas operações. Acreditamos que práticas comerciais sólidas e responsabilidade empresarial são fundamentos de longo prazo que devem ser aplicados diariamente para gerar valor aos acionistas e aos clientes por meio de crescimento sustentável no longo prazo.

Para informações atualizadas sobre gerenciamento dos mencionados riscos e a respeito de nossa Agenda de Sustentabilidade, consulte os nossos relatórios anuais publicados na página de RI, assim como a nossa página ESG.

6. Disponibilidades

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4.709.224	2.439.095
	4.709.224	2.439.095

O saldo dessa rubrica refere-se basicamente a depósitos no exterior em bancos.

7. Ativos e Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a. Resumo

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários	137.605.252	140.173.998
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.188.829	2.597.694
Instrumentos financeiros derivativos	26.111.074	19.983.627
Carteira de câmbio	59.611.137	16.051.810
Total	224.516.292	178.807.129
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros derivativos	20.946.650	25.488.283
Empréstimo de ações	3.397.090	3.280.010
Carteira de câmbio	60.703.623	15.961.812
Total	85.047.363	44.730.105

b. Títulos e valores mobiliários:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado
Títulos Públicos	45.199.036	43.748.554	66.386.489	67.115.376
Títulos Privados	93.390.763	93.856.698	72.078.687	73.058.622
Total	138.589.799	137.605.252	138.465.176	140.173.998

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c. Empréstimos e adiantamentos a clientes

	Valor de mercado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e adiantamentos a clientes (i)	1.188.829	2.597.694

(i) Referem-se a posições oriundas do Banco Pan que foram classificadas de acordo com o modelo de negócio “valor justo por meio do resultado” considerando a estratégia de cessão de carteira.

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e as suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo a necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moedas e de taxas de juros. Alguns instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, do estabelecimento de estratégias, da determinação de limites, entre outras técnicas de gerenciamento e de monitoramento. Os limites de exposição a riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas políticas mencionadas anteriormente.

As operações no Brasil são negociadas e registradas ou custodiadas na B3 S.A. Quando são realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo BTG Pactual utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico, tais como, opção, termo, futuro e swap com ajustes periódicos. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de constituir hedge das posições de tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira aos limites de exposição previstos, sempre que os comitês/áreas de gestão e de monitoramento de riscos considerem necessários.

- Hedge de investimento líquido em operações no exterior

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a estratégia de *hedge* investimento líquido do BTG Pactual no exterior consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, proveniente da moeda funcional da operação no exterior em relação ao real, moeda funcional do Banco.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixa futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuro, ativos financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

	31/12/2024		
	Instrumento de hedge		Objeto do hedge (ii)
	Valor nominal	Variação do valor justo (i)	
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	26.272.304	(4.660.547)	4.656.280

	31/12/2023		
	Instrumento de hedge		Objeto do hedge (ii)
	Valor nominal	Variação do valor justo (i)	
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	18.990.996	1.099.909	(1.095.838)

(i) Registrado no resultado abrangente do exercício.

(ii) Considera tanto os valores de variação cambial sobre ativos e passivos consolidados de operações no exterior, quanto a variação cambial sobre investimentos, registrados no resultado abrangente do exercício.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Hedge de valor justo**

O BTG Pactual adota a estratégia de hedge de valor justo, que consiste em refletir contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados. A exposição prefixada é proveniente das atividades de Financiamentos e Créditos Estruturados nas quais o Banco opera com seus clientes por intermédio da área de Corporate Lending e das características e da prática do mercado brasileiro.

Além disso, para financiar todas as linhas de negócio do BTG Pactual, são realizadas captações por meio de instrumentos de dívida indexados principalmente a percentuais do DI, ao IPCA e a taxas prefixadas, que consequentemente necessitam de proteção contra às variações do mercado. Os principais objetos protegidos por meio desta estratégia são Certificados de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras - LF, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.

Os instrumentos designados para a relação de hedge, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP) e Swaps.

31/12/2024			
	Instrumento de hedge		
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.627.349)	(2.362.417)	2.484.459
31/12/2023			
	Instrumento de hedge		
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.139.011)	(386.651)	343.470

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve revogação de uma parcela das estratégias de hedge, cuja parcela efetiva era de R\$ 155.021 e que será diferida no resultado de acordo com os prazos dos objetos de hedge.

- Instrumentos financeiros derivativos por contraparte (nocional)**

	31/12/2024					31/12/2023
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	126.673.707	100.633.243	-	-	227.306.950	135.408.043
Posição vendida	99.140.265	207.749.680	-	-	306.889.945	92.713.849
Swap						
Posição ativa	17.211.924	387.945.143	21.357.951	3.510.715	430.025.733	301.319.471
Posição passiva	17.265.058	387.025.472	18.604.377	3.017.648	425.912.555	302.924.114
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	12.130.040	-	-	12.130.040	8.936.884
Posição passiva	-	8.978.625	-	-	8.978.625	2.466.754
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	98.841.390	84.394.574	234.063	183.470.027	110.525.233
Posição passiva	-	99.321.223	84.122.166	223.255	183.666.644	109.564.970
Operações a Termo						
Posição ativa	326.309	362.254	851.422	1.223	1.541.208	2.355.318
Posição passiva	296.942	362.327	799.966	1.196	1.460.431	2.679.340
Mercado de opções						
Posição ativa	68.220.315	213.929.804	7.061.954	1.894.898	291.106.971	170.893.724
Posição passiva	68.535.976	196.277.742	7.642.220	4.782.993	277.238.931	149.570.394
Posição ativa	212.432.255	813.841.874	113.665.901	5.640.899	1.145.580.929	729.438.673
Posição passiva	185.238.241	899.715.069	111.168.729	8.025.092	1.204.147.131	659.919.421

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Por valor de custo e mercado:

	31/12/2024					31/12/2023
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Mercado
Swaps						
Posição ativa	5.789.702	6.905.986	700.125	910.502	5.295.359	4.017.732
Posição passiva	4.158.431	2.851.490	339.696	336.980	2.174.814	5.532.907
Derivativos de crédito						
Posição ativa	866.982	1.148.626	209	-	1.148.417	532.204
Posição passiva	245.899	281.512	-	-	281.512	38.073
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	8.458.694	7.972.761	3.355.943	1.348.104	3.268.714	4.227.541
Posição passiva	9.385.361	8.931.979	3.455.821	2.776.559	2.699.599	4.314.000
Operações a termo						
Posição ativa	1.594.693	1.589.854	1.443.346	110.715	35.793	2.409.042
Posição passiva	1.461.882	1.462.148	1.395.417	49.570	17.161	2.733.011
Mercado de opções						
Posição ativa	6.475.972	8.493.847	4.568.413	1.729.931	2.195.503	8.797.108
Posição passiva	6.954.501	7.419.521	4.288.271	1.836.204	1.295.046	12.870.292
Posição ativa	23.186.043	26.111.074	10.068.036	4.099.252	11.943.786	19.983.627
Posição passiva	22.206.074	20.946.650	9.479.205	4.999.313	6.468.132	25.488.283

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação e patrimoniais (nocional):

	31/12/2024			31/12/2023	
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	126.960.890	29.757.429	70.588.631	227.306.950	135.408.043
Moeda	769.785	-	-	769.785	2.621.227
Taxa de juros	98.269.090	26.680.524	70.549.323	195.498.937	130.906.707
Commodities	24.608.877	3.076.905	39.308	27.725.090	1.542.988
Índices	3.313.138	-	-	3.313.138	337.121
Posição vendida	160.558.474	88.875.951	57.455.520	306.889.945	92.713.849
Moeda	13.275.372	158.157	-	13.433.529	20.891.124
Taxa de juros	135.110.792	87.500.299	57.313.455	279.924.546	69.481.452
Commodities	9.113.833	1.217.495	142.065	10.473.393	2.341.077
Índices	3.058.477	-	-	3.058.477	196
Swap					
Posição ativa	278.896.554	42.677.221	108.451.958	430.025.733	301.319.471
Moeda	12.092.408	5.626.813	8.994.337	26.713.558	25.866.054
Taxa de juros	263.001.672	34.707.641	95.600.604	393.309.917	263.719.441
Commodities	604.403	138.199	89.188	831.790	1.815.644
Índices	1.585.250	967.567	1.484.086	4.036.903	6.597.085
Ação	1.612.821	1.237.001	2.283.743	5.133.565	3.321.247
Posição passiva	278.212.351	42.102.317	105.597.887	425.912.555	302.924.114
Moeda	12.067.180	5.615.767	7.410.578	25.093.525	26.849.002
Taxa de juros	262.987.406	34.549.276	95.056.855	392.593.537	263.568.645
Commodities	530.700	103.833	94.392	728.925	1.578.227
Índices	1.012.441	966.424	846.920	2.825.785	6.373.795
Ação	1.614.624	867.017	2.189.142	4.670.783	4.554.445
Derivativos de crédito					
Posição ativa	243.977	-	11.886.063	12.130.040	8.936.884
Soberano	-	-	1.882.459	1.882.459	171.793
Corporativo	243.977	-	10.003.604	10.247.581	8.765.091
Posição passiva	-	-	8.978.625	8.978.625	2.466.754
Soberano	-	-	646.854	646.854	140.398
Corporativo	-	-	8.331.771	8.331.771	2.326.356
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	101.112.793	33.261.077	49.096.157	183.470.027	110.525.233
Moeda	93.641.971	24.974.354	17.563.327	136.179.652	87.763.043
Commodities	3.728.222	4.065.677	8.158.397	15.952.296	8.274.613
Taxa de juros	3.742.600	4.221.046	23.374.433	31.338.079	14.487.577
Posição passiva	100.936.052	33.300.053	49.430.539	183.666.644	109.564.970
Moeda	93.464.780	25.013.069	17.897.125	136.374.974	87.094.790
Commodities	3.728.672	4.065.938	8.158.981	15.953.591	8.277.832
Taxa de juros	3.742.600	4.221.046	23.374.433	31.338.079	14.192.348
Operações a termo					
Posição ativa	1.414.580	99.334	27.294	1.541.208	2.355.318
Taxa de juros	83.279	-	467	83.746	335.452
Commodities	789.705	52.422	24.114	866.241	262.381
Títulos Públicos	279.731	-	-	279.731	1.549.038
Ação	261.865	46.912	2.713	311.490	206.874
Moeda	-	-	-	-	1.573
Posição passiva	1.396.218	47.461	16.752	1.460.431	2.679.340
Taxa de juros	83.454	-	397	83.851	335.324
Commodities	800.721	7.798	14.213	822.732	591.111
Títulos Públicos	279.671	-	-	279.671	1.542.267
Ação	232.372	39.663	2.142	274.177	208.890
Moeda	-	-	-	-	1.748
Opções					
Posição ativa	167.150.551	104.918.435	19.037.985	291.106.971	170.893.724
Compra de opção de compra	56.385.234	30.275.609	18.155.240	104.816.083	40.608.161
Índices	1.084.327	10.868.208	738.397	12.690.932	7.254.386
Ação	4.795.804	873.133	11.007.001	16.675.938	6.444.724
Commodities	2.645.787	65.084	52.271	2.763.142	819.964
Moeda	47.858.306	18.209.980	5.651.847	71.720.133	9.030.781
Taxa de juros	1.010	259.204	705.724	965.938	17.058.306
Compra de opção de venda	110.765.317	74.642.826	882.745	186.290.888	130.285.563
Índices	99.280.461	2.300.303	-	101.580.764	72.183.671
Ação	2.234.039	9.810.855	797.421	12.842.315	23.760.697
Commodities	96.061	-	-	96.061	2.220.206
Moeda	5.381.994	855.060	85.324	6.322.378	19.141.811
Taxa de juros	3.772.762	61.676.608	-	65.449.370	12.979.178
Posição passiva	170.334.321	90.173.204	16.731.406	277.238.931	149.570.394
Venda de opção de compra	62.441.634	24.716.563	15.228.751	102.386.948	105.467.614
Índices	500.416	2.834.871	1.816.573	5.151.860	65.164.294
Ação	6.325.868	1.948.415	5.649.692	13.923.975	12.404.483
Commodities	3.658.912	262.486	36.550	3.957.948	1.170.273
Moeda	51.709.698	19.365.581	7.433.227	78.508.506	8.051.669
Taxa de juros	246.740	305.210	292.709	844.659	18.676.895
Venda de opção de venda	107.892.687	65.456.641	1.502.655	174.851.983	44.102.780
Índices	99.540.385	3.098.050	221.334	102.859.769	9.280.579
Ação	2.369.352	505.891	933.708	3.808.951	10.252.165
Commodities	9.722	11.843	-	21.565	1.945.166
Moeda	2.189.828	158.497	102.528	2.450.853	9.487.609
Taxa de juros	3.783.400	61.682.360	245.085	65.710.845	13.137.261
Posição ativa	675.779.345	210.713.496	259.088.088	1.145.580.929	729.438.673
Posição passiva	711.437.416	254.498.986	238.210.729	1.204.147.131	659.919.421

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e. Reclassificação de ativos financeiros

A Administração classifica os ativos financeiros de acordo com os modelos de negócios definidos em conformidade com as estratégias de suas mesas de negociação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram realizadas reclassificações ou alterações nos modelos de negócios, por parte da administração.

8. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Títulos públicos federais	5.886.556	5.891.982	3.095.041	3.112.233
Ações	893.561	893.561	3.302.829	3.302.829
Debêntures	2.252.841	2.241.532	5.171.845	5.115.491
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	318.153	294.997
Notas Promissórias e Comerciais	13.751.000	13.677.263	6.298.915	6.256.682
Corporate Bond	3.955.644	4.006.933	3.872.018	3.926.474
Outros	289.155	288.873	61.625	61.532
Total	27.028.757	27.000.144	22.120.426	22.070.238

9. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps – seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos – cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para swaps.
- Opções – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de *brokers* e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários – os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela B3 (bolsa de valores brasileira). As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelo custodiante.
- Ativos financeiros avaliados ao valor justo – estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos abaixo um resumo da hierarquia de precificação dos ativos e passivos a valor justo, classificados de acordo com metodologia de precificação adotada pelo Banco:

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	105.301.138	101.001.764	18.213.390	224.516.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14.086.919	11.864.050	1.049.175	27.000.144
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	9.612.361	72.117.422	3.317.580	85.047.363

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	115.021.140	54.964.198	8.821.791	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.695.493	14.503.625	2.871.120	22.070.238
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	15.216.739	26.420.935	3.092.431	44.730.105

Não ocorreram reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Aplicações no mercado aberto

Os valores apresentados abaixo são basicamente operações de curto prazo, indexado a taxas referenciais de juros do mercado local ou estrangeiro.

	31/12/2024	31/12/2023
Posição bancada	26.504.341	21.162.205
Posição financiada	55.127.207	39.919.112
Posição vendida	11.067.738	5.301.374
Total	92.699.286	66.382.691

11. Aplicações em depósitos interfinanceiros

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	1.481.621	2.250.573
Aplicações em moedas estrangeiras - overnight	5.649.493	4.931.225
Total	7.131.114	7.181.798

12. Operações de crédito

a. Composição da carteira e da perda esperada

A composição da rubrica Operações de Crédito e recebíveis está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2024		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	113.128.710	(5.262.576)	107.866.134
Financiamentos	34.531.760	(2.182.888)	32.348.872
FINAME/BNDES	6.686.031	(20.836)	6.665.195
Operações com características de concessão de crédito	4.184.392	(52.966)	4.131.426
Adiantamento de contratos de câmbio	5.235.437	(45.263)	5.190.174
Financiamento de títulos e valores mobiliários	1.004.617	-	1.004.617
Créditos cedidos com coobrigação	6.880	(6.670)	210
Subtotal	164.777.827	(7.571.199)	157.206.628
Ajuste ao valor de mercado (i)	(1.919.125)	-	(1.919.125)
Total	162.858.702	(7.571.199)	155.287.503

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil.

	31/12/2023		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	85.963.962	(5.021.236)	80.942.726
Financiamentos	28.237.891	(1.728.056)	26.509.835
FINAME/BNDES	5.667.070	(19.903)	5.647.167
Operações com características de concessão de crédito	2.912.449	(23.499)	2.888.950
Adiantamento de contratos de câmbio	2.154.154	(28.268)	2.125.886
Financiamento de títulos e valores mobiliários	943.006	(16.429)	926.577
Créditos cedidos com coobrigação	77.963	(4.113)	73.850
Subtotal	125.956.495	(6.841.505)	119.114.991
Ajuste ao valor de mercado (i)	693.908	-	693.908
Total	126.650.403	(6.841.505)	119.808.899

(i) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil.

b. Movimentação da perda esperada por estágios

Movimentação perda esperada	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	4.667.892	974.648	1.198.965	6.841.505
Transferidos para o Estágio 1	-	(4.646)	(2.633)	(7.279)
Transferidos para o Estágio 2	(329.719)	-	(3.428)	(333.146)
Transferidos para o Estágio 3	(1.488.623)	(385.505)	-	(1.874.128)
Oriundos do Estágio 1	-	329.719	1.488.623	1.818.342
Oriundos do Estágio 2	4.646	-	385.505	390.151
Oriundos do Estágio 3	2.633	3.428	-	6.061
Entradas / (saídas) de operações em 2024 (i)	1.414.373	(156.904)	(527.775)	729.694
Saldo em 31/12/2024	4.271.202	760.739	2.539.257	7.571.199

Movimentação perda esperada	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	3.777.814	789.895	2.336.250	6.903.959
Transferidos para o Estágio 1	-	(5.384)	(6.070)	(11.454)
Transferidos para o Estágio 2	(276.369)	-	(4.970)	(281.339)
Transferidos para o Estágio 3	(1.130.065)	(327.348)	-	(1.457.413)
Oriundos do Estágio 1	-	276.369	1.130.065	1.406.434
Oriundos do Estágio 2	5.384	-	327.348	332.733
Oriundos do Estágio 3	6.070	4.970	-	11.040
Entradas / (saídas) de operações em 2023 (i)	2.285.058	236.147	(2.583.659)	(62.455)
Saldo em 31/12/2023	4.667.892	974.648	1.198.965	6.841.505

(i) Contém baixas por write-off.

c. Perdas esperadas de risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais do exercício	(6.841.505)	(6.903.960)
Reversão/(constituição) de provisão de perdas esperadas	(3.235.997)	(2.280.246)
Baixa contra provisão	2.506.303	2.342.701
Saldos finais do exercício	(7.571.199)	(6.841.505)

13. Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos federais	11.368.565	9.391.853
Cédula de produto rural	8.086.243	8.746.719
Total	19.454.808	18.138.572

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Resumo

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos	149.890.060	133.273.103
Captações no mercado aberto	113.780.403	97.075.862
Recursos de aceites e emissões de títulos	107.173.422	73.531.521
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	23.327.240	17.911.780
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	18.879.313	20.119.368
Total	413.050.438	341.911.634

b. Depósitos

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito à vista	10.228.776	6.087.991
Depósito a prazo	135.114.943	119.702.207
Depósito interfinanceiros	4.629.006	7.334.945
Outros depósitos	9.450	135.381
Subtotal	149.982.175	133.260.524
Ajuste ao valor de mercado (i)	(92.115)	12.579
Total	149.890.060	133.273.103

(i) Considera os ajustes a valor justo dos objetos de hedge contábil.

c. Captações no mercado aberto

	31/12/2024	31/12/2023
Operações com recursos próprios	46.412.647	51.118.927
Operações com recursos de terceiros	54.863.056	39.964.219
Posição vendida	12.504.700	5.992.716
Total	113.780.403	97.075.862

d. Recursos de aceites e emissão de títulos

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários - país	88.868.785	62.836.929
Letras financeiras	57.155.244	38.497.660
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	13.710.635	16.604.973
Certificados de operações estruturadas	4.587.679	3.243.445
Certificados de recebíveis do agronegócio	4.795.322	4.490.851
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	8.619.905	-
Títulos e valores mobiliários - exterior	20.052.644	10.625.077
Medium term notes	19.151.452	8.918.852
Fixed rate notes	901.192	1.706.225
Subtotal	108.921.429	73.462.006
Ajuste ao valor de mercado (i)	(1.748.007)	69.515
Total	107.173.422	73.531.521

(i) Considera os ajustes a valor justo dos objetos de hedge contábil.

e. Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos no exterior	13.857.529	12.108.814
Obrigações em moedas estrangeiras	11.342.948	6.681.151
Obrigações por empréstimos no exterior	2.514.581	5.427.663
Obrigações por empréstimo e repasses no país	9.542.246	5.473.404
Operações de arrendamento	291.015	329.562
Subtotal	23.690.790	17.911.780
Ajuste ao valor de mercado (i)	(363.550)	-
Total	23.327.240	17.911.780

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Considera os ajustes a valor justo dos objetos de hedge contábil.

f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

Nome do papel - moeda	31/12/2024					31/12/2023
	Valor principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil	Saldo contábil
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital - R\$ (i)	16,702,470	11/02/2019 até 09/02/2024	De 23/01/2026 até 03/04/2034	100% a 140% DI	16.702.470	16.422.275
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital - R\$	2,533,123	01/04/2022 até 26/09/2024	Perpétuo	100% a 126% DI	2.533.123	65.053
Notas Subordinadas - US\$	-	-	-	-	-	7.740
Notas Subordinadas - CLP	96,883,814	16/01/2019	01/11/2028	2,25% a.a.	604.555	510.825
Notas Subordinadas Elegíveis a Capital - US\$	-	-	-	-	-	2.913.860
Subtotal	-	-	-	-	19.840.148	19.919.753
Ajuste ao valor de mercado (i)	-	-	-	-	(960.835)	199.615
Total	-	-	-	-	18.879.313	20.119.368

- (i) Letras financeiras possuem data de emissão, vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais.
- (ii) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

15. Outros ativos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

a. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais (i)	6.125.800	3.496.229
Imposto a compensar	3.909.360	2.878.421
Propriedades para investimento	1.334.326	719.938
Devedores diversos - país (ii)	12.354.000	5.972.288
Serviços prestados a receber	359.238	209.994
Direitos sobre venda de energia	1.619.741	1.429.699
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	1.599.710	1.217.630
Dividendos e bonificações	165.398	187.670
Despesas antecipadas	1.958.772	1.419.358
Negociação de intermediação de valores	11.327.050	5.306.113
Títulos e créditos a receber	7.856.223	8.720.447
Commodities / estoque	3.995.127	586.324
Diversos	3.188.878	283.651
Total	55.793.623	32.427.762

- (i) A rubrica de depósitos judiciais é classificada e mensurada a custo amortizado. Entretanto, para fins de formato de apresentação, optamos por manter no grupo de Custo amortizado do balanço patrimonial, apenas o que é referente à operação do banco.
- (ii) Substancialmente, corresponde a valores a receber decorrentes de vendas a prazo de commodities.

b. Direitos de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Direitos de uso de arrendamento	249.921	322.262

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

	Coligadas e empresas com controle compartilhado					
	Patrimônio líquido		Lucro Líquido / (Prejuízo)		Participação	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Too Seguros S.A.	608.674	639.624	454.769	318.220	51,00%	51,00%
Pan Corretora S.A.	35.141	61.900	45.151	60.622	51,00%	51,00%
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	4.191.928	3.124.838	489.496	1.615.518	40,00%	40,00%

	31/12/2023	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação	Variação Cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2024	Resultado de Participação de 31/12/2023
Too Seguros S.A.	326.208	-	(210.832)	212.953	-	(1.914)	326.415	211.308
Pan Corretora S.A.	31.570	-	(36.674)	23.027	-	-	17.923	30.917
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	1.249.935	-	(168.381)	195.798	399.419	-	1.676.771	646.207
Outros (i)	6.218.564	354.223	(49.424)	939.726	169.426	(111.348)	7.521.167	188.274
Total	7.826.277	354.223	(465.311)	1.371.504	568.845	(113.262)	9.542.276	1.076.706

(i) O saldo da rubrica em questão é composto pelos saldos referentes às seguintes participações: 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 23,60% - Eneva, 20% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 6,67% - Galgo S.A., 50% Visum., 50% Polígono Holding S.A., 49% LLZ Solução Cobrança S.A., 35,7% Systemica Inteligência em Sustentabilidade S.A., 40% Market Makers., e 50% Specialized Multifamily Partners GP. (Em 31 de dezembro de 2023 – 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 21,26% - Eneva, 20% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 6,67% - Galgo S.A e 50% Visum).

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17. Ativo intangível

	Movimentação do Intangível				31/12/2024
	31/12/2023	Aquisições / Transferência / Baixa	Amortizações (i)	Variação cambial	
Ágio	8.622.957	452.369	-	-	9.075.326
Intangível	3.870.727	847.994	-	166.328	4.885.049
Amortização acumulada	(2.804.658)	393.093	(1.033.518)	(44.183)	(3.489.266)
Total	9.689.026	1.693.456	(1.033.518)	122.145	10.471.109

(i) O prazo de depreciação médio do intangível de 5 anos.

18. Passivos fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
Diferidos	2.137.572	476.244
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 22)	2.137.572	476.244
Correntes	6.063.955	4.020.634
Impostos e contribuições a recolher	632.806	390.042
Impostos e contribuições a pagar	5.431.149	3.630.592
Total	8.201.527	4.496.878

19. Obrigações diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por aquisição de bens e direitos	309.344	276.341
Provisão para pagamentos a efetuar	2.075.451	2.399.036
Credores diversos e Receitas antecipadas (i)	48.094.387	27.356.051
Total	50.479.182	30.031.428

(i) Corresponde substancialmente a provisões matemáticas relacionadas aos produtos de seguros, vida e previdência ofertados pelo grupo.

20. Outros passivos

	31/12/2024 (i)	31/12/2023
Transações de pagamento (ii)	7.446.162	3.051.068
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores (iii)	6.001.124	2.752.695
Liquidações pendentes	517.028	1.972.548
Outros	30.523	433.584
Total	13.994.837	8.209.895

(i) As transações classificadas no grupo de Outros passivos possuem liquidação média inferior a 90 dias. As transações de pagamento possuem operações que podem exceder a esse período, mas a liquidação ocorrerá em prazo inferior a 12 meses.

(ii) Referem-se basicamente a valores a pagar, relativos a transações com cartão.

(iii) A rubrica representa, basicamente, operações de vendas de títulos emitidos por governos de outros países, a serem liquidadas nos prazos regulamentares.

21. Provisões e passivos contingentes

A Administração do Banco avalia as obrigações das empresas do Grupo BTG Pactual e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou de valores incertos. No julgamento da Administração para determinar a expectativa de perdas são levadas em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a. Provisões

i. Tributárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados à tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos para pagamento das obrigações, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos, além do histórico de julgamentos nas instâncias superiores.

ii. Cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos para o pagamento, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa.

iii. Trabalhistas

São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos.

b. Composição e movimentação das provisões

As provisões constituídas no início e no fim do exercício e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024					
	Tributária			Cível (ii)	Trabalhista	Total
	Obrigações Legais	Ações Fiscais e Previdenciárias (i)	Total			
Saldo no início do exercício	1.376.651	1.573.734	2.950.385	1.915.542	129.514	4.995.441
Incorporação de saldo (iii)	-	1.288.283	1.288.283	590.244	2.438	1.880.965
Constituição / Reversão	52.501	(91.568)	(39.067)	1.013.439	74.980	1.049.352
Baixa	(5.517)	(698)	(6.215)	(693.018)	(81.151)	(780.384)
Saldo no final do exercício	1.423.635	2.769.751	4.193.386	2.826.207	125.781	7.145.374

(i) Considera em 31 de dezembro de 2024, provisão relacionada a discussão judicial ativa no montante de R\$ 345.651 (R\$ 330.320 em 31 de dezembro de 2023). Deste montante, R\$ 15.331 decorrem de atualização no período.
(ii) Considera em 31 de dezembro de 2024, provisão para outros riscos não litigiosos no montante de R\$ 762.169 (R\$ 670.774 em 31 de dezembro de 2023). Deste montante, R\$ 91.395 decorrem de constituições/reversões.
(iii) Saldos decorrentes substancialmente da combinação de negócios do Banco Nacional S.A. e sua investida.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições, inclusive autos de infração fiscal. Os valores das obrigações presentes (legais ou não formalizadas), (considerados com base inclusive em interpretações de assessores jurídicos externos) como provável saída de recursos, estão provisionados nos montantes que a Administração considera adequado para cobrir perdas futuras. Entre as referidas discussões judiciais, destacamos o processo que envolve a legalidade da cobrança da COFINS em conformidade com as regras estabelecidas na Lei nº 9.718/1998.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados, de acordo com as normas contábeis vigentes (IAS 37). A seguir, consta a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária sobre os valores referentes à participação e a sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$ 2.010 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Processo relativo à desmutualização e ao IPO da Bovespa e da BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R\$ 57 milhões e conta também com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Em dezembro de 2015, foi recebido auto de infração, referente aos anos de 2010 e 2011, em que autoridade fiscal considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Em dezembro de 2023, o CARF manteve parcialmente a referida autuação no montante de R\$ 120 milhões. Atualmente, a discussão encontra-se no judiciário aguardando sentença.
- Em dezembro de 2017, foi recebido auto de infração, referente a 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Em março de 2024, foi julgado favorável os ágios decorrentes das operações de aquisição do Banco pelo UBS em 2006 e da subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Relativamente ao ágio gerado na recompra do Banco pelo BTG em 2009, o débito foi pago, com base em decisão unicamente financeira, com as benesses da Lei nº 14.689/23 e utilização de prejuízos fiscais. Atualmente, remanesce no judiciário a discussão acerca da glosa do prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 542 milhões.
- Em dezembro de 2018, foi recebido um auto de infração no valor de R\$ 583 milhões, referente a 2013, que discute o ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Foi apresentada defesa contra essa autuação que aguarda decisão de segunda instância administrativa. Por fim, em fevereiro de 2019, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 351 milhões, referente a 2014, do aproveitamento de ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Contra essa atuação foi apresentada defesa, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) relacionada aos autos de infração, e não constituiu (e não espera ter de constituir) qualquer provisão em suas demonstrações financeiras.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute uma suposta insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente a 2012, no valor de R\$ 251 milhões. Em outubro de 2024, a segunda instância administrativa julgou parcialmente favorável o recurso do Banco, reduzindo o débito para R\$ 124 milhões. Contra a parte desfavorável foi apresentado recurso.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R\$ 1.432 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2018, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda (“Gestora”), controlada indireta do Banco, recebeu auto de infração totalizando o valor de R\$ 124 milhões, referente aos anos de 2013 e 2014, acerca do ágio amortizado gerado na aquisição da BFRE em 2012. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de primeira instância desfavorável. Contra essa decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa.
- Em setembro de 2019, na condição de responsável solidário do Banco Sistema S/A (“Banco Sistema”), o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, totalizando R\$ 4.443 milhões, referente à aquisição do Banco Bamerindus do Brasil (atual Banco Sistema) em 2014. Em outubro de 2019, foi apresentada defesa em primeira instância administrativa que, em abril de 2020, foi julgada parcialmente procedente, reduzindo em 98% o valor da autuação. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. Em maio de 2024, o CARF julgou parcialmente procedente a autuação fiscal, sendo a parcela favorável definitiva. Em julho de 2024, o Banco opôs Embargos de Declaração. Atualmente, o saldo remanescente discutido é de R\$ 74 milhões. Em caso de decisão desfavorável definitiva haverá reflexos no saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para pagamento do PERT, em 2017, no montante de R\$ 1.382 milhões. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, o Banco não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Além disso, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.
- Em março de 2020, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede D’or, em 2015, no valor de R\$ 762 milhões. Em setembro de 2024, foi proferida decisão desfavorável em segunda instância administrativa. Contra essa decisão, foi apresentado recurso que aguarda julgamento.
- Em julho de 2021, na condição de responsável solidário, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido sobre os rendimentos distribuídos a cotistas de fundo de investimento, no valor de R\$ 457 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em dezembro de 2021, o Banco recebeu auto de infração que visa a cobrança de IRPJ/CSLL, no valor de R\$ 125 milhões, decorrente de suposto erro formal no preenchimento de sua ECF no ano de 2016. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em dezembro de 2021, o Banco Sistema, controlada direta do Banco, recebeu auto de infração de PIS/COFINS, no valor de R\$ 155 milhões, supostamente incidente sobre receitas operacionais referente ao período de 2007 a 2009. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que foi julgado procedente. Atualmente, aguarda-se julgamento na segunda instância administrativa.
- Em 2023, na condição de responsável solidário por Fundo de Investimento Imobiliário - FIIs, a BTG Pactual Serviços Financeiros S/A (“PSF”) recebeu autos de infração que visam à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e multas por descumprimento de obrigação acessória, totalizando R\$ 829 milhões, referente ao enquadramento dos fundos como pessoa jurídica, nos moldes da Lei 9.779/99. Contra as

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

autuações foram apresentadas defesas. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, a PSF não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais.

- Em julho de 2023, a ECTP recebeu auto de infração de multa aduaneira no valor de R\$ 127 milhões. Contra essa infração, foi apresentado recurso que aguarda julgamento.
- O Banco possui processos administrativos que discutem o aproveitamento do imposto pago no exterior no valor de R\$ 505 milhões. Contra os referidos processos, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em novembro de 2024, o Banco teve ciência do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, no valor de R\$ 87 milhões, referente ao passivo tributário da Pharma S/A ("BR Pharma"). Foi apresentada contestação, que ainda aguarda julgamento. Com base no prognóstico dos advogados, o Banco não realizou qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Ademais, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.
- IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2024, os débitos relacionados a esse processo no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 875 mil.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2017. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 770 milhões.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esses processos no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 27,7 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de Swap da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 5,7 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente aos anos calendários de 2017 e 2019. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 390 milhões.
- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 157,7 milhões.
- Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 31,9 milhões.
- Demais discussões pulverizadas na carteira e classificadas com prognóstico de perda possível - Trata-se de débitos oriundos de cobranças de IPVA, Multas de Trânsito, ISS, IPTU, Taxas ITBI, dentre outros.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 61 milhões.

ii. Demais contingências (cíveis, trabalhistas e outros)

- Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo BTG figurava como parte em processos cíveis com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados na contabilidade. O saldo dos processos cíveis classificados como possível totalizou R\$ 2.153.133 no Banco e R\$ 3.120.882 no Consolidado.

22. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo	13.084.844	11.389.358
Encargo total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.888.180)	(5.125.211)
(Inclusões)/Exclusões temporárias no cálculo da tributação	3.962.071	2.986.855
Resultado da equivalência patrimonial de coligadas no país	(161.299)	(563.333)
Ganho/(Perda) cambial sobre investimentos no exterior	169.751	81.604
Juros sobre capital próprio	1.355.055	1.237.136
Dividendos	383.012	511.840
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	355.256	813.688
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.411	(46.585)
Remensuração de participação acionária (Aquisição em estágios)	(289.150)	(289.150)
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.093.035	1.241.655
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente - Brasil	(1.926.109)	(2.138.356)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	183.482	729.340
Total de (despesa) / receita	(1.742.627)	(1.409.016)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, referente ao imposto de renda e contribuição social, apresentados na rubrica "Ativos Fiscais - Diferidos", podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.437.601	-	(90.723)	1.346.878
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Outras diferenças temporárias	2.121.334	527.758	-	2.649.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.004.764	-	(4.713)	4.000.051
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(100.178)	903.698	-	803.520
Combinação de negócios	(2.546.566)	289.150	-	(2.257.416)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	310.183	10.429	-	320.612
Total	5.481.388	1.985.285	(349.686)	7.116.987

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.563.907	-	(126.306)	1.437.601
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Outras diferenças temporárias	2.557.147	88.265	(524.077)	2.121.334
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.987.154	17.610	-	4.004.764
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	402.650	-	(502.828)	(100.178)
Combinação de negócios	(3.427.722)	881.157	-	(2.546.566)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	311.856	-	(1.673)	310.183
Total	5.649.241	1.241.282	(1.409.134)	5.481.388

A rubrica Ativos fiscais diferidos possui créditos tributários, que se referem a PIS e COFINS diferidos no montante R\$ 142.105 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 111.505).

A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em conta a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social	Total (i)
2025	494.298	80.813	575.110
2026	811.483	175.094	986.578
2027	811.483	242.438	1.053.921
2028	811.483	215.500	1.026.984
2029	931.215	309.782	1.240.997
A partir de 2030	1.910.146	323.251	2.233.396
Total	5.770.109	1.346.878	7.116.987
Valor presente	3.168.327	765.487	3.933.814

(i) Banco Pan S.A., empresa controlada e consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas, possui um saldo de crédito tributário de R\$ 3,6 bilhões, reconhecidos com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado por sua Administração.

23. Patrimônio líquido

a. Capital social e reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.506.119.928 ações (31 de dezembro de 2023 – 11.506.119.928), sendo 7.244.165.568 ações ordinárias (31 de dezembro de 2023 – 7.244.165.568), 2.864.529.000 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2023 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2023 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

Segue abaixo composição das ações:

	Ordinária	Preferenciais		Total
		Classe A	Classe B	
Em circulação em 31 de dezembro de 2024	7.244.165.568	2.864.529.000	1.397.425.360	11.506.119.928
Em circulação em 31 de dezembro de 2023	7.244.165.568	2.864.529.000	1.397.425.360	11.506.119.928

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Banco realizou recompra de 3.350.000 units no valor total de R\$ 101.531. Em 31 de dezembro de 2023 o Banco realizou recompra de 14.119.600 units no valor total de R\$ 301.176.

c. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido, apurado de acordo com a legislação societária brasileira antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, essa reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

e. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado em agência no exterior.

f. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a distribuição mínima de 1% do lucro líquido estatutário do exercício apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2024, o Banco deliberou e pagou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 1.550.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024 e foram pagos em 15 de agosto de 2024.

(ii) R\$ 1.154.818, equivalente a R\$0,10 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2024 e foram pagos em 15 de fevereiro de 2025.

(iii) R\$ 565.000, equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2024 e foram pagos em 15 de fevereiro de 2025.

Em 2023, o Banco deliberou e pagou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 1.530.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 1º de agosto de 2023 e foram pagos em 15 de agosto de 2023.

(ii) R\$ 880.000, equivalente a R\$0,07 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 29 de novembro de 2023 e foram pagos em 15 de fevereiro de 2024.

(iii) R\$ 565.000 equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2023 e foram pagos em 15 de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24. Lucro por ação

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	11.080.445	10.254.760
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em aberto no exercício	7.244.166	7.244.166
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em tesouraria	24.398	22.436
Lucro líquido por ação ordinária - básico	1,53	1,42
Lucro líquido por ação ordinária - diluído	1,53	1,42
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em aberto no exercício	2.864.529	2.864.529
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em tesouraria	48.796	44.872
Lucro líquido por ação preferencial classe A - básico	3,87	3,58
Lucro líquido por ação preferencial classe A - diluído	3,87	3,58
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe B em aberto no exercício	1.397.425	1.397.425
Lucro líquido por ação preferencial classe B - básico e diluído	7,93	7,34
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício	11.506.120	11.506.120
Média ponderada por lote de mil ações em tesouraria	73.194	67.307
Lucro líquido por ação - Básico	0,96	0,89
Lucro líquido por ação - Diluído	0,97	0,90

As distribuições de lucros são apuradas e realizadas, conforme mencionado na nota 23-F, com base no lucro líquido apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP, ajustado nos termos do artigo 202 da lei nº 6.404/76.

25. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito	31.498.257	32.737.050
Resultado de aplicações compulsórias no Banco Central do Brasil	2.110.116	1.904.247
Captação no mercado	(13.908.459)	(13.039.922)
Depósitos	(11.326.668)	(12.030.642)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(8.721.835)	(12.093.040)
Empréstimos, repasses e passivos de arrendamentos	(8.406.027)	(10.975.968)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e derivativos	33.407.921	37.006.360
Total	24.653.305	23.508.085
Receitas de juros	33.608.382	49.799.280
Despesas de juros	(42.362.998)	(63.297.555)
Resultados decorrentes de mensuração a valor justo	33.407.921	37.006.360
Total	24.653.305	23.508.085

26. Receita de prestação de serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	3.087.360	2.281.807
Assessoria técnica	1.830.283	1.443.424
Corretagem	1.247.748	1.203.125
Comissão de colocação de títulos	1.689.880	1.278.008
Rendas de garantias prestadas	720.259	634.371
Receitas com serviços prestados a pessoas físicas e outros serviços (i)	2.886.339	2.258.201
Total	11.461.869	9.098.936

(i) Refere-se substancialmente a serviços prestados pelo Banco Pan, englobando receita de cartão de crédito, taxas e tarifas de conta corrente.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27. Outras receitas / (despesas)

	31/12/2024	31/12/2023
Atualização de valores a receber/pagar por venda de bens e direitos	95.467	123.434
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	174.155	196.094
Despesas com descontos concedidos	(876.529)	(500.293)
Despesas com operações de crédito cedidas	(917.281)	(2.045.303)
Provisão para passivos contingentes	(1.009.737)	(369.902)
Outras provisões	(250.712)	(190.700)
Resultado não operacional	6.102	(22.307)
Outros resultados operacionais	2.127.723	27.280
Total	(650.812)	(2.781.697)

28. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros e consultorias	3.897.186	2.814.342
Telecomunicações e processamento de dados	1.621.171	1.873.918
Locações e condomínios	278.936	168.445
Despesas do sistema financeiro	1.090.021	887.951
Propaganda e relações públicas	600.948	667.268
Depreciações e amortizações	653.031	1.223.968
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.407.925	1.718.541
Outros	2.078.960	1.026.979
Total	11.628.178	10.381.413

29. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco. Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	01/01/2025 até 06/02/2031	SELIC				
		CDI Até 101,75%				
		CDI 11,63% a.a. até 14,65% a.a.	(593.945)	(384)	(42.975)	(38.602)
		CDI a CDI+3,5%				
Operações de crédito	01/01/2025 até 28/03/2044	SOFR a SOFR+2,36% 7,98% a.a.	6.914.845	6.593.527	1.146.813	201.048
Depósitos	01/01/2025 até 28/03/2029	CDI	(364.756)	(46.379)	-	(4.278)

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 23 de dezembro de 2022 e em 08 de setembro de 2023, foram realizadas pelo Banco, aquisições de carteiras de crédito do Banco Pan S.A. ("Pan"), empresa controlada e consolidada nestas demonstrações financeiras. As transações são consideradas "neutras" para o BTG, visto que as operações de crédito cedidas pelo Pan já constavam das demonstrações financeiras consolidadas e, por isso, não afetam a posição patrimonial e o resultado do controlador.

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 09 de julho de 2024, foi realizado pelo Banco, através de sua filial BTG Pactual Cayman Branch ("Cayman Branch"), um aditamento ao contrato de empréstimos com a BTG MB Investments LP ("BTG MB"). O Banco e a BTG MB possuem controladores indiretos comuns. As condições para o aditamento foram comutativas (arm's length), tendo em vista que o aditamento foi negociado entre as partes acima descritas, considerando as condições de mercado para a efetivação do documento.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 27 de dezembro de 2024, o Banco realizou a aquisição de determinados ativos e passivos detidos pela BTGI Stigma LLC (“Stigma”) e pelo Fundo de Investimento em Participações Turquesa (“FIP Turquesa”), empresas afiliadas à PPLA Investments L.P. (PPLA). O Banco e a PPLA possuem controladores indiretos comuns. O Banco já é investidor em parte dos ativos objeto da compra e venda, por essa razão está familiarizado com tais ativos. A operação está sujeita a autorizações de terceiros usuais em operações desta natureza.

A remuneração total paga ao pessoal chave da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 20.160 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 22.530), a qual é considerada benefício de curto prazo.

30. Outras informações

a. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos no início do exercício		
Disponibilidades	2.439.095	3.068.946
Aplicações no mercado aberto	64.775.654	65.255.592
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.664.079	8.231.901
Total	72.878.828	76.556.439
Saldos no final do exercício		
Disponibilidades	4.614.304	2.439.095
Aplicações no mercado aberto	92.059.243	64.775.654
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.852.300	5.664.079
Total	102.525.846	72.878.828

b. Comparação entre as práticas contábeis do BRGAAP e IFRS

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir as principais diferenças entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP (que é a base contábil para fins de apuração fiscal, bem como para distribuição de lucros aos acionistas), e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Combinação de negócios

O ágio adquirido em combinações de negócios é resultante da diferença entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Esse ágio é amortizado ao longo do prazo previsto para a realização dos benefícios econômicos futuros que fundamentaram seu reconhecimento no BRGAAP. Por outro lado, de acordo com as IFRS, o ágio não é amortizado, mas é testado, no mínimo anualmente, para identificar possíveis impairment. Em relação à aquisição em etapas (step acquisition), até o exercício de 2022, o BRGAAP não exigia a mensuração do valor justo da participação anteriormente detida antes da aquisição de controle. Já no IFRS, os efeitos das remensurações impactavam a demonstração do resultado, com o valor correspondente sendo alocado à reserva de lucros. Essa diferença de tratamento contábil até 2022 resulta em uma diferença nos patrimônios entre os GAAPs.

Instrumentos financeiros

Além das diferenças nas classificações de instrumentos financeiros entre o BRGAAP e as IFRS, a principal divergência introduzida pela IFRS 9, em comparação com as regras do Banco Central (Resolução 2.682 e Circular 3.068), é o cálculo sistemático da Perda esperada para ativos financeiros.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Arrendamentos

Embora tenha um impacto insignificante no resultado do período, o IFRS 16 prevê a contabilização do fluxo total de pagamentos de aluguéis a serem realizados, descontado por uma taxa incremental, como passivo do Banco, com o correspondente reconhecimento do Direito de uso no Ativo no momento inicial. Posteriormente, o ativo será depreciado com base na vida útil do contrato de aluguel, enquanto o passivo será atualizado considerando o efeito dos juros ao longo do tempo. Já o BRGAAP prevê o reconhecimento linear do aluguel no resultado, como contrapartida de lançamentos em contas a pagar mensalmente.

Variação cambial de investimentos no exterior

Até o exercício de 2016, no BRGAAP, as variações cambiais dos investimentos no exterior eram contabilizadas como resultado do período, enquanto nas IFRS esses efeitos eram sempre registrados no Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes quando a moeda funcional da investida era diferente da moeda funcional do investidor. A partir de 2017, houve a convergência nesse tratamento contábil em ambas as práticas, e desde então as movimentações não apresentam diferenças. No entanto, considerando a divergência de conceitos entre as práticas até 2017, existe uma diferença, proveniente de exercícios anteriores, na rubrica de outros resultados abrangentes entre os GAAPs.

Efeitos tributários

Com base nos itens mencionados anteriormente e considerando que a base tributária do Banco é apurada de acordo com a contabilidade conforme o BRGAAP, são apurados e contabilizados efeitos de impostos diferidos relacionados a essas diferenças de GAAP nestas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

Abaixo está demonstrada a reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS):

NE Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido		Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atribuível ao controlador em BRGAAP		11.789.387	9.924.566	57.466.518	49.381.806
Perda esperada - Operação de Crédito e Demais Ativos Financeiros	(a)	(503.422)	(176.417)	(809.616)	(109.358)
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros	(b)	(1.009.934)	145.795	88.003	238.274
Combinações de Negócios e reorganizações societárias	(c)	106.339	1.760	4.163.671	1.788.019
Efeitos tributários		391.765	77.711	(1.315.324)	528.450
Outros		(29.130)	6.765	99.789	128.065
Atribuível ao controlador em IFRS		10.745.005	9.980.342	59.693.040	51.955.256

(a) Com a adoção do IFRS 9, o modelo de perda incorrida (IAS 39) foi substituído pelo de perda esperada, incorporando informações prospectivas. No BRGAAP, conforme a Resolução Bacen nº 2682/99, as provisões para perdas são calculadas mensalmente com percentuais mínimos variando de 0% (nível AA) a 100% (nível H), sendo permitido às instituições constituírem provisões adicionais. Embora ambos os modelos usem o conceito de perda esperada, o IFRS 9 considera inadimplência, mudanças significativas no risco de crédito e cenários econômicos projetados, classificando as operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em situação normal; Estágio 2 – Operações com aumento significativo no risco de crédito; e Estágio 3 – Operações em inadimplência. As operações podem transitar entre os estágios, dependendo de melhorias ou agravamentos no nível de risco de crédito associado à operação.

(b) No IFRS, as ações e cotas foram mensuradas a valor justo e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Resultado. Adicionalmente, houve alteração no modelo de classificação e mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pelo IFRS 9.

(c) De acordo com as práticas contábeis vigentes nas instituições financeiras no Brasil até o ano de 2022, o ágio ou deságio na aquisição de controle era definido como a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil das ações, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura amortizado. Conforme a IFRS 3, o goodwill é a diferença positiva entre o custo da aquisição e a proporção adquirida do valor justo dos ativos e passivos, não sujeito à amortização, mas submetido a testes anuais de imparidade. Os ajustes em “Combinações de Negócios” abrangem a reversão da amortização do ágio, a amortização de ajustes ao valor justo de ativos e passivos, de intangíveis de vida útil definida e o tratamento do deságio, conforme a IFRS 3.

Notas Explicativas **Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS**

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31. Eventos subsequentes

Julius Baer Brasil

Em 06 de janeiro de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Julius Baer Brasil Gestão de Patrimônio e Consultoria de Valores Mobiliários Ltda, pelo valor de R\$ 615 milhões. A aquisição da Julius Baer Brasil faz parte da estratégia de expansão do segmento de Family Office do BTG Pactual. Em 28 de março de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Banco BTG Pactual S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BTG Pactual S.A. e do Banco BTG Pactual S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez

Conforme divulgado nas Notas 4(d), 4(e), 4(f), 8 e 9, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis.

Mantivemos esta área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras. Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros relacionados à: (i) registro e confirmação dos dados das operações; (ii) critérios para a mensuração do valor justo; e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos para os saldos patrimoniais e de resultado.

Efetuamos, também, (i) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo; e (ii) reperformance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros e de acordo com os requerimentos das normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas Notas 4(i), 4(j) e 10, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, levando em consideração a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99.

Mantivemos esta como uma área de foco em nossa auditoria, pois a aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa

provisão. Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados à: (i) concessão de crédito; (ii) operações renegociadas; (iii) atribuição de nível de risco; e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares.

Efetuamos também, (i) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão; (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos fiscais diferidos em controlada consolidada

Conforme divulgado nas Notas 4(r) e 18, o Banco Pan S.A. e suas controladas ("Banco"), controlada direta e indireta da Instituição, cuja participação total é de aproximadamente 767% e incluída no processo de consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas, apresenta ativos fiscais diferidos no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses ativos fiscais diferidos. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Mantivemos esta como uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos ativos fiscais diferidos, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras. Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos ativos fiscais diferidos incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos ativos fiscais diferidos.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo seu Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

As premissas e critérios adotados pela administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do ativo fiscal diferido e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a Demonstração do Valor Adicionado individual relativa ao segundo semestre de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo

Contador CRC 1SP241313/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Banco BTG Pactual S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. e suas controladas ("Instituição" ou "Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BTG Pactual S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Banco BTG Pactual S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez

Conforme divulgado nas Notas 3 (b), 4(b), 4(d), 7, 8 e 9, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos financeiros e/ou dados observáveis.

Mantivemos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros relacionados à: (i) registro e confirmação dos dados das operações, (ii) critérios para a mensuração do valor justo e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos para os saldos patrimoniais e de resultado.

Efetuamos, também, (i) testes sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo, e (ii) reperformance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros e de acordo com os requerimentos das normas contábeis IFRS.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas Notas 3 (b), 4(b e c) e 12, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados, levando em consideração os termos contratuais, os cenários de perda ponderados pela probabilidade, a classificação de risco do cliente em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IFRS 9.

Mantivemos esta como uma área de foco em nossa auditoria, pois aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados a: (i) concessão de crédito, (ii) classificação de risco dos clientes e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares.

Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) testes quanto a validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito em base amostral, com auxílio de nossos especialistas, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteira mais significativas; (iii) testes sobre a classificação nos estágios previstos no IFRS 9, e (iv) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão.

Consideramos os critérios adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos fiscais diferidos em controlada consolidada

Conforme divulgado na Nota 22, o Banco Pan S.A. (Banco), controlada indireta da Instituição, incluída no processo de consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas, apresenta ativos fiscais diferidos no total de R\$ 3,6 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses ativos fiscais diferidos. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Mantivemos esta como uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos ativos fiscais diferidos.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos ativos fiscais diferidos.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo seu Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

As premissas e critérios adotados pela administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do ativo fiscal diferido e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.

Outros assuntos

Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido

A conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e do lucro líquido atribuído à Controladora referente ao exercício findo nessa mesma data, entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen Gaap) e as normas contábeis IFRS apresentada na Nota 30 (c), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa divulgação está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo

os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024

O Comitê de Auditoria (Coaud ou Comitê) do Conglomerado Prudencial BTG Pactual (Conglomerado BTG), regularmente constituído por intermédio de sua instituição líder, o Banco BTG Pactual S.A. (BTG Pactual ou Banco), é órgão estatutário que atua em consonância com as disposições das Resoluções CMN nº 4.910 e CVM nº 23, ambas de 2021. É composto por três membros, tendo o seu funcionamento disciplinado pelo seu Regimento Interno e pelas demais normas referentes à sua atuação. Vale ressaltar que, entre as empresas do Conglomerado BTG, o BTG Pactual Chile dispõe de comitê de auditoria próprio, que atua de forma coordenada e integrada com o Coaud do Conglomerado. As empresas de seguros integrantes do Conglomerado Financeiro BTG contam com comitê de auditoria próprio na forma da Resolução CNSP nº 432, de 2021, o qual funciona de maneira coordenada com o Comitê de Auditoria do BTG Pactual.

Atividades do Comitê

Entre os trabalhos de avaliação e de supervisão realizados no segundo semestre de 2024, o Comitê destaca, pela relevância, os seguintes:

- Acompanhamento do planejamento e da realização dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Monitoramento da independência do auditor independente em relação às empresas do Conglomerado BTG;
- Revisão das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao 3º trimestre de 2024 e das demonstrações financeiras semestrais e anuais elaboradas com data-base de 31.12.2024, inclusive com relação à integridade e à qualidade, previamente à avaliação pelo Conselho de Administração e à divulgação;
- Acompanhamento do funcionamento das estruturas e da efetividade controles internos;
- Acompanhamento da efetividade das estruturas unificadas de gerenciamento dos riscos a que as empresas do Conglomerado BTG estão expostas;
- Acompanhamento da atuação da Ouvidoria do BTG Pactual, inclusive com relação à observância das normas sobre cobrança de tarifas e encargos financeiros de clientes;
- Atuação coordenada com o Comitê de Riscos e Capital a respeito dos aspectos mais relevantes sobre o gerenciamento dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional, IRRBB, cibernético e RSAC (riscos social, ambiental e climático), entre outros, sobre os indicadores regulamentares e sobre a Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
- Monitoramento do Canal de Denúncias com relação a irregularidades, a fraudes ou a erros inseridos na esfera de atuação do Coaud;
- Monitoramento do cumprimento, pela administração das empresas do Conglomerado BTG, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna e pelos reguladores.

Auditoria Independente

No 2º semestre de 2024, o Comitê manteve com os auditores independentes (PricewaterhouseCoopers-PwC) comunicação contínua, visando à ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e dos aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião sobre a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros, previamente à submissão e à deliberação do Conselho de Administração e à divulgação.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou continuamente as situações que pudessem caracterizar conflitos de interesse em relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Independente para empresas do Conglomerado BTG, de modo a assegurar a sua plena independência.

O Comitê avalia, como satisfatórios, o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente, as quais constituíram subsídios para a sua avaliação sobre a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e dos relatórios financeiros do BTG Pactual.

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou, por meio de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e do cronograma de execução dos trabalhos previstos no plano anual de auditoria, bem como daqueles realizados extraordinariamente. O Plano de Auditoria, que direciona os trabalhos anuais, foi aprovado pelo Comitê e na sequência pelo Conselho de Administração do BTG Pactual, inclusive as suas revisões trimestrais.

Por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das avaliações sobre a estrutura, o gerenciamento e os controles dos riscos assumidos pelo BTG Pactual, o Comitê pôde confirmar a consistência dos processos de geração de relatórios utilizados pela Administração para fins de subsídios em suas decisões e de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas integrantes do Conglomerado BTG. O Comitê considera que as ações adotadas para o gerenciamento e para o controle dos riscos estão adequadamente definidas e apropriadamente direcionadas, havendo pleno controle sobre os riscos assumidos no âmbito do Conglomerado BTG.

Cumprimento da legislação da regulamentação e efetividade dos sistemas de controles internos

O Comitê, com base na avaliação das informações e dos documentos recebidos das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna, dos componentes de Controles Internos, de Compliance e de Risco Operacional e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, concluiu que não ocorreu qualquer falha no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do BTG Pactual ou de qualquer uma das demais empresas integrantes do Conglomerado BTG ou, ainda, que possam afetar de forma relevante a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras semestral e anual

elaboradas com data base de 31.12.2024.

No semestre, foram também avaliados: (i) os processos-chaves; (ii) os riscos associados a esses processos; (iii) a efetividade dos controles, inclusive para adoção tempestiva das ações destinadas à mitigação dos riscos assumidos pelas empresas do Conglomerado BTG; e (iv) os testes de efetividade dos controles voltados para mitigação dos riscos identificados.

Foram monitorados os procedimentos e os critérios utilizados pelas empresas do Conglomerado BTG para cobrança de valores de clientes, inclusive na forma de tarifas ou de encargos financeiros, não constatando o Comitê descumprimento das normas que disciplinam essa cobrança.

Na avaliação do Comitê, os controles internos são satisfatórios e compatíveis com o porte, com a natureza e com a complexidade das operações realizadas pelo BTG Pactual e pelas demais empresas do Conglomerado BTG.

Demonstrações Financeiras

Por meio das análises e dos monitoramentos acima mencionados e com base no relatório dos auditores independentes, o Comitê concluiu que as demonstrações financeiras, com as respectivas notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BTG Pactual e das empresas por ele controladas. Não foi identificado qualquer ponto que pudesse impactar negativamente a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras relativas ao período analisado.

Resolução CMN nº 4.966, de 2021 – IFRS 9 - Contabilização de Instrumentos Financeiros e constituição de provisões

No semestre, este Comitê de Auditoria deu sequência ao acompanhamento da execução do Plano de Trabalho do BTG Pactual para a adoção do inteiro teor dessa Resolução com relação aos conceitos e aos critérios contábeis a serem observados, a partir de 1º de janeiro de 2025, com relação à classificação, à mensuração, ao reconhecimento e à baixa de instrumentos financeiros e para a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nesses instrumentos. Na percepção deste Comitê, o Plano de Trabalho foi devidamente executado, estando o BTG Pactual apto a adotar os novos conceitos e os novos critérios contábeis. Os membros deste Comitê consideram adequadas as estimativas de impactos dessa nova regulamentação divulgadas em notas explicativas anexas às DFs elaboradas com data-base de 31.12.2024.

Conclusão

Considerando os aspectos acima mencionados, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BTG Pactual, elaboradas com data-base de 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

Eduardo Loyo

Aníbal Joaquim

Sidnei Marques

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024

O Comitê de Auditoria (Coaud ou Comitê) do Conglomerado Prudencial BTG Pactual (Conglomerado BTG), regularmente constituído por intermédio de sua instituição líder, o Banco BTG Pactual S.A. (BTG Pactual ou Banco), é órgão estatutário que atua em consonância com as disposições das Resoluções CMN nº 4.910 e CVM nº 23, ambas de 2021. É composto por três membros, tendo o seu funcionamento disciplinado pelo seu Regimento Interno e pelas demais normas referentes à sua atuação. Vale ressaltar que, entre as empresas do Conglomerado BTG, o BTG Pactual Chile dispõe de comitê de auditoria próprio, que atua de forma coordenada e integrada com o Coaud do Conglomerado. As empresas de seguros integrantes do Conglomerado Financeiro BTG contam com comitê de auditoria próprio na forma da Resolução CNSP nº 432, de 2021, o qual funciona de maneira coordenada com o Comitê de Auditoria do BTG Pactual.

Atividades do Comitê

Entre os trabalhos de avaliação e de supervisão realizados no segundo semestre de 2024, o Comitê destaca, pela relevância, os seguintes:

- Acompanhamento do planejamento e da realização dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Monitoramento da independência do auditor independente em relação às empresas do Conglomerado BTG;
- Revisão das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao 3º trimestre de 2024 e das demonstrações financeiras semestrais e anuais elaboradas com data-base de 31.12.2024, inclusive com relação à integridade e à qualidade, previamente à avaliação pelo Conselho de Administração e à divulgação;
- Acompanhamento do funcionamento das estruturas e da efetividade controles internos;
- Acompanhamento da efetividade das estruturas unificadas de gerenciamento dos riscos a que as empresas do Conglomerado BTG estão expostas;
- Acompanhamento da atuação da Ouvidoria do BTG Pactual, inclusive com relação à observância das normas sobre cobrança de tarifas e encargos financeiros de clientes;
- Atuação coordenada com o Comitê de Riscos e Capital a respeito dos aspectos mais relevantes sobre o gerenciamento dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional, IRRBB, cibernético e RSAC (riscos social, ambiental e climático), entre outros, sobre os indicadores regulamentares e sobre a Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
- Monitoramento do Canal de Denúncias com relação a irregularidades, a fraudes ou a erros inseridos na esfera de atuação do Coaud;
- Monitoramento do cumprimento, pela administração das empresas do Conglomerado BTG, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna e pelos reguladores.

Auditoria Independente

No 2º semestre de 2024, o Comitê manteve com os auditores independentes (PricewaterhouseCoopers-PwC) comunicação contínua, visando à ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e dos aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião sobre a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros, previamente à submissão e à deliberação do Conselho de Administração e à divulgação.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou continuamente as situações que pudessem caracterizar conflitos de interesse em relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Independente para empresas do Conglomerado BTG, de modo a assegurar a sua plena independência.

O Comitê avalia, como satisfatórios, o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente, as quais constituíram subsídios para a sua avaliação sobre a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e dos relatórios financeiros do BTG Pactual.

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou, por meio de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e do cronograma de execução dos trabalhos previstos no plano anual de auditoria, bem como daqueles realizados extraordinariamente. O Plano de Auditoria, que direciona os trabalhos anuais, foi aprovado pelo Comitê e na sequência pelo Conselho de Administração do BTG Pactual, inclusive as suas revisões trimestrais.

Por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das avaliações sobre a estrutura, o gerenciamento e os controles dos riscos assumidos pelo BTG Pactual, o Comitê pôde confirmar a consistência dos processos de geração de relatórios utilizados pela Administração para fins de subsídios em suas decisões e de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas integrantes do Conglomerado BTG. O Comitê considera que as ações adotadas para o gerenciamento e para o controle dos riscos estão adequadamente definidas e apropriadamente direcionadas, havendo pleno controle sobre os riscos assumidos no âmbito do Conglomerado BTG.

Cumprimento da legislação da regulamentação e efetividade dos sistemas de controles internos

O Comitê, com base na avaliação das informações e dos documentos recebidos das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna, dos componentes de Controles Internos, de Compliance e de Risco Operacional e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, concluiu que não ocorreu qualquer falha no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do BTG Pactual ou de qualquer uma das demais empresas integrantes do Conglomerado BTG ou, ainda, que possam afetar de forma relevante a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras semestral e anual

elaboradas com data base de 31.12.2024.

No semestre, foram também avaliados: (i) os processos-chaves; (ii) os riscos associados a esses processos; (iii) a efetividade dos controles, inclusive para adoção tempestiva das ações destinadas à mitigação dos riscos assumidos pelas empresas do Conglomerado BTG; e (iv) os testes de efetividade dos controles voltados para mitigação dos riscos identificados.

Foram monitorados os procedimentos e os critérios utilizados pelas empresas do Conglomerado BTG para cobrança de valores de clientes, inclusive na forma de tarifas ou de encargos financeiros, não constatando o Comitê descumprimento das normas que disciplinam essa cobrança.

Na avaliação do Comitê, os controles internos são satisfatórios e compatíveis com o porte, com a natureza e com a complexidade das operações realizadas pelo BTG Pactual e pelas demais empresas do Conglomerado BTG.

Demonstrações Financeiras

Por meio das análises e dos monitoramentos acima mencionados e com base no relatório dos auditores independentes, o Comitê concluiu que as demonstrações financeiras, com as respectivas notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BTG Pactual e das empresas por ele controladas. Não foi identificado qualquer ponto que pudesse impactar negativamente a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras relativas ao período analisado.

Resolução CMN nº 4.966, de 2021 – IFRS 9 - Contabilização de Instrumentos Financeiros e constituição de provisões

No semestre, este Comitê de Auditoria deu sequência ao acompanhamento da execução do Plano de Trabalho do BTG Pactual para a adoção do inteiro teor dessa Resolução com relação aos conceitos e aos critérios contábeis a serem observados, a partir de 1º de janeiro de 2025, com relação à classificação, à mensuração, ao reconhecimento e à baixa de instrumentos financeiros e para a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nesses instrumentos. Na percepção deste Comitê, o Plano de Trabalho foi devidamente executado, estando o BTG Pactual apto a adotar os novos conceitos e os novos critérios contábeis. Os membros deste Comitê consideram adequadas as estimativas de impactos dessa nova regulamentação divulgadas em notas explicativas anexas às DFs elaboradas com data-base de 31.12.2024.

Conclusão

Considerando os aspectos acima mencionados, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BTG Pactual, elaboradas com data-base de 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

Eduardo Loyo

Aníbal Joaquim

Sidnei Marques

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45
NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 07 dias do mês de fevereiro de 2025, às 11 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP: 22.250-040 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia tendo em vista a presença da totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidente – Roberto Balls Sallouti; e Secretária – Fernanda Jorge Stallone Palmeiro.

4. Ordem do dia e Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 27, da Resolução nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 30 de março de 2022:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

5. Encerramento e Assinatura: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Alexandre Camara e Silva, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, Marcelo Flora Sales, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Hermann Cohn, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti, Christian Flemming e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Fernanda Jorge Stallone Palmeiro
Secretária

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45
NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2025, às 11 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP: 22.250-040 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia tendo em vista a presença da totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidente – Roberto Balls Sallouti; e Secretária – Fernanda Jorge Stallone Palmeiro.

4. Ordem do dia e Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 27, da Resolução nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 30 de março de 2022:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis completas (consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações

Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

5. Encerramento e Assinatura: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Alexandre Camara e Silva, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, Marcelo Flora Sales, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Hermann Cohn, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti, Christian Flemming e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Fernanda Jorge Stallone Palmeiro
Secretária

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45
NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 07 dias do mês de fevereiro de 2025, às 11 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP: 22.250-040 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia tendo em vista a presença da totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidente – Roberto Balls Sallouti; e Secretária – Fernanda Jorge Stallone Palmeiro.

4. Ordem do dia e Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 27, da Resolução nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 30 de março de 2022:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

5. Encerramento e Assinatura: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Alexandre Camara e Silva, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, Marcelo Flora Sales, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Hermann Cohn, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti, Christian Flemming e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Fernanda Jorge Stallone Palmeiro
Secretária

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45
NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2025, às 11 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP: 22.250-040 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia tendo em vista a presença da totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidente – Roberto Balls Sallouti; e Secretária – Fernanda Jorge Stallone Palmeiro.

4. Ordem do dia e Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 27, da Resolução nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 30 de março de 2022:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis completas (consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações

Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

5. Encerramento e Assinatura: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Alexandre Camara e Silva, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, Marcelo Flora Sales, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Hermann Cohn, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti, Christian Flemming e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Fernanda Jorge Stallone Palmeiro
Secretária